

ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS, ARQUEOLOGIA E ENSINO:

aproximações com os povos originários
e comunidades tradicionais



Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Fagno da Silva Soares

Isaltina Santos da Costa Oliveira

Nelson Russo de Moraes



Observatório
Edições

Audiodescrição:

Capa do livro datada de 23 de junho de 2025. Montagem fotográfica vertical, digital, de autoria do artista Adrians. A imagem é dividida em duas partes horizontais. A superior apresenta, sobre fundo marrom, o título do livro em letras maiúsculas de tom ocre: "ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS, ARQUEOLOGIA E ENSINO". Abaixo, em letras brancas, o subtítulo: "aproximações com os povos originários e comunidades tradicionais". Separando as seções superior e inferior, há uma faixa horizontal com grafismo indígena da etnia Karajá: ziguezagues geométricos em tons de ocre e vermelho, formando padrão contínuo. Abaixo da faixa, do lado esquerdo, há uma macrofotografia de textura de casca de árvore, com sulcos profundos, coloração marrom e cinza, e áreas de cor alaranjada. À direita, outra fotografia em close mostra uma folha verde escura com gotas de orvalho esféricas, brilhantes, aderidas à superfície. Abaixo, sobre fundo marrom, está o texto "Organizadores:", seguido dos nomes em letras douradas: "Gilson Pôrto Jr., Fagno da Silva Soares, Isaltina Santos da Costa Oliveira, Nelson Russo de Moraes". No canto inferior direito, a logomarca da editora Observatório Edições: duas formas sobrepostas lembrando páginas abertas — uma amarela e outra verde — que se abrem para a direita como asas em voo. Abaixo da imagem, o nome da editora em letras brancas: "Observatório", e abaixo, em menor fonte, "Edições". A composição visual remete ao encontro entre elementos da natureza e saberes ancestrais, com apelo simbólico à memória e à terra. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Fagno da Silva Soares
Nelson Russo de Moraes
Isaltina Santos da Costa Oliveira
(Orgs.)

**ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS,
ARQUEOLOGIA E ENSINO:
aproximações com os povos
originários e comunidades
tradicionais**

Observatório Edições
2025

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Porto Jr./Isaltina Oliveira Arte de capa: Adriano Alves.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2

E77

ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS, ARQUEOLOGIA E ENSINO: aproximações com os povos originários e comunidades tradicionais. [recurso eletrônico]. / Organização: Gilson Pôrto Jr., Fagno da Silva Soares, Nelson Russo de Moraes, Isaltina Santos da Costa Oliveira. – Palmas, TO: Observatório Edições, 2025.
229 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-984499-9-5

1. Museus – Educação 2. Arqueologia – Brasil. 3. Povos indígenas. 4. Comunidades tradicionais – Brasil. 5. Museologia – Brasil. 6. Ensino de Arqueologia. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Soares, Fagno da Silva. III. Moraes, Nelson Russo de. IV. Oliveira, Isaltina da Costa.

CDD 069.0981
CDU 069.371
LC1099.3

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR
Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Eduardo Cezari

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker
Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Profa. Dra. Karleila de Andrade Klinger

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dra. Eliane Marques dos Santos

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do
Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clío & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História
Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR., Gilson; SOARES, Fagno da Silva; MORAES, Nelson Russo de; OLIVEIRA, Isaltina Santos da Costa (Orgs.). **ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS, ARQUEOLOGIA E ENSINO: aproximações com os povos originários e comunidades tradicionais**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. 229 p. ISBN 978-65-984499-9-5.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. //
PÔRTO JR., Gilson; SOARES, Fagno da Silva; MORAES, Nelson Russo de; OLIVEIRA, Isaltina Santos da Costa (Orgs.). **ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS, ARQUEOLOGIA E ENSINO: aproximações com os povos originários e comunidades tradicionais**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025, p. xx-xx.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 11

Gilson Pôrto Jr., Fagno da Silva Soares, Nelson Russo de Moraes e Isaltina Santos da Costa Oliveira

CAPÍTULO 1 - POR UMA HISTÓRIA DO ENSINO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL: à guisa de avanços e desafios / 17

Fagno da Silva Soares

CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E MEMÓRIA INDÍGENA SOB RISCO: O golpe de 05 de junho de 2024 contra o Museu do Vale do Arinos / 45

Saulo Augusto de Moraes, Jairo Luís Fleck Falcão, Renato Fonseca de Arruda, Waldineia, Antunes de Alcântara Ferreira e Francine Suélen Assis Leite

CAPÍTULO 3 – INVESTIGAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO OFERECIDAS AOS VISITANTES NO MUSEU NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS NO RIO DE JANEIRO E NO MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS EM SÃO PAULO / 75

Anderson da Costa Lacerda e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

CAPÍTULO 4 – COMO AS ATIVIDADES DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA REGIONAL E O LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA GUARANI CONTRIBUEM COM A HISTÓRIA INDÍGENA DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA? / 97

Ana Carolina Santana Lopes, Diana Mirela da Silva Toso e Neide Barrocá Faccio

CAPÍTULO 5 – SABERES RUPESTRE NOS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA REGIONAL / 119

Graziella Praça Orosco de Souza, Fernando Lopes da Silva e Neide Barrocá Faccio

CAPÍTULO 6 – CERÂMICAS DO POVO TERENA NO CEMAARQ: Tradição Ancestral Indígena Preservada / 143

Leandro Cesar Dos Reis, Maria Eduarda Alves Dos Santos, Lisandra Hernández Montardy, Paulo Valério Barbulho e Neide Barrocá Faccio

CAPÍTULO 7 – MUSEU VIVO DE SABERES TRADICIONAIS DA UFRJ / 165

Anna Carolina Santos, Jean Vital de Souza, Marcia Cabral da Costa, Nadia Pereira e Uona Martins Xavier

CAPÍTULO 8 – O USO DE GEOTECNOLOGIAS PARA A DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS PRÉ-COLONIAIS / 171

José Fernando Moreira de Campos, Laura Ayumi Baione Sadakane e Neide Barrocá Faccio

CAPÍTULO 9 - OS MATERIAIS CERÂMICOS DO SÍTIO MANDAGUARI: Vestígios De Um Território Ancestral Indígena No Oeste Paulista / 199

Eduardo Bacellar de Carvalho Santos, Lucca Martins Ferreira, Maria Eduarda Balcuinas Correa, Brendo Camargo Rosa e Neide Barrocá Faccio

ÍNDICE REMISSIVO / 219

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 223

O livro **ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS, ARQUEOLOGIA E ENSINO: aproximações com os povos originários e comunidades tradicionais** traz um conjunto rico de discussões sobre os povos originários e as comunidades tradicionais. Discute-se a memória e os espaços museais como *locus* privilegiado da guarda, preservação, difusão e manutenção do saber. Entendemos que esses “espaços” não se restringem apenas aos museus “tradicionais”, mas englobam uma variedade de formatos que podem ir desde casas de memória, jardins botânicos, aquários e oceanários, reservas naturais, centros culturais e arquivos históricos até aos mais tecnológicos como os museus virtuais com suas possibilidades on-line de interação.

Em diversos momentos, os autores discutem as potencialidades que os museus têm para o ensino, a divulgação, a pesquisa e para a formação, mas também reforçam os desafios presentes. Entre esses estão a falta de recursos, a infraestrutura inadequada e a necessidades contínua de atualização tecnológica que impõe a necessidade de novas e atuais abordagens educativas face a contextos virtuais e digitais. Nesse contexto, a educação

museal se coloca com um papel fundante nos espaços, demandando projetos que visam engajar o público e as atenções.

Os autores que contribuem com a obra fazem percursos que concatenarão várias dessas questões e problematizarão os caminhos assumidos. De toda forma, convidamos você a compartilhar as diversas perspectivas agregadas neste volume.

No **CAPÍTULO 1 - POR UMA HISTÓRIA DO ENSINO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL: à guisa de avanços e desafios**, Fagno da Silva Soares traz um estudo de caso acerca do percurso do ensino da museologia no Brasil, sua institucionalização desde a criação do curso técnico de Museus no Museu Histórico Nacional em 1932 até o processo de criação dos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia no Brasil. O foco capítulo é traçar um diagnóstico panorâmico da Museologia Brasileira, considerando os primeiros cursos de graduação e, por consequente, os programas de pós-graduação em museologia implantados no Brasil. Trata-se de um estudo bibliográfico e descritivo, elencando questões que norteiam as práticas de consolidação da museologia brasileira, buscando contribuir para uma perspectiva museal democrática e inclusiva que sirva de reflexão para estudos futuros.

No **CAPÍTULO 2 – PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E MEMÓRIA INDÍGENA SOB RISCO: O golpe de 05 de junho de 2024 contra o Museu do Vale do Arinos**, Saulo Augusto de Moraes, Jairo Luís Fleck Falcão, Renato Fonseca de Arruda, Waldineia, Antunes de Alcântara Ferreira e Francine Suélen Assis Leite abordam a situação de vulnerabilidade do patrimônio histórico-cultural e do direito à memória indígena no município de Juara, Mato Grosso. Tem como elemento contextual o Museu do Vale do Arinos, instituição municipal de base interdisciplinar, intercultural e de gestão compartilhada com os povos indígenas Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa e Munduruku, de perspectiva decolonial, tomada de assalto pela violência colonial em 05 de junho de 2024 para ser transformado em museu da colonização. O foco do capítulo é centrado em

compreender os fundamentos do golpe a partir de um olhar das teorias críticas da colonialidade e verificação hermenêutica das narrativas dominantes.

No CAPÍTULO 3 – INVESTIGAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO OFERECIDAS AOS VISITANTES NO MUSEU NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS NO RIO DE JANEIRO E NO MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS EM SÃO PAULO, Anderson da Costa Lacerda e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior discutem as barreiras encontradas na web e como afetam especialmente pessoas com deficiência, dificultando seu acesso a conteúdos e páginas. A pesquisa investiga a acessibilidade dos sites do Museu Nacional dos Povos Indígenas no Rio de Janeiro e do Museu das Culturas Indígenas em São Paulo, examinando recursos para inclusão de visitantes com diversas limitações. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica qualitativa e análise de dados sobre acessibilidade. Identificou-se que a inclusão e acessibilidade ampliam o alcance dos museus, permitindo a interação através de redes sociais e conteúdos adaptáveis, como vídeos legendados e eventos virtuais. Estas plataformas ajudam a construir a identidade digital dos museus, atrair novos públicos e aumentar a arrecadação de recursos.

No CAPÍTULO 4 – COMO AS ATIVIDADES DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA REGIONAL E O LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA GUARANI CONTRIBUEM COM A HISTÓRIA INDÍGENA DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA?, Ana Carolina Santana Lopes, Diana Mirela da Silva Toso e Neide Barrocá Faccio apresentam como as atividades do Museu de Arqueologia Regional (MAR) e do Laboratório de Arqueologia Guarani (LAG) colaboram com a memória e reconhecimento dos povos indígenas do Planalto Ocidental Paulista. Destacando as atividades da arqueologia que visa o estudo de sociedades passadas através da cultura material e como o método de educação patrimonial contribui para essa luta de sobrevivência.

No **CAPÍTULO 5 – SABERES RUPESTRE NOS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA REGIONAL**, Graziella Praça Orosco de Souza, Fernando Lopes da Silva e Neide Barrocá Faccio refletem sobre a abordagem interdisciplinar no ensino de Arte em ações de Educação Patrimonial, com foco na Arte rupestre, para estudantes do Ensino Fundamental, ofertados pelo Museu de Arqueologia Regional da FCT-UNESP. A pesquisa buscou compreender a eficácia dessa estratégia no desenvolvimento cognitivo, cultural e artístico dos estudantes. Utilizando uma metodologia centrada na interseção entre as disciplinas de História, Geografia e Artes, este estudo procurou promover uma compreensão mais profunda da Arte rupestre, considerando seu contexto histórico e seu papel na expressão cultural pré-histórica.

No **CAPÍTULO 6 – CERÂMICAS DO POVO TERENA NO CEMAARQ: Tradição Ancestral Indígena Preservada**, Leandro Cesar Dos Reis, Maria Eduarda Alves Dos Santos, Lisandra Hernández Montardy, Paulo Valério Barbulho e Neide Barrocá Faccio apresentam elementos para se compreender a coleção cerâmica Terena do CEMAARQ (Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia) que foi obtida na região do Mato Grosso do Sul, onde o povo Terena tradicionalmente vive. Os Terena conservaram, por 500 anos de processo colonização, a tradição da confecção da cerâmica, que apresenta características específicas e que funciona como um marcador cultural desse Povo. A cerâmica é parte da história do Povo Terena do MS, constituindo também uma forma de preservação desse legado cultural.

No **CAPÍTULO 7 – MUSEU VIVO DE SABERES TRADICIONAIS DA UFRJ**, Anna Carolina Santos, Jean Vital de Souza, Marcia Cabral da Costa, Nadia Pereira e Uona Martins Xavier apresentam o Programa de Extensão Museu Vivo de Saberes Tradicionais da UFRJ (MVST-UFRJ) que é uma das ações da Superintendência de Saberes Tradicionais do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Os autores

apresentam algumas atividades de ensino, pesquisa e extensão em parceria com comunidades indígenas, de terreiro, quilombolas, ciganas, dentre outras ligadas às culturas populares brasileiras. Destacam que, sob uma perspectiva sociológica de museu, o MVST-UFRJ não se delimita a um repositório de artefatos e obras de arte, mas sim como espaço de preservação da cultura e memória coletiva dos povos formadores desse território chamado convencionalmente de Brasil, a partir da valorização e protagonismo desses povos. Desempenha, por assim dizer, um papel central na construção de outros modos de se identificar a identidade de povos historicamente marginalizados e subalternizados, bem como auxiliando a promoção de Pesquisas, Ensino e Extensão, de modos inovadores nas universidades pautados numa metodologia de construção dialógica entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos.

No **CAPÍTULO 8 – O USO DE GEOTECNOLOGIAS PARA A DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS PRÉ-COLONIAIS**, José Fernando Moreira de Campos, Laura Ayumi Baione Sadakane e Neide Barrocá Faccio destacam o uso de geotecnologias, como as técnicas de geoprocessamento e o sensoriamento remoto, por exemplo, tem avançado significativamente nos estudos arqueológicos. Tais progressos tem melhorado a eficiência das pesquisas, economizando tempo, custos e aprimorando a qualidade do trabalho. O capítulo evidencia o uso dessas ferramentas nas análises espaciais em estudos de arqueologia, em específico do Sítio Arqueológico Alto Porã, localizado no município de Pedregulho, São Paulo. Os autores reforçam, ao longo do texto, a necessidade da sistematização dos dados obtidos, bem como a importância de técnicas de geoprocessamento e do sensoriamento remoto na interpretação da área e na dispersão dos materiais encontrados, ou seja, onde eles estão localizados.

E finalizando, no **CAPÍTULO 9 - OS MATERIAIS CERÂMICOS DO SÍTIO MANDAGUARI: Vestígios De Um Território Ancestral**

Indígena No Oeste Paulista, Eduardo Bacellar de Carvalho Santos, Lucca Martins Ferreira, Maria Eduarda Balcuinas Correa, Brendo Camargo Rosa e Neide Barrocá Faccio apresentam discussão em torno dos materiais cerâmicos do Território Arqueológico Indígena Mandaguari que está localizado no Distrito Floresta do Sul, no Município de Presidente Prudente, próximo à confluência do Córrego da Onça com o Ribeirão Mandaguari. Trata-se de um Sítio Arqueológico Guarani com presença de materiais cerâmicos, remanescente esquelético humano e vestígios de fogueiras. A pesquisa teve por objetivo a realização da reanálise dos materiais cerâmicos, sob a perspectiva da cadeia operatória (Cabrera, 2018). Foram reanalisados 105 fragmentos de cerâmica indígena. Para a reanálise dos materiais cerâmicos utilizamos a metodologia Faccio (1992), que leva em consideração a sequência da cadeia operatória de produção da cerâmica. Para isso, os fragmentos das vasilhas foram reunidos em conjuntos de uma mesma peça e depois restauradas.

Esperamos que a leitura convide você a mergulhar nos temas tratados e amplie sua discussão!

Palmas, Tocantins, verão de 2025.

Gilson Pôrto Jr.,
Fagno da Silva Soares,
Nelson Russo de Moraes e
Isaltina Santos da Costa Oliveira
Organizadores

POR UMA HISTÓRIA DO ENSINO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL: à guisa de avanços e desafios

Fagno da Silva Soares

Introdução

A presente pesquisa objetiva realizar um estudo de caso acerca do percurso do ensino da museologia no Brasil, sua institucionalização desde a criação do curso técnico de Museus no Museu Histórico Nacional em 1932 até o processo de criação dos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia no Brasil. Objetivou-se traçar um diagnóstico panorâmico da Museologia Brasileira, considerando os primeiros cursos de graduação e, por consequente, os programas de pós-graduação em museologia implantados no Brasil. Trata-se de um estudo bibliográfico e descritivo, elencando questões que norteiam as práticas de consolidação da museologia brasileira, buscando contribuir para uma perspectiva museal democrática e inclusiva que sirva de reflexão para estudos futuros.

O desenvolvimento da museologia enquanto ciência ocorreu na Europa dos séculos XVI, XVII quando do surgimento dos pequenos grupos de colecionadores de curiosidades, que ganhou

repercussão particularmente durante o chamado Iluminismo dando origem a museus nos Estados Unidos, sobretudo, museus artísticos, etnográficos e de História Natural. Em 1889 na Inglaterra foi fundada a *Museums Association*, instituição primeira de museólogos profissionais no mundo, sendo responsável pela edição e publicação do primeiro periódico dedicado à teoria e prática museológica no mundo, chamado de *Museums Journal*.

A institucionalização da museologia no Brasil está diretamente ligada à criação em 1932 do curso técnico de Museus no Museu Histórico Nacional (MHN) colocando o país na cena museológica internacional. Em 1946, ocorre a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), impulsionou dos debates acerca da museologia em todo o mundo. Em 1963 ocorreu o advento da Associação Brasileira de Museologistas (ABM), que congregava técnicos, museólogos e interessados na defesa dos profissionais ligados à museologia, com objetivo de fomentar e difundir conhecimentos museológicos no Brasil. Porém nas décadas seguintes, as sucessivas Conferências Internacionais do ICOM redimensionaram o conceito de museu, solapando as narrativas dominantes e tradicionais acerca do museu estático para uma visão dinâmica comunitária incorporando a participação da comunidade, a partir, da ideia de ecomuseus com vistas ao patrimônio e a sustentabilidade.

Destaca-se também, a criação do Conselho Federal de Museologia (COFEM) enquanto órgão regulamentador fiscaliza as práticas profissionais do museólogo no Brasil desde 1985. Os anos de 1990, também foram basilares para os estudos museológicos, redesenhando os limites este campo do saber, dando origem a Nova Museologia, uma visão renovada do fazer museológico, com destaque ao papel social do museu, com ideia ancoradas em pensadores como Walter Benjamin, Michel Foucault, e Benedict Anderson fazendo emergir um caleidoscópio das fronteiras e

possibilidades críticas e analíticas no vasto campo da museologia, que ganhou fôlego na virada do século XXI.

Outrossim, a museologia contemporânea evidencia uma perspectiva de museus interdisciplinares e multivocais, cuja inclusão seja sua tônica máxima, com práticas inovadoras e engajadas. Nesse sentido, analisaremos nesse artigo, os percursos da Museologia Brasileira, considerando os primeiros cursos de graduação e pós-graduação implantados no Brasil até a criação dos primeiros cursos de bacharelado em museologia na modalidade de Educação a Distância (EaD) no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI e no Centro Universitário Claretiano. A formação museológica no Brasil ocorre em diferentes universidades em quase todas as regiões do Brasil, formam profissionais capazes de atuar em museus, centros culturais, patrimoniais e de documentação e entre outros.

A parca literatura disponível sobre a institucionalização e configuração da museologia brasileira, somada ao conhecimento empírico, apontaram o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMP) criado em 2006 (Mestrado) e 2011 (doutorado) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), primeiro programa de doutoramento em Museologia da América Latina, fato este que motivou a escolha por este tema. A motivação se deu também por entre outros fatores: a relevância acadêmica e social da proposta de análise do tema. Soma-se ainda a viabilidade de execução (fontes acessíveis), pertinência e certa originalidade dadas as conexões teóricas e metodológica realizadas sob o vértice da museologia social, tornando-a exequível, dando provas de sua coerência, pertinência e operacionalidade cronológica e financeira (TANUS, 2013).

Os caminhos metodológicos de uma pesquisa constituem estratégias que orientam o pesquisador no desenvolvimento de ações sistematizadas capazes de contribuir para a obtenção de

resultados, pois, além de viabilizarem uma aproximação real com o problema levantado, visam construir hipóteses, classificar e interpretar os fenômenos, considerando suas variáveis (GIL, 2018). O percurso metodológico desta pesquisa está assentado nas seguintes etapas: classificação da pesquisa, instrumentos de coleta de dados e análise de dados. Na primeira etapa classificação da pesquisa, no que tange à abordagem, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, a qual, segundo Creswell (2014), consiste em um conjunto de práticas materiais interpretativas que tornam o mundo visível. O autor destaca que os pesquisadores qualitativos estudam coisas dentro de seus contextos naturais, tentando entender, interpretar os fenômenos em termos de significados atribuídos pelas pessoas. Em relação à natureza, o estudo configura-se como não-experimental; quanto à finalidade, enquadra-se como básico; no que tange aos objetivos, descritivo e explicativo; e aos procedimentos, bibliográfico e estudo de caso.

Para a realização desta investigação, primeiramente, fez-se um levantamento bibliográfico, consultando desde artigos científicos a teses sob inquirições das mais estritas para a fundamentação teórica, de forma a examinar todo o *Estado da Arte* disponível sobre a temática em questão, sejam elas de cunho mais analítico ou teórico, visando envolver categoriais conceituais que nos ajudem na compreensão de nosso objeto e que possam enriquecer e tornar este ainda mais preciso e delimitado. E assim, definir as chaves conceituais da pesquisa das quais necessitamos para o êxito da tese que estamos empreendendo.

As concepções atuais do saber museológico sugerem ao pesquisador um diálogo com novas possibilidades de leituras de mundo, conceitos e uso de fontes com suportes e linguagem diversas, buscando, assim, alargar as possibilidades da pesquisa, forjando uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a relação entre museologia, memória e história oral, muito embora se pareça contumaz, se faz cara nesse trabalho. Destarte, a pesquisa tem uma

abordagem qualitativa da atuação e ressonância da Museologia no Brasil tendo por base os cursos de graduação e pós-graduação. Desta forma, compreendemos que para atingir os propósitos desta pesquisa, foi necessário percorrer variadas fontes e empreender diferentes abordagens metodológicas para atender as diferentes fontes formatando um escopo documental e empírico que fundou nosso propósito de pesquisa: site do museu e bibliográficas.

Deste modo, podemos acessar e visualizar diferentes pontos de vista sobre uma particularidade ao entrecruzar fontes. Afinal, para seguir nossas pesquisas, devemos levar em consideração como nos alerta Bloch (2001, p, 20) que os documentos não falam por si sós “mesmo os mais claros em aparência e os mais complacentes, não falam senão quando se sabe interrogá-los”. Cabe ao pesquisador selecionar adequadamente técnicas, fontes e metodologia a serem utilizadas na pesquisa e definir um olhar inquisidor para a construção do seu objeto de estudo, formulando perguntas claras e objetivas ao seu propósito. Desta forma, somos convidados a revisitar para além das mesmas fontes, lançando sobre elas novas perguntas, por consequência, o estudo que propomos não deve ser uma transcrição pura e simples daquilo que as fontes e os documentos dizem. Afinal, a diversidade de fontes favorece a multiplicidade de olhares possíveis num mesmo objeto, enriquecendo sobremaneira nosso objetivo de estudo.

Por um histórico do ensino da museologia no Brasil

A Museologia enquanto campo teórico tem uma origem e prática plural e dispersa. Por certo, a interdisciplinaridade seja marca correntes dos estudos museológicos, sem perde de vista as questões que são próprias do campo museal. Os museus são “lugares de memória”¹, espaços potentes de reflexão histórica e museológica,

¹Expressão habitual entre os estudiosos da memória, termo cunhado por Pierre Nora. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História – História e Cultura**. n 17 1998, pp. 12-13.

são elementos fractais remanescentes do passado, capazes de evocar no presente diferentes narrativas históricas tensionadas das relações discursivas entre história e memória aplicadas à museologia.

Destarte, o museu enquanto fenômeno, se faz no processo de musealização, ou seja, numa operação que confere ao objeto um “[...] estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um ‘objeto de museu’ que se integre no campo museal”, nos termos de Desvallées e Mairesse, (2013, p. 57), cujas referências simbólicas traduzem um tempo e um espaço em intensa profusão, conectando temporalidades, capaz de evocar um presente repleto de passados.

Em 2022, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) deu um passo importante para a história da museologia ao aprovar uma nova e mais abrangente definição para museu. Nesse sentido, o novo texto traz algumas mudanças notadamente relevantes, incorporando novos termos e conceitos da museologia contemporânea, a exemplo de sustentabilidade, diversidade e inclusão, a saber:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM. 2022, p. 01).

O texto supracitado é fruto de um trabalho coletivo que envolveu milhares de profissionais da museologia em todo o mundo, a ampliação do conceito de museu se fazia candente e urgente para dá conta das novas reconfigurações dos museus no mundo contemporâneo. Termos e conceitos como diversidade, sustentabilidade e inclusão no conceito de museu denotam o caráter ampliativo de democrático desta nova definição que coaduna com as demandas acessadas pela comunidade museológica. Para Pierre Nora, o museu é antes de qualquer coisa um *lugar de memória*. Visto isso, é de se considerar, ainda, o museu a partir da concepção de lugar. Segundo a afirmação do autor francês Pierre Nora (1993), o museu pode ser um lugar de memória, para quem os lugares de memórias são

A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos e museus, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, pp. 12-13).

A gênese da Museologia do Brasil está diretamente ao conjunto de comemorações do Centenário da Independência de

1922, a exemplo da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, bem como, a exposição do Centenário da Independência no Museu Histórico Nacional (MHN), cuja fundação se deu em 2 de agosto de 1922, considerado a primeira instituição museológica brasileira (SCHEINER, 2009). Mais tarde em 1932, o Museu Histórico Nacional (MHN), criou o primeiro Curso de Museus no Brasil (SÁ, 2007), com o objetivo de formar profissionais para o próprio Museu Histórico Nacional, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional (COSTA, 2017). Nos termos da pesquisadora Luciana Costa

O Curso de Museus funcionou sob responsabilidade e fiscalização da diretoria interina do MHN, na pessoa do historiador Rodolfo Augusto Garcia Amorim (1873-1949) que dirigiu o museu entre os anos de 1930 e 1932. Durante o referido período Gustavo Barroso, idealizador do Curso de Museus, havia sido destituído do cargo devido às transformações políticas provocadas pela ascensão de Getúlio Vargas à Presidência. Mais tarde, ainda em 1932, contando com a simpatia do Presidente Getúlio Vargas, com quem já tinha uma estreita relação desde a participação dos dois na Conferência de Paz de Versailles em 1919, Gustavo Barroso foi restituído ao cargo de diretor do Museu (que ocupou até o ano de seu falecimento em 1959) e de coordenador do curso (COSTA, 2020, p. 148).

Os primeiros museólogos brasileiros formados em 1933 no curso supracitado eram chamados de Conservadores de Museus (COELHO, 2015). Tratava-se de um curso técnico de dois anos muito

embora era exigido do egresso a conclusão do ensino secundário, o equivalente o nosso atual Ensino Médio, o que confere ao curso um caráter quase de ensino superior, cujo intento era atender inicialmente a demanda de profissional do próprio Museu Histórico Nacional. Em 1951, o curso de Museus passou a ser resultado da parceria entre Museu Histórico Nacional e a Universidade do Brasil com o caráter um tanto mais universitário. Com a reformulação curricular e administrativa originou-se a Escola Superior de Museologia (ESM) em 1974 e foi transferido cinco anos depois, 1979 para a então Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), passou de Curso de Museus para Graduação em Museologia na hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), nos termos (COSTA, 2020, p. 153).

Em 1969, foi criado o segundo curso de Graduação em Museologia no Brasil no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Já em 1975, surge o primeiro Curso Superior de Museologia na rede privada de ensino na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO), no Rio de Janeiro, tendo sido transferido para as Faculdades Integradas Estácio de Sá em 1978 e funcionado até 1995, na ocasião os alunos passaram à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (TANUS, 2013). Observa-se que durante mais de meio século, a formação superior de museólogos no país ocorria em apenas dois polos de formação acadêmica, centradas no Rio de Janeiro e Bahia. No entanto, a atuação de Waldisa Rússio² foi decisiva para o romper desse

²Precursora da museologia acadêmica brasileira. Para aprofundamentos acerca das origens da Museologia e da teoria museológica, vide: BITTENCOURT, José Neves. **Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento**. Rio de Janeiro: MHN, Anais do Museu Histórico Nacional, Vol 28, 1996. / BRUNO, Maria Cristina (Org.). **O Icom-Brasil e o pensamento Museológico brasileiro: documentos selecionados** (Volumes 1 e 2). São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado São Paulo, 2010. / BRUNO, Maria Cristina (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos**

paradigma, ele foi responsável pela criação do primeiro do primeiro Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Museologia criado em 1977, na Fundação Escola de Sociologia e Política do Estado de São Paulo (FESPSP), durante o período as aulas ocorriam nas dependências do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). O curso vigorou até o ano de 1992 formando sua última turma, deixando um legado incontestável à museologia brasileira formando uma geração de importantes museólogos brasileiros que redimensionaram o fazer museal no país fora do eixo RJ/BA. Apesar da formação especializada de profissionais de museologia

É importante destacar a existência do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP), que funcionou no período de 1999 a 2006, com quatro edições [...] E também as iniciativas pontuais do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ambos com cursos desativados. Para além destes, destacam-se, ainda, diversos outros cursos a saber: o Curso de

de uma trajetória profissional (Volumes 1 e 2). São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado São Paulo, 2010. / COSTA, Karine L. **Noções gerais de Museologia**. Curitiba: InterSaber, 2020. / DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013. / DROUGUET, Noémie; GOB, André. **A museologia: história, evolução, questões atuais**. Tradução: Dora Rocha e Carlos Alberto Monjardin. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. / FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus, dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. 2. Ed. Fino Traço, Belo Horizonte: 2013. / POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

Especialização em Museologia, Colecionismo e Curadoria do Centro Universitário de Belas Artes em São Paulo criado em 2013, o Curso de Especialização em Museologia, Patrimônio Cultural do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criado em 2002, o Curso de Especialização em Museologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2002, o Curso de Especialização em Museologia do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria no Rio Grande do Sul e o Curso de Especialização em Museologia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), ambos criados em 2003, e o Curso de Especialização em Museologia da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP) criado em 2004. Acrescentam-se, o Curso de Especialização em Museologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e o Curso de Especialização em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em Minas Gerais, criado em 2012. Para além destes, assinala-se a realização do Curso de Estudos Avançados em Museologia (CEAM), fruto da parceria firmada entre a Associação Brasileira de Museus (ABM) e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa (ULHT), Portugal (COSTA, 2020, pp. 155-56).

Outrossim, nas últimas décadas temos avançado na difusão de conhecimentos acerca das civilizações africanas e sua diáspora, bem como, sobre os povos originários brasileiros, e suas contribuições tecnocientíficas, filosóficas e históricas à humanidade. Nesse sentido, advogamos uma nova museologia contemporânea descolonial solapadora do pensamento europocêntrico que valora somente a contribuição da branquitude no universo museal. Assim faz-se necessário descolonizar a museologia, a ciência e a linguagem que durante décadas contribuíram para a construção do Milagre Grego, a ideia que tudo surgiu na Grécia Antiga, gerando um apagamento da cultura africana, no que podemos chamar de epistemicídio e pilhagem epistêmica e museal operada pelos povos colonizadores ao saquearem nossas riquezas para criar museus na Europa com uma narrativa colonial e exploratória.

A operacionalização das Leis 10.639/2003, bem como a Lei 11.645/2008, tem ajudado a desvelar o padrão de colonialidade imposto pela perspectiva brancocêntrica europeria que precisa ser socialmente combatida, o mesmo se aplica as práticas impostas pelo machismo-etarista-capacitista ainda tão arraigado em nossa sociedade brasileira profundamente demarcada pelo patriarcalismo que se evidencia tanto na história quanto na museologia tradicionais. Somos uma sociedade atravessada pelos efeitos nefastos do processo de colonialização que subjugarão os povos originários, contribuindo para a construção de preconceitos, estereótipos e intolerância culturais e religiosas, que favorecem ao alterocídio, a necropolítica e a criminologia racial, bravamente combatido pela sociomuseologia.³

³A despeito do debate sobre a Sociomuseologia, vide: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário Canova. **Introdução à Sociomuseologia**. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa: 2020. / PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário Canova. **Teoria e Prática da Sociomuseologia**. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa: 2021.

Destarte, a consolidação de um Brasil pluriétnico previsto na Constituição de 1988, passa sobretudo, pelo reconhecimento da diversidade étnicorracial, sociocultural e religiosa do povo brasileiro em todos dos sentidos. Por uma cosmogonia africana e afrofuturista que valore a ciência africana e as práticas culturais dos povos originários, por uma museologia decolonial, afrocentrada e afrodiáspórica e uma educação antirracista que valore a atuação dos museólogos e museólogas enquanto agentes da transformação social, por uma sociomuseologia, capaz de catalisar e protagonizar comunidades antes invisibilizadas. Como sabemos, há um longo caminho ao combate às desigualdades raciais, sobretudo, como aprovação das supracitadas leis, que tem corroborado no reconhecimento e valorização das culturas afrobrasileira e indígena do nosso país no campo da educação e da museologia, com importantes contributo de Mário Chagas⁴.

O novo cenário da Museologia Brasileira aponta para um momento de profusão acadêmica nos próximos anos, com a criação de novas graduação e pós-graduações no país. Durante décadas a formação de museólogos em nível de pós-graduação se dava somente no exterior, notadamente nas universidades portuguesas, que tem sido um importante centro de formação qualificada de museólogos brasileiros. Faz-se necessário apontar que em grande medida, a aprovação das Leis 10.639/2003, bem como a Lei 11.645/2008, representam um importante avanço no debate acerca da valorização das matrizes africanas e dos povos originários na formação identitária e cultural brasileira, ao assegurar a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira-

⁴Sobre questões teórico-metodológicas na Museologia, vide: CHAGAS, Mário. O campo de atuação da Museologia. **Cadernos de Museologia**, nº02, 1994. pp.15-17. / CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Argos, Chapecó: 2015. / ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamound, 2007.

indígena na Educação Básica em estabelecimentos públicos e privados, fomentam um debate por séculos negligenciado, orquestradamente mobilizado para silenciar e/ou apagar o contributo dos povos negros e indígenas, tais reverberações ocorrem no campo da museologia.

Os cursos de graduação em museologia no Brasil

Os resultados obtidos, a partir do aporte teórico, das análises e dos dados obtidos e analisados durante essa pesquisa apontam para uma realidade museológica de não consolidação acadêmica, essa por sua vez, encontra-se ainda em curso no Brasil, ao contrário das instituições museais que operam em número muito mais considerável do que a formação acadêmica em museologia no Brasil, ou seja, temos muitos museus e poucos museólogos de formação.

Segundo o Conselho Federal de Museologia (COFEM), existem no Brasil 16 cursos de graduação em Museologia, todos bacharelados, a saber: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE (curso presencial em Orleans/SC em extinção para versão na modalidade EaD), Universidade Federal Recôncavo da Bahia – UFRB (Campus Cachoeira), Universidade Federal de Pelotas – UFPEL (Campus Pelotas), Universidade Federal do Sergipe – UFS (Campos Laranjeiras), Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP (Campus Ouro Preto), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade de Brasília – UnB, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal do Goiás – UFG, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO (curso extinto) e Universidade Estadual do Paraná – UNIESPAR. Todas as graduações supracitadas são cursos de bacharelado presenciais, ainda não existem nenhuma licenciatura sendo ofertada. Destacamos que existem apenas duas graduações na modalidade de Ensino a Distância como dito alhures,

no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI e Centro Universitário Claretiano. Destarte, a maioria das graduações em museologia presenciais são nas capitais exceto (Cachoeira BA), (Ouro Preto MG), (Pelotas RS) e (Laranjeiras SE) ofertada em cidades do interior. Outro adendo necessário é que somente os Estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul possuem duas graduações em Museologia.

As mudanças mais significativas no quadro de ofertas de vagas na graduação em Museologia no Brasil só foram efetivamente sentidas a partir do ano de 2004, a formação graduada em Museologia saiu passou de dois cursos em funcionamento Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Universidade Federal do Bahia – UFBA, saltando para 15 graduações na área em 2010, marcando presença já em todas as regiões brasileiras, como aponta o quadro a seguir:

Quadro 1: Instituições de Ensino Superior com cursos de graduação em Museologia no Brasil.

Nº	criação	INSTITUIÇÃO
1	1932	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (curso técnico pós-médio).
2	1970	Universidade Federal do Bahia – UFBA
3	1979	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
4	2004	Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE (curso presencial em extinção para versão na modalidade EaD) Orleans/SC
5	2006	Universidade Federal Recôncavo da Bahia – UFRB Campus Cachoeira/BA
6	2006	Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
7	2007	Universidade Federal do Sergipe – UFS Laranjeiras/SE

8	2008	Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
9	2008	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
10	2009	Universidade de Brasília – UnB
11	2009	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
12	2010	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
13	2010	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
14	2010	Universidade Federal do Goiás – UFG
15	2010	Universidade Federal do Pará – UFPA
16	2014	Universidade Camilo Castelo Branco – UNICASTELO (curso extinto)
17	2019	Universidade Estadual do Paraná – UNIESPAR
18	2020	Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI (a distância)
19	2020	Centro Universitário Claretiano – CLARETIANO (a distância)

Fonte: e-MEC (2017) consulta atualizada em 2023 por SOARES, Fagno. 2023.

De acordo com dados do e-MEC, com os quais estruturamos o quadro acima, a maioria dos cursos de graduação em Museologia no país é ofertado por instituições de Ensino Superior públicas, sendo que estas só ofertam na modalidade presencial e apenas quatro cursos são ofertados por instituições privadas. Destes, dois foram extintos e os outros dois são ofertados na modalidade a distância, e só passaram a funcionar em 2020. Vale destacar que aguardam autorização do MEC para funcionamento os cursos de graduação em Museologia a distância o bacharelado da Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível – FAECA DOM BOSCO e do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, este último já fora pioneiro quando da criação do curso no interior de Santa Catarina em 2004, atualmente desativado. A

Pontífice Universidade Católica de Campinas – PUC/Campinas também aguarda autorização para funcionamento da graduação presencial em Museologia. Merece ainda destaque, o segundo Bacharelado em Museologia mais antigo do Brasil ofertado desde 1970 pela Universidade Federal do Bahia – UFBA oferece duas habilitações sendo: Museologia com Habilitação em Museu de História e Museologia com Habilitação em Museu de Arte. Burilando por entre sites institucionais foi possível observar que a maioria destes cursos funcionam em universidade federais ligados a departamento e faculdades de História, Antropologia, Ciência da Informação e Artes.⁵

Trata-se de um momento singular, início de uma longa jornada da institucionalização da museologia brasileira, que entre avanços e desafios, encontra-se num momento de profundo crescimento o funcionamento de dois cursos de graduação a distância sendo um Centro Universitário Leonardo da Vinci –

⁵Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador/BA), Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, Cachoeira-BA), Faculdade de Ciência da Informação da Universidade Federal de Brasília (UNB, Brasília/DF), Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG, Goiânia/GO), Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte/MG), Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Ouro Preto-MG), Instituto de Ciências da Arte da Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém/PA), Escola de Música e Belas Artes do Paraná da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, Curitiba/PR), Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE Recife PE), Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH / Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro), Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL, Pelotas/RS), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre/RS), Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis/SC) e Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS, Laranjeiras/SE).

UNIASSELVI e o outro Centro Universitário Claretiano com os quais temos assistido o crescimento significativo do número de estudantes de Museologia no país, resultado das articulações entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Os cursos de pós-graduação em museologia no Brasil

Já a formação pós-graduada em Museologia no Brasil tem sua gênese em 2006 com a criação do primeiro mestrado na área, com o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMP) criado em 2006 (Mestrado) e 2011 (doutorado) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), primeiro programa de doutoramento em Museologia da América Latina, em pouco tempo, tornou-se um centro de excelência na formação profissionais da área. Até a presente data é o único programa de Doutorado em Museologia da América Latina.⁶

Quadro 2: Cursos de Pós-Graduação em Museologia no Brasil.

Nº	CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO	PROGRAMA
1	2006/2011	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de	Museologia e Patrimônio

⁶Programa de Pós-Graduação em Museologia - PPGMuseu da Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador-BA), Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia – PPGAPM Mestrado Profissional da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR, Parnaíba-PI), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro-RJ) e Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia pela da Universidade de São Paulo (USP, São Paulo-SP). E apenas um doutoramento na área pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro-RJ)

		Astronomia e Ciências Afins – MAST	
2	2012	Universidade de São Paulo – USP	Museologia
3	2013	Universidade Federal da Bahia – UFBA	Museologia
4	2014	Universidade Federal do Piauí – UFPI	Arte, Patrimônio e Museologia
5	2014	Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST	Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia
6	2016	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Museologia e Patrimônio

Fonte: Plataforma Sucupira (2019), organizado por SOARES, Fagno. 2023.

De acordo com os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) existem seis programas de Pós-Graduação em Museologia no Brasil todos ofertados por universidades públicas e em sua maioria são mestrados acadêmicos. Destes quatro cursos de mestrado acadêmico e dois mestrados profissionais, estes últimos, a saber: Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM) na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPA), primeiro a ser ofertado no interior do Brasil, no litoral piauiense e o Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

Pode-se observar nos dados dispostos no quadro 2, que as regiões Norte e Centro-Oeste ainda não possuem programas de

Pós-Graduação em Museologia. Há três programas no Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e dois no Nordeste Bahia e Piauí). A Região Sul possui apenas um único programa (Rio Grande do Sul), possivelmente seja ainda reflexões da origem na museologia no Brasil ter sido nos polos do Rio de Janeiro e Bahia.

Recentemente os Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia (PPGMus) da Universidade de São Paulo (USP) com parceria (Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu Paulista, Museu de Zoologia e Museu de Arte Contemporânea) e o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) receberam conceito 4, o que os habilitam a ofertar doutorado na área, que será o segundo da América Latina. Soma-se ainda, a aprovação durante a Avaliação Quadrienal 2017-2020, do primeiro Doutorado Profissional da área, o Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM) na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), será o único da América do Sul e Central. A aprovação destes programas para funcionamento em 2024, representa um importante avanço da museologia no Brasil, sobretudo, no contexto da América Latina, as próximas décadas assistiram um crescimento exponencial de teses e doutores formados no Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) o quantitativo de instituições museais no Brasil é considerado razoável, porém a distribuição geográfica regional não é equilibrada. Podemos verificar no Mapa 1, as Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil concentram apenas 12% de museus, por outro lado as Regiões Sul e Sudeste abrigam 67% de unidades museais, sugerindo, portanto, uma concentração de instituições museológicas no eixo Sul e Sudeste do Brasil.

destacar as políticas pública de cultura que valorar o patrimônio histórico-cultural.

Segundo o Ministério da Educação (MEC) existem no Brasil seis Programas de Pós-Graduação em Museologia no Brasil recomendados, agrupados na Grande Área Comunicação e Informação. Trata-se de um número ainda muito incipiente dada a complexidade e avanços do número de museus espalhados no Brasil. Temos o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMP) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseus) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM) na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia (PPGMus) na Universidade de São Paulo (USP) e Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Do conjunto destes programas, apenas UFDPAR e MAST ofertam Mestrados Profissionais em Museologia, os demais são Mestrados Acadêmicos. Atualmente somente a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) oferta o primeiro e único doutorado em Museologia do Brasil e da América do Sul com área de concentração em Museologia e Patrimônio. Destacamos aqui o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMP) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pioneiro no Brasil, possui coerência e consistência entre a área de concentração e suas linhas de pesquisa em consonância com aos debates internacionais da área recebendo alunos de diferentes países da América Latina e no Caribe.

O mesmo se aplica aos projetos de pesquisa, produção intelectual e estrutura curricular do programa que apresenta uma

forte vocação internacional, dadas as parcerias com e instituições e eventos internacionais. É formado por um corpo docente bastante qualificado e de excelência internacional. O impacto acadêmico pode ser percebido, principalmente por se tratar do único Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio da porção Sul da América, responsável pela formação de professores doutores que atuam em cursos de graduação em diferentes regionais do Brasil e da América do Sul, com reverberações intelectuais na América Latina e no Caribe.

Considerações finais

A formação e institucionalização da Museologia Brasileira teve na década de 1930, seus primeiros passos acompanhando os movimentos internacionais na França e Estados Unidos, o mesmo ocorreu na virada no século XXI, coadunando com as transformações internacionais quanto a formação, profissionalização e delineamento conceitual da museologia no mundo, contribuindo ao debate de um museu pós-colonial, inclusivo e decolonial, no que poderíamos chamar nos termos de Françoise Vergès (2023) de pós-museu, ou seja, um processo de decolonização de imaginários, a partir da desconstrução das hierarquias sociais, raciais e de gênero nos museus do sul global. Mas apesar dos avanços a profissionalização acadêmica de museólogos no Brasil é ainda muito incipiente quanto relacionada aos Estados Unidos e Europa, onde existem um grande número de graduações e pós-graduações na área, o que favorece na composição profissional dos quadros em instituições museais, configurando-se num gargalo a ser superado.

Nesse sentido, faz-se necessário pontuar que a Política Nacional de Museus (PNM), tem fortalecido do debate acerca da criação e fomento a curso de formação de museólogos no Brasil com a iniciativa e esforços conjugados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão (REUNI) das Universidades Federais para ampliação da

oferta e alargamento da formação graduada em museologia no Brasil que hoje conta com 17 cursos de graduação presente nas cinco regiões brasileiras, o mesmo não se verificou na formação pós-graduada que conta com apenas cinco programas de pós-graduação presente em apenas três regiões brasileiras em que pese contamos com apenas um Programa de Doutorado em Museologia em funcionamento no Brasil, como apareceu no decurso de nossa pesquisa, sinalizando a incipiência da formação pós-graduada em museologia num universo de 3.967 museus brasileiros, com poucos profissionais com formação específica na área. Forçando muitos de nossos pesquisadores a buscar a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa (ULHT) em Portugal para realização de seus estudos de doutoramento na área.

Referências

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamound, 2007.

BITTENCOURT, José Neves. **Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento**. Rio de Janeiro: MHN, Anais do Museu Histórico Nacional, Vol 28, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUNO, Maria Cristina (Org.). **O Icom-Brasil e o pensamento Museológico brasileiro: documentos selecionados** (Volumes 1 e 2). São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado São Paulo, 2010.

BRUNO, Maria Cristina (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional** (Volumes 1 e 2). São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado São Paulo, 2010.

CHAGAS, Mário de Souza. Da Museologia normal à Museologia extraordinária. In.: CHAGAS, Mário. O campo de atuação da Museologia. **Cadernos de Museologia**, nº02, 1994. pp.15-17.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Argos, Chapecó: 2015.

COELHO, Priscilla Arigoni. **Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)**. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, Karine L. **Noções gerais de Museologia**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

COSTA, Luciana Ferreira da. Institucionalização e a configuração atual da Formação em Museologia no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.25, número 3, pp. 145-163, 2020.

COSTA, Luciana Ferreira da. **Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias**. 2017. Tese (Doutoramento em História e Filosofia da Ciência) - Universidade de Évora, Évora, Portugal. 2017.

CRESWELL, Jhon W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DROUGUET, Noémie; GOB, André. **A museologia: história, evolução, questões atuais**. Tradução: Dora Rocha e Carlos Alberto Monjardin. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus, dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. 2. Ed. Fino Traço, Belo Horizonte: 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História – História e Cultura**. PUC-SP, n 17 1998, pp. 12-13.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário Canova. **Introdução à Sociomuseologia**. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa: 2020.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário Canova. **Teoria e Prática da Sociomuseologia**. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa: 2021.

SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, pp. 10-42, 2007.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Cultura material e Museologia: considerações. In.: GRANATO, Marcus (Org.). **Museologia e patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, pp. 17-48.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. A Trajetória do Ensino da Museologia no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Vol.I1, nº3, maio/junho de 2013, pp. 76-88.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. Editora Ubu, São Paulo, 2023.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E MEMÓRIA INDÍGENA SOB RISCO: O golpe de 05 de junho de 2024 contra o Museu do Vale do Arinos

Saulo Augusto de Moraes

Jairo Luís Fleck Falcão

Renato Fonseca de Arruda

Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira

Francine Suélen Assis Leite

Considerações iniciais

Este artigo é uma produção que resulta da violência colonial sofrida pelo Museu do Vale do Arinos, culminada no golpe de 05 de junho de 2024. Originalmente este artigo seria parte de uma série de publicações acerca do Museu do Vale do Arinos, incluindo ações de pesquisa planejadas para agosto/setembro de 2024. Contudo, a referida série foi abruptamente interrompida.

Aproveitamos alguns dados previamente gerados para as futuras publicações, que citamos, e os complementamos com outros novos, em face da nova situação, inusitada. Enfatizamos que esta produção tem sentido de denúncia, o que é perfeitamente

compreensível diante dessa nova realidade produzida de assalto – e defendemos que a ciência deve cumprir função sociopolítica.

O Museu do Vale do Arinos é uma instituição do município de Juara, Mato Grosso, inaugurada em 2018. Contudo, apesar da sua pouca idade, o que chama atenção – e o que nos levou a produzir a série de artigos que mencionamos – é a sua configuração institucional inovadora: o compartilhamento universal da gestão, produção de acervos e curadoria com diferentes povos indígenas – sendo este, também o motivo que levou ao golpe.

O Museu do Vale do Arinos pode ser compreendido como uma nova tecnologia social, ou uma nova tecnologia sociomuseal. Mas, preferimos compreendê-lo como sendo o primeiro museu decolonial indígena da Amazônia mato-grossense (bem como, também, o primeiro deste modelo no Brasil). Daí o interesse em divulgar, por meio de artigos, esse novo museu. Mas, como explicamos, a última etapa deste trabalho foi interrompida – além da interrupção de vários outros projetos e ações – por ocasião da tomada autoritária da instituição, o que mudou o rumo dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos.

A instituição possui um rico e diversificado acervo arqueológico, com exemplares de líticos lascados, líticos polidos, projétil de pedra (ponta de flecha de pedra), socadores, bacias, seixos, restos de oficina lítica, cerâmicas (com diferenças tipológicas), além de documentação de sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres. Também possui um diversificado acervo etnológico, com exemplares representativos das etnias indígenas Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa e Munduruku, todas da região. Todo esse acervo se encontra sujeitado, desde 05 de junho de 2024, à ação de estranhos à instituição, pós-golpe.

Neste artigo, buscamos problematizar os fundamentos do golpe e ameaças ao patrimônio histórico-cultural e memória indígena, sob risco, no Museu do Vale do Arinos.

Elementos metodológicos

Este texto é uma parte de uma série de publicações acerca do Museu do Vale do Arinos⁷, as quais comporão, em 2025, o primeiro livro de caráter científico da instituição. O Museu do Vale do Arinos⁸, instituição museal de Juara (MT) inaugurada em 2018, tem sido nosso foco de interesse por apresentar uma inovação na sua forma de gestão: o compartilhamento universal do poder de tomada de decisão, com os povos indígenas Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa e Munduruku.

Assim, buscamos compreender primeiro como isso está organizado na legislação municipal e em documentos internos, depois buscamos compreender sua dinâmica no cotidiano, ouvindo profissionais não indígenas e indígenas que frequentam a instituição (diálogos espontâneos), nos orientando a partir das pesquisas de Moraes (2022) e Arruda (2022), as quais figuram como as principais no contexto da pesquisa bibliográfica (Gil, 2007; Marconi & Lakatos, 2023). Também analisamos matérias de imprensa regional, numa perspectiva hermenêutica (Sidi & Conte, 2017), visando identificar elementos coloniais que deram origem ao golpe. As considerações a partir da análise foram distribuídas em todo o corpo do artigo.

As produções de artigos mencionada, assim como a presente artigo, tem sentido axiológico (Adorno & Horkheimer, 2006), pois considera a experiência de cada autor/a no próprio contexto intercultural de contato com os povos indígenas citados e com o Museu do Vale do Arinos. Nesse sentido, é uma produção de caráter interdisciplinar e multirreferencial. No entendimento de Breton e Alves (2021, p. 03), a experiência “é vivida antes de ser captada pelo pensamento, apreendida pela reflexão, caracterizada em seus componentes”. É a experiência “que desperta o poder de

⁷ Revista Memória em Rede (UFPEL, 2024); Revista Ñanduty (UFGD, 2024); Revista Aceno (UFMT, 2024); Revista Relva (UNEMAT, 2021) entre outros.

⁸ <https://museudovaledoarinos.org.br/>

conhecer” (Breton e Alves, 2021, p. 03). É na experiência que acontecem as aprendizagens (Kastrup, 2008).

Nossa concepção de museu, dentro desse debate, é a de instituição pública que deve se responsabilizar, efetivamente, pela salvaguarda e difusão do patrimônio histórico-cultural indígena, da mesma forma que o faz com o patrimônio não indígena, compartilhando o espaço público de memória na garantia dos direitos – legalmente previstos (Brasil, 1988) – dos diferentes grupos formadores da sociedade nacional. Adotamos o conceito de patrimônio conforme a perspectiva de Meneses (2012) e Chuva (2012; 2020).

Pressupostos históricos e etnológicos do espaço regional

O Vale do Arinos é uma microrregião geográfica situada na mesorregião norte do estado de Mato Grosso, inserida no contexto sociopolítico da Amazônia Legal. Nesse espaço regional, existe a presença histórica de diferentes povos indígenas, conforme apontam os registros de Antônio José de Carvalho Chaves, a partir de 1819 (Mourão, 2008), Hércule Florence, a partir de 1828 (Moura, 1984), José da Silvia Guimarães, por volta de 1844 (Stuchi, 2010) e Dornstauder (Dornstauder, 1975) a partir de 1955; as pesquisas realizadas por Grünberg (1970; 2004), Stuchi (2010), Migliacio (2017), Moraes, Stuchi & Araújo (2021), Tempesta (2009), Sant’Ana (2009), Oliveira (2010), Lima (2012), Ferreira (2014), Moraes (2022), além de informações técnicas produzidas por Rangel (1987), Ramos (2000), Hirooka & Hoeltz (2018) e Schwengber (2017), entre outros.

Esse território passou a ser colonizado a partir da década de 1950, pela iniciativa privada, conforme explica Guimarães Neto (1986; 2006; 2021). Nesse sentido, os territórios tradicionalmente indígenas passaram por processos de reocupação sistemática recente (Joanoni Neto, 2002; 2007; 2017).

Todo esse processo ocorreu imbuído dos valores coloniais de racialização dos povos dominados, conforme a perspectiva de

Quijano (2005), e colonialismo interno, conforme a perspectiva de Gonzáles Casanova (2007), desde o advento da modernidade (Dussel, 1993). Nesse sentido, os povos indígenas regionais foram subalternizados (Spivak, 2010), situação que chega até o presente – em que pese isso não ocorrer sem a resistência indígena.

Os privilegiados, política e economicamente, desse processo de colonização (Sant’ana, 2009), antagonizam os povos indígenas e seus patrimônios históricos e culturais desde o início, buscando diferentes formas de legitimar o discurso dominante, como por exemplo a narrativa de uma Amazônia mato-grossense “a-histórica” antes da colonização. Assim, fazem usos dos espaços públicos de memória e de mídia para dar protagonismo à memória da colonização em detrimento da memória indígena.

Esse processo de colonização provocou, invariavelmente, alterações étnicas nos grupos indígenas contatados. Contudo, não os descaracterizaram. Esses grupos étnicos após conseguirem a demarcação de alguns territórios (em torno de 10% do que antes fora seus territórios tradicionais), na forma de Terras Indígenas, iniciaram (muito recentemente) um processo de luta pela preservação da memória indígena e de suas fronteiras étnicas (Barth, 1976); o resgate de práticas culturais recentemente extintas e a busca por espaços públicos de referência étnica, no perímetro urbano.

Juara figura como município polo do Vale do Arinos, sendo o maior dos 06 municípios, tanto em território geográfico quanto em densidade demográfica. Oficialmente fundada em 1981, Juara foi projeto de colonização privada (Sant’ana, 2009), sendo paulatinamente ocupada por migrantes das regiões sudeste e sul do país, principalmente. Sua economia se baseia na criação de gado de corte e exploração madeireira, cedendo espaço, aos poucos, à nova fronteira agrícola (Santos, 1996). Juara é onde se tem também a maior presença indígena em toda a região noroeste do estado, apesar dessa presença indígena ser preterida pelo grupo hegemônico (cultura e economia dominantes).

Antes do contato, diferentes povos indígenas ocuparam o Vale do Arinos. Diversos artefatos arqueológicos, tanto líticos (lascados e polidos) quanto cerâmicos, disponíveis nos acervos do Museu do Vale do Arinos⁹, bem como registros de sítios arqueológicos junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/CNSA¹⁰ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), atestam isso. Mesmo assim, o processo de racialização dos povos nativos sul-americanos pelo colonialismo europeu (Quijano, 2005) e depois pelo colonialismo interno (González Casanova, 2007), tem negado reconhecimento às construções históricas materiais e socioantropológicas desses diferentes grupos. Assim, a discriminação é fortalecida contra esses povos, sendo-lhes, por isso, negado espaços públicos institucionais de preservação da memória e difusão etnocultural. Neste ponto, podemos perceber os fundamentos do golpe.

Moraes (2022) ao analisar em sua pesquisa uma entrevista de 2018, realizada por uma TV local (“TV Juara”) com o então diretor do Museu do Vale do Arinos, problematizou a afirmativa do repórter ao interpelar o entrevistado: “Mas a história mesmo de Juara ela não está aqui”, enquanto a câmera filmava um enorme acervo arqueológico e etnológico, o que confirma a invisibilidade colocada contra esses acervos. Esses acervos são materialidades que confirmam a presença indígena na região, anterior à colonização, sendo por este motivo atacadas (e negadas pelo conjunto do senso comum). A busca hegemônica pela negação da história regional tem direcionado diferentes formas de ataque contra o Museu do Vale do Arinos, sendo o ataque mais recente, a sua tomada arbitrária para ser transformado em museu da memória da colonização.

⁹ Instituição museal sediada em Juara-MT. Museu municipal. www.museudovaledoarinos.org.br

¹⁰ http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php

O papel da universidade pública e a importância da extensão universitária

A universidade pública desempenha papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. Sua importância reside principalmente na produção de conhecimento e, sobretudo, na sua democratização e influência na produção do mundo contemporâneo.

A função social da universidade pública está intrinsecamente ligada à ideia de que o conhecimento produzido deve servir ao bem comum. As universidades públicas são, portanto, vistas como instituições que não apenas produzem conhecimento, mas também o aplicam em benefício da sociedade (Gurgel, 1986). Esse compromisso com o bem público é importante para o desenvolvimento da sociedade como um todo (Menezes Neto, 1983).

No contexto do tripé ensino, pesquisa e extensão, a extensão assume um papel fundamental: É a via pela qual o conhecimento acadêmico é levado à comunidade, promovendo uma interação entre a universidade e a sociedade. Essa interação não apenas enriquece a formação dos estudantes, ao expô-los a realidades diversas e ao incentivo da prática de soluções inovadoras para problemas concretos, mas também fortalece os laços entre a universidade e a comunidade, gerando impactos positivos em ambas as partes. De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2010), a extensão universitária estabelece a relação mais direta entre a universidade e a comunidade, caracterizando-se como um processo educativo, cultural, científico e político interdisciplinar.

Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos são alguns autores que buscaram refletir sobre a importância da extensão universitária. Paulo Freire, em suas obras enfatiza a educação como um ato libertador e transformador, defendendo a universidade como um espaço de emancipação e engajamento social, tendo na

extensão a forma mais adequada para se aplicar o conhecimento na sociedade. Boaventura de Sousa Santos, embora português, tem forte atuação no Brasil e suas obras sobre a "Universidade no Século XXI" discutem a necessidade de uma universidade comprometida com a justiça social, de forma que os conhecimentos elaborados na academia cheguem de fato até as pessoas comuns. Esses autores oferecem uma base teórica robusta para entender a relevância da universidade pública e nos fornecem elementos para entendermos a importância da extensão universitária na contemporaneidade.

Em 2004, foi criado em Juara o campus universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). De acordo com Braun (2023):

[...] os lugares onde a Unemat se insere na forma de campus, ganham com a formação de recursos humanos, com o desenvolvimento da pesquisa e inovação, com a transferência de tecnologia, com programas de incubadoras e aceleradoras, com cultura e arte. A presença da Unemat em um município representa desenvolvimento humano, técnico e impacto positivo na economia regional

Conjuntamente à criação do campus, foi instalado o curso de pedagogia. Sobre este curso, especificamente, Moraes & Ferreira (2021, p. 06) comentam que:

[...] o curso de Pedagogia tem ocupado a avenida principal da cidade para posicionar-se em defesa da educação pública, das e com as culturas indígenas, para combater o preconceito e a discriminação de classe, de

raça, de origem, de credo e de gênero, para realizar campanhas contra a exploração sexual infanto-juvenil, para prevenir o câncer de mama, para alertar a sociedade sobre a violência doméstica entre tantas outras pautas. Uma pauta mais recente tem sido a sensibilização social sobre os impactos da instalação da usina hidrelétrica (UHE) “Castanheira” no rio Arinos, das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) “Batelão” e “Estrela de Fogo” no rio dos Peixes, do Complexo Hidrelétrico Juruena entre outras. Nesta ação de mobilização os estudantes se uniram a comunidades de pequenos e pequenas produtoras rurais que serão impactadas pela usina hidrelétrica Castanheira (Fig1).

Os autores apontam para uma forte base de formação humana e política (e não apenas técnico-científica) do referido curso de pedagogia, dando-lhe sentidos multirreferenciais e práticas pedagógicas decoloniais. Para os autores, a diversidade de movimentos e lutas que se originam neste curso de pedagogia, ecoam em muitas ações extensionistas. Em 2018, um desses ecos foi na direção de se produzir um espaço público de memória que considerasse os diferentes povos indígenas do Vale do Arinos (e não apenas um espaço de memória da colonização, como é comum nas cidades do norte do Mato Grosso).

Assim, em parceria com o Projeto de Pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes” da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara, e com outros grupos multidisciplinares, este movimento plural deu origem ao Museu do Vale do Arinos.

A gênese do Museu do Vale do Arinos se encontra na UNEMAT, campus do Vale do Arinos (é o mesmo campus de Juara). Não nos referimos a sua gênese objetiva, técnica, científica, calculada. Falamos de uma gênese de sensibilidade, de afetividade para com as pautas sociais, de sentimento de pertencimento, de consciência de classe e identitária, de olhar crítico e sensível, de movimento, de lutas, de decolonialidades. Uma gênese construída ao longo da história do curso de pedagogia em cada dia de aula, em cada aula-campo, em cada movimento nas feiras culturais, nas feiras de ciência, nos festivais e luas, nos seminários e colóquios, nas atividades do projeto de pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes”, nas ações do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal (LEAL) do campus, nas mobilizações em defesa do patrimônio histórico-cultural e do patrimônio natural, nas itinerâncias pedagógicas (Moraes & Ferreira, 2021, p. 04 – grifo nosso).

Moraes (*et al*, 2023, p. 05) explica que:

O primeiro registro do Museu do Vale do Arinos é como projeto de extensão universitária de 2016, denominado “Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico,

Etnocultural e Artístico do Vale do Arinos”. Sua justificativa trazia que “na região do Vale do Arinos, artefatos do patrimônio arqueológico tem sido objeto de coleta e coleção por parte dos moradores que os mantem sob guarda sem maiores cuidados” (Unemat, 2016, p.06).

E explica também que:

O projeto contou com a colaboração direta das comunidades indígenas regionais e, nominalmente, um total de sete lideranças indígenas e mais onze cartas de anuência de outras duas prefeituras e ainda outros órgãos, como o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Juara-MT (Moraes *et al*, 2023, p. 05-06).

Munduruku (2019, p. 07) ao falar de suas experiências, enquanto indígena, no processo de constituição do Museu do Vale do Arinos, diz que:

O Museu do Vale do Arinos [...] está localizado na praça dos colonizadores, no centro da cidade. É importante ressaltar que a referida praça configura o cartão postal da cidade. Cidade que infelizmente carrega o apelido de “capital do gado”, uma referência ao agronegócio (pecuária) que domina o mercado local e regional. Tal observação da localização do prédio do museu se dá pelo fato de que o próprio prédio (após ser

conseguido com muitas lutas) fora pintado pelos indígenas com as respectivas cores tradicionais de cada etnia, o que configura uma afronta à cúpula do poder político e econômico local. Mas para chegar até a “praça dos colonizadores” fora empreendido muitas lutas, muitos esforços, muitas estratégias e muita dedicação.

O mesmo autor também afirma que “[...] o Museu do Vale do Arinos é para nós indígenas uma extensão das nossas aldeias, um lugar de nossa cultura na cultura não indígena, o que o faz também um espaço de integração onde nós podemos conhecer e conviver com o outro sem deixar de sermos nós” (Munduruku, 2019, p. 09).

Arruda (2022) ao analisar o processo de constituição do Museu do Vale do Arinos, entende que “este processo encontra-se permeado de tensões expressas através de diferentes atores sociais e políticos”. Moraes (2022) entende que o Museu do Vale do Arinos depois de constituído passou a ser atravessado por diversas formas de ataques e tentativas de sabotagem em razão da constante presença indígena, tanto a presença física (humana), quanto a presença nos acervos etnológicos e arqueológicos.

O entendimento de que o patrimônio etnológico e arqueológico do Vale do Arinos necessitava de musealização para proteção e difusão – a partir do projeto de extensão, na sua gênese – levou o governo municipal (representante do grupo hegemônico) a iniciar um processo sistemático de sucateamento da instituição.

A desvalorização dos acervos etnológicos e arqueológicos do Vale do Arinos não apenas afeta as populações indígenas remanescentes (atacando suas memórias colocadas representadas nesses acervos), mas também compromete o reconhecimento da ocupação antrópica milenar da região. Nesse sentido, a universidade

pública local (Unemat, campus de Juara) e suas ações extensionistas tem se mostrado essenciais para a transformação dessa realidade.

A situação atual do Museu do Vale do Arinos: o golpe de 05 de junho de 2024

Conforme é apresentado em seu *site* institucional¹¹:

O Museu do Vale do Arinos é, antes de tudo, uma instituição nascida na base. Sua gênese se encontra nos esforços de grupos multidisciplinares de docentes, pesquisadores, indígenas de diferentes etnias, estudantes e bolsistas a partir da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) através do Projeto de Pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes”, com a colaboração do Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos (ECUMAM) e da Archaeo Empresa de Pesquisa Arqueológica, na busca pela criação de um espaço de proteção e difusão do patrimônio histórico e cultural do Vale do Arinos. Em 2017 este conjunto de esforços provocou a Câmara Municipal de Juara a instaurar o Projeto de Lei Municipal nº 004/2017 que culminou com a Lei Municipal nº 2.682 de 15/01/2018, criando, efetivamente, o Museu do Vale do Arinos como instituição pública. Os seus acervos

¹¹ <https://museudovaledoarinos.org.br/nossa-historia/>

também foram produzidos no bojo desse movimento plural e se constitui, principalmente, de doações. Essa rede de parcerias se estende até os dias atuais, fazendo com que o Museu do Vale do Arinos rompa com a tradição museológica e musel da instituição verticalizada e imperativa, fazendo-a decolonial e multitransversal em seus processos políticos e pedagógicos.

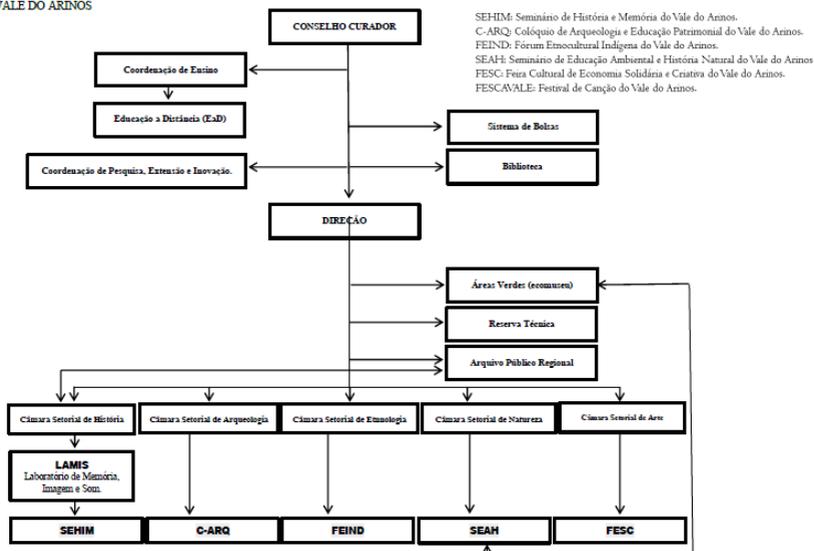
A legislação municipal referente ao Museu do Vale do Arinos o define como uma instituição pública da administração municipal de Juara, de gestão compartilhada com a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus de Juara, e com o Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos (Ecumam)¹² através do Conselho Curador, órgão soberano de decisões. Este conselho é composto por 10 membros, sendo: 2 representantes da Prefeitura Municipal de Juara; 2 representantes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus de Juara; 2 representantes do Instituto Ecumam; 1 representante da etnia indígena Apiaká; 1 representante da etnia indígena Kayabi; 1 representante da etnia indígena Munduruku; 1 representante da etnia indígena Rikbaktsa.

Essa organização institucional foi pensada, multidisciplinar e interculturalmente, visando superar a forma tradicional de organização de museus municipais em Mato Grosso que, em geral, concentra o poder de tomada de decisão no chefe do poder executivo municipal, ou a quem ele delegar (secretários, chefes de departamentos etc). Isso foi necessário visto que os agentes políticos mato-grossenses, de modo geral, representam o interesse hegemônico. Assim, o Museu do Vale do Arinos ficou organizado da seguinte forma:

¹² Organização da Sociedade Civil, sediada em Juara-MT, de utilidade pública municipal definida pela lei nº 2.831, de 28/04/2020.

Imagem 1 – Organograma do Museu do Vale do Arinos (2024).

ORGANOGRAMA
MUSEU DO VALE DO ARINOS



www.museudovaledoarinos.org.br



Fonte: Museu do Vale do Arinos (2024).

Desta forma, inaugurou-se um novo modelo institucional de museus municipais em Mato Grosso. Esse novo modelo, proporcionou também uma produção nova de instrumentos jurídicos, o que é fundamental para se garantir a funcionalidade da instituição e a descentralização do poder de tomada de decisão e participação universal dos povos indígenas no espaço museal e

processos museológicos. Como exemplo, em face do golpe sofrido pelo museu, foram essas produções novas de instrumentos jurídicos que possibilitaram o pedido judicial de desintrusão da instituição e sua reintegração de posse, além do pedido de medida judicial para punir o autoritarismo do governo municipal, nessa situação.

Como mencionamos anteriormente, o Museu do Vale do Arinos atravessa processo de sucateamento por parte da prefeitura desde a sua inauguração, conforme apresenta Moraes (2022) em sua pesquisa. O campus universitário em que o museu se vincula, é quem tem dado o suporte material necessário ao seu funcionamento e cumprimento de sua função social, apesar de não ser essa uma obrigação legal do referido campus.

Esse processo de sucateamento é, na verdade, a materialização de diversas tentativas de tomada do Museu do Vale do Arinos pelo governo municipal que intenciona fazer do museu um espaço de preservação da memória da colonização, de forma exclusiva. Os embates nesse sentido sempre se deram de muitas formas. Mesmo assim, as tentativas de tomada do Museu do Vale do Arinos nunca prosperaram, dado a ampla rede de resistência que compõe a instituição – seja na sua dimensão formal (conselho curador, pesquisadores, bolsistas, parceiros etc), ou informal (alunado, indígenas, indigenistas etc).

Contudo, em 05/06/2024, pela manhã, um servidor municipal¹³ em cargo de confiança do prefeito municipal de Juara, invadiu o Museu do Vale do Arinos e trocou todas as fechaduras de suas portas, impedindo o acesso de gestores, pesquisadores,

¹³ É importante mencionar, a fim de dar melhor contexto, que o responsável pelo golpe, saíra recentemente da prisão em Brasília em razão de ter se envolvido na tentativa de golpe de Estado, movimento ilegal que ficou conhecido como “08 de janeiro”. Assumira a função pública municipal em razão de ser amigo do prefeito, o qual também fora simpatizante do ex-presidente Jair M. Bolsonaro naquele contexto.

bolsista, professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) e indígenas.

A ação de trancamento da instituição é, por nós, lida com os nossos corpos, como expulsão, como um golpe, que ao trancar o Museu do Vale do Arinos, expressou a violência da colonialidade do poder, e do colonialismo de mando, o coronelismo em pleno século XXI, contudo uma situação que se associa a diversas atitudes arbitrária que ocorre dentro do estado brasileiro. Uma ação antidialógica e opressora que desconsiderou completamente ritos legais, ocorrendo à revelia dos princípios do direito administrativo. Foi uma invasão literal! Com autoritarismo, ameaças e expulsão de um indígena Waurá, estudante da Unemat vindo recentemente do Parque Indígena Xingu, que estava alojado numa das salas do museu, ficando, o mesmo, sem poder, se quer, pegar seus pertences pessoais.

Após tentativas de diálogo e em diálogos entre nós – os que estão do outro lado da história – e, conosco mesmo (Ferreira, Pereira, Jesus, 2014), com o apoio de instituições indígenas (Fundação dos povos Indígenas-FUNAI), movimentos indigenistas (Movimento Indígena Mato Grosso), de redes de museus (Rede de Educadores em Museus e Patrimônios do Mato Grosso-REMP; Rede de Museus da UNEMAT) e Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro-seção Mato Grosso, o presidente do Conselho Curador impetrou medida judicial para a desintrusão da instituição e para a reintegração de posse.

A situação, no momento da produção deste texto, se encontra na justiça, sem decisão final ainda. O museu, espaço de encontro, de estudos, pesquisas segue privado de acesso, principalmente, por parte da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), estudantes indígenas e não indígenas, e, população em geral.

Alguns canais de imprensa veicularam – cada um a seu modo – a situação de golpe do Museu do Vale do Arinos. Buscamos organizar uma ordem cronológica dessas publicações.

1 – Fala do diretor do Museu do Vale do Arinos:

<https://www.politizada.com.br/2024/06/museu-do-vale-do-arinos-de-juara-e.html?m=1>

2 – Fala do servidor municipal de confiança do prefeito de Juara (responsável pelo golpe).

<https://acessenoticias.com.br/destaque/gravissimo-denuncias-revelam-museu-de-juara-estava-sendo-usado-como-hotel-prefeitura-toma-medidas-rigorosas/>

3 – Fala do servidor municipal de confiança do prefeito de Juara (responsável pelo golpe):

<https://www.youtube.com/watch?v=P9G1EAuxQpg>

4 – Fala do diretor do Museu do Vale do Arinos:

<https://www.youtube.com/watch?v=NxkyLPh-rv0>

5 – Fala do diretor do Museu do Vale do Arinos:

<https://www.politizada.com.br/2024/06/diretor-rebate-fake-news-propagada-por.html?m=1>

A ação autoritária de impedimento, de trancamento do museu, fomentou uma guerra de narrativas, que estão entre os populares, os espaços da universidade, mas ainda assim, uma discursividade com poucas proeminências para o outro lado da história, como estamos chamando neste processo analítico. O outro lado, aqueles citados por Paulo Freire (2005), o dos esfarrapados do mundo, que tem que se organizar para a luta contra-hegemônica. Em situações como esta, a mídia nem sempre consegue produzir

narrativas para este lado. Pois, elas geralmente fazem parte do sustentáculo colonial presente, da manutenção das colonialidades.

Fomentar a guerra de narrativas é uma das táticas mais antigas utilizadas em processos de golpes. Nesse sentido, as falas do referido servidor municipal de confiança do prefeito, buscou direcionar a opinião pública na efetivação do golpe. Vale ressaltar que o canal de imprensa que deu apoio a ele, no direcionamento da matéria a seu favor, neste momento recebe recurso municipal para atuar como assessoria de imprensa, demonstrando os usos arbitrários que se fazem da máquina e/ou do dinheiro público para a efetivação de intentos hegemônicos.

Evidentemente que o Museu do Vale do Arinos não é a primeira instituição – que expressa em suas ações um trabalho de educação museal decolonial de abordagem indigenista – que sofre, “em nossas análises”, ataques de grupos hegemônicos com atitudes racializadas. Ao contrário, demonstra a atualidade do pensamento racializado e da negação da participação indígena em espaços públicos, bem como a negação do direito à sua memória. É parte de um constructo filosófico e epistemológico colonial, assumidos ainda em processos de colonialidades de poder investidos nas funções que ocupam na sociedade.

Esse golpe é a expressão dita pela ação de que o grupo hegemônico não quer, não aceita a presencialidade indígena, de acervos indígenas, de corpos indígenas, em qualquer espaço de poder; uma ferida colonial aberta no peito dos que estão do outro lado da história. Uma história não apenas contada, mas vivenciada ainda na atualidade (e um desrespeito flagrante aos princípios da Constituição Federal, e outras legislações, no que se refere ao direito dos povos indígenas à memória).

Ao nos referirmos à memória – aqui na perspectiva de elemento (ainda) de luta contra a colonialidade – nos referimos à coleção de narrativas e artefatos escolhidos para representar o passado (Chagas, 2009; Abreu & Chagas, 2009). O esquecimento está

intrinsecamente ligado à memória, pois ao selecionar o que será lembrado, eventos e culturas podem ser marginalizados, resultando na invisibilidade de grupos minoritários e reforçando desigualdades (Chagas, 2009; Abreu & Chagas, 2009). O poder no discurso museológico se manifesta na autoridade dos museus em definir e legitimar a memória pública, moldando a percepção do passado, o que implica responsabilidade e pode ser contestado por atores sociais demandando inclusão de suas histórias (Chagas, 2009; Abreu & Chagas, 2009).

Essas intersecções entre memória, esquecimento e poder representam desafios significativos para os museus contemporâneos, que precisam reconhecer e corrigir omissões históricas e dar voz a narrativas silenciadas. Práticas como a curadoria universal, gestão compartilhada e colaboração mútua nos processos de construção de exposições buscam mitigar esses desafios. O Museu do Vale do Arinos busca contemplar a diversidade histórica e cultural da microrregião Vale do Arinos, apesar dos obstáculos colocados pelo grupo hegemônico.

A busca hegemônica pela tomada do Museu do Vale do Arinos, tem como intento a produção do esquecimento da memória indígena e, ao mesmo tempo, a utilização do espaço museal e suas produções – projetos expográficos, educação museal, educação patrimonial etc – para legitimar o discurso da colonização e reafirmar valores coloniais, pois grupos hegemônicos da Amazônia mato-grossense tem encontrado nos museus municipais um espaço de legitimação de projetos colonizatórios do passado recente (e consequente razão da expropriação dos territórios tradicionalmente indígenas).

Considerações finais

Este texto foi produzido num momento de luta; por isso ele é uma denúncia! Acreditamos que este deva ser um dos papéis

primordiais das produções científicas: A denúncia! Afinal, a neutralidade favorece o opressor. É preciso denunciar, sempre!

O poder hegemônico, substanciado pelo capital, tem encontrado nos museus municipais do Mato Grosso um lugar de fabricação de narrativas de memória acerca dos “pioneiros”, dos “desbravadores” de uma Amazônia “a-histórica” e “demograficamente vazia” até sua colonização. Buscam nisso, a legitimação do discurso colonizatório, portanto do “direito” de mando, de conduzir as questões políticas e sociais. No processo, promovem o esquecimento da memória indígena. Nesse sentido, esses museus se apresentam como espaços de poder e de disputa.

É importante lembrar que as universidades públicas, compreendidas na vanguarda das produções de pesquisas e projetos que podem gerar políticas de inclusão e respeito à diversidade histórica e cultural, também tem sofrido ataques ao não coadunarem com os interesses hegemônicos. Isso demonstra a necessidade de fortalecimento conjunto dessas instituições e museus, bem como uma atuação constante na produção de enfrentamentos.

As populações indígenas do Mato Grosso, a exemplo do povo Apiaká, Kayabi e Munduruku, da Terra Indígena “Apiaká-Kayabi”, e do povo Rikbaktsa, da Terra Indígena “Japuira”, ambas localizadas em Juara; do povo Xavante, da Terra Indígena “Parabubure”, localizada no município de Campinápolis; e do povo Waurá, da aldeia Piyulaga, do Parque Indígena Xingu, tem investido na produção, material e étnica, de museus municipais em colaboração com etnólogos, pesquisadores, universidades e ongs, tanto nos perímetros urbanos quanto nas próprias aldeias, como sendo uma forma de efetivar o direito à memória no território geo-histórico mato-grossense. Assim, o poder hegemônico tem efetivado diferentes formas de negar esse direito.

A investida contra o Museu do Vale do Arinos, é uma dessas formas mais radicais e violentas, pois se vencerem judicialmente

(pois, mesmo que o golpe não tenha respaldo jurídico, sabemos a quem o poder judiciário serve, historicamente), abre-se um precedente perigoso.

Assim, se faz necessário uma ampla rede de articulação plural, multidisciplinar e intercultural no Mato Grosso – especialmente nas regiões de colonização recente – em defesa do direito à memória indígena e do pertencimento à instituição museal. É igualmente necessário intensificar estudos e publicações acerca dos processos históricos e etnológicos do Vale do Arinos como forma de produzir enfrentamento e desconstruir a invenção do passado recente da Amazônia mato-grossense pelo grupo hegemônico, pois suas “verdades” fabricadas, subsidiam a instrumentalização política do discurso oficial.

O Museu do Vale do Arinos é a primeira política municipal de preservação de elementos representativos do patrimônio histórico-cultural indígena de Juara, a qual foi construída a partir de uma base multidisciplinar, intercultural, horizontal e multirreferencial. Essa construção coletiva buscou confrontar a linearidade histórica que o discurso oficial do município vinha produzindo. Esse coletivo entende que a diversidade e a historicidade indígena são essenciais na busca pela compreensão da história regional e da Amazônia mato-grossense.

A região do Vale do Arinos e toda a Amazônia mato-grossense refletem um cenário de disputas, em vários sentidos. Primeiro, a disputa pela terra (com os povos indígenas sendo vencidos), depois a disputa pela representação do passado (com os povos indígenas sendo vencidos), por fim, o desafio de se preservar a memória indígena.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos**. (orgs.). – 2ª Ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

ARRUDA, Renato Fonseca de. **POLÍTICA DE MUSEU E PATRIMÔNIO CULTURAL DA UNEMAT: trajetórias, perspectivas e desafios**. Tese. UNIRIO / MAST – RJ, junho de 2022.

BARTH, Fredrik. (1976). **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. *In*: POUTGNAT, P.; STREIFF, BARTH, F. (eds). "On the study of social change". *American Anthropologist*, 69(6). p. 661-669.

BRAUN, Mayra Alcina Cardoso De Lima. **PERCURSOS HISTÓRICOS DO CURSO DE PEDAGOGIA EM JUARA-MT: memórias e perspectivas educacionais para o futuro**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara-MT, 2023.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. – Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

DORNSTAUER, João Evangelista. **Como pacifiquei os Rikbaktsa**. Instituto Anchieta de Pesquisas: São Leopoldo, 1975.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução: Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.

FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara. **Educação escolar indígena na Terra Indígena Apiaká-Kayabi de Juara-MT: resistências e desafios**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Waldinéia Antunes Alcântara; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; JESUS, Lori Hack. **Tecendo a rede: movimentos... trançados... nós, entre nós e conosco mesmo.** In: PASSOS, Luiz Augusto et al. (Org.). Ruação: das epistemologias da rua à política da rua. Cuiabá: EdUFMT, Editora Sustentável, 2014. p. 253-265. (Série Palavração – pesquisa e vulnerabilidades – v. 1). Disponível em: http://www.editora.ufmt.br/download/ebook_RuaAcao.pdf acesso em 22 mai. 2024.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX, 2010, Belo Horizonte. **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Belo Horizonte: COOPMED, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GUIMARÃES NETO, Regina B. **A lenda do ouro verde.** Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas-SP, 1986.

GUIMARÃES NETO. Regina Beatriz. **Cidades da mineração - memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do Século XX.** Cuiabá - MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso (EDUFMT), 2006. 147

GUIMARÃES NETO. Regina Beatriz. **Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia.** Proj. História, São Paulo, (27), p. 49-69, dez. 2003. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10510> acesso em 07 set. 2021.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. En: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2007. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf> acesso em 14 mai. 2024.

GURGEL, Roberto. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

GRÜNBERG, Georg. **Contribuições para a etnografia dos Kayabi do Brasil Central**. 1970. Tradução Eugênio G. Wenzel. Tese (Doutorado) – Universidade de Viena, 1970.

GRÜNBERG, Georg. **Os Kaiabi do Brasil Central: história e etnografia**. São Paulo: ISA, 2004.

HIROOKA, Suzana; HOELTZ, Sirlei. **Relatório Final de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na UHE Sinop, MT**. Archaeo Pesquisas Arqueológicas Ltda. 2018.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras da Crença. A colonização de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2007.

JOANONI NETO, Vitale. **Os projetos de colonização no Estado de Mato Grosso após 1970**. Póshistória, Assis, v. 10, p. 219-237, 2002.

JOANONI NETO, Vitale e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente**. Diálogos Latinoamericanos, v. 26, p. 144-156, 2017.

LIMA, Daniela Batista de. **“Vamos amansar um branco para pegar as coisas”**: Elementos da etnohistória Kajkwakratxi-jê (Tapayuna).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UNB). Brasília: 2012.

MENEZES NETO, Paulo E. **Universidade: ação e reflexão**. Fortaleza: Edições UFC; Imprensa Universitária, 1983. p. 233.

MIGLIACIO, Maria Clara. **Pedra Preta de Paranaíta: arte rupestre na ocupação do Alto Tapajós, Amazônia Mato-grossense**. Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas. v. 17, n. 30, jan./Jun. 2017, p. 173-201. Disponível em <http://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1765> acesso em 07 de jul. 2024.

MORAES, Saulo Augusto de. **Processos dialógicos complexos: Considerações iniciais sobre o projeto de pesquisa Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes e o Museu do Vale do Arinos**. Revista de Educação do Vale do Arinos (RELVA), 2023. Disponível em <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/6139> acesso em 08 jun. 2024.

MORAES, Saulo Augusto de. ARRUDA, Renato Fonseca de; FALCÃO, Jairo Luís Fleck; KAYABI, Kawayp-katu; LEITE, Francine Suélen Assis; RANGEL, Marcio Ferreira; KAYABI, Dineva Maria; MORIMÃ, Evanilson Crixí; MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. **Museu do Vale do Arinos: Implementação de uma política municipal de patrimônio com enfoque na preservação das referências culturais indígenas**. IV Congresso Científico Internacional da RedeCT, 2023.

MORAES, Saulo Augusto de. **Práxis, Tessituras e Interculturalidade: Um estudo decolonial sobre o Museu do Vale do Arinos a partir da Câmara Setorial de Etnologia**. 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2022.

MORAES, Saulo Augusto de. STUCHI, Francisco Forte. ARAÚJO, Rosália de Aguiar. **Aproximações Etnoarqueológicas: Experiências etnográficas e educação patrimonial com a etnia indígena Kayabi.** XXI Jornadas Argentinas de Historia de la Educación Argentina e Latinoamericana. Soberanía y educación. Miradas desde la historia y la política. A 100 años del nacimiento de Paulo Freire. Universidad Pedagógica Nacional Pública y Federal. Buenos Aires, 20 al 23 de octubre de 2021.

MORAES, Saulo Augusto de. FERREIRA, Waldinéria Antunes de Alcântara. **Por uma pedagogia da luta: Considerações a partir do Museu do Vale do Arinos.** Seminário de Educação (SemuEdu) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Departamento de Pedagogia. 2021. Disponível em https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu_estendido/article/view/21075 acesso em 29 jun. 2024.

MOURA, Carlos Francisco. **A expedição Langsdorff em Mato Grosso.** Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Universidade Federal de Mato Grosso. Imprinta Gráfica e Editora LTDA. Rio de Janeiro, 1984.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes. **História dos Apicás.** Scortecci Editora, 64 páginas 1ª edição – 2008.

MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. **O Museu do Vale do Arinos para os povos indígenas do Vale do Arinos: uma análise a partir da perspectiva indígena Munduruku.** Anais Vol. 14 (2019): Seminário de Educação do Vale do Arinos, Juara/MT, Brasil, 04-06 setembro 2019,

Coordenação do Curso de Pedagogia, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

OLIVEIRA, Frederico César Barbosa. **Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no baixo Teles Pires**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2010. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7264> acesso em 30 de jun. 2024.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial. 2005.

RAMOS, André Raimundo Ferreira. **Entre a cruz e a riscadeira: catequese e empresa extrativista entre os Munduruku (1910 a 1957)**. Goiânia: UFGO, 2000. (Dissertação de Mestrado). In. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku> (2003;2021) acesso em 18 abr. 2024.

RANGEL, Lúcia Helena. **Área Indígena Apiaká-Kayabi**. FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Relatório de Avaliação. (OS Ref. Relatório nº 324, 1986/1987). Outubro de 1987. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-avaliacao-aea-idigena-apiaka-kayabi> acesso em 02 de jun. 2024.

SANT'ANA, Daniela Alves Braga. **Alianças multifacetadas. Colonização de Juara – Mato Grosso – Discursos, Práticas Culturais e Memórias (1971-2008)**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História – História, Territórios e Fronteiras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWENGBER, Valdir Luiz. **Relatório mensal de monitoramento arqueológico nas áreas de influência da CGH Fazenda Modelo, município de Juara – MT**. Espaço Arqueologia. 2017.

SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. **A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação**. Revista ibero-americana de estudos em educação, v. 12, n. 4, p. 1942– 1954. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9270>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STUCHI, Francisco Forte. **A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia**. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) São Paulo. 2010.

TEMPESTA, Giovana Acacia. **TRAVESSIA E BANZEIROS: Historicidade e organização sociopolítica Apiaká**. Tese apresentada de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. 2009. Disponível em http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/4047/1/2009_GiovanaAcaciaTempesta.pdf acesso em 02 jul. 2024.

INVESTIGAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO OFERECIDAS AOS VISITANTES NO MUSEU NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS NO RIO DE JANEIRO E NO MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS EM SÃO PAULO

Anderson da Costa Lacerda
Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Introdução

As diversas barreiras encontradas nos sites, na web, atingem principalmente as pessoas com deficiência. Ao utilizarem a Web e seus recursos, as pessoas com deficiência ou com outras limitações deparam-se com obstáculos que dificultam e, muitas vezes, impossibilitam o acesso aos conteúdos e páginas. Assim resolvemos fazer uma investigação de dois museus e ver os recursos e as estratégias para uma maior acessibilidade e inclusão a seus visitantes.

O Museu Nacional dos Povos Indígenas, o antigo Museu do Índio, vinculado à FUNAI, preserva e difunde o patrimônio cultural de 270 grupos indígenas brasileiros. Localizado no Rio de Janeiro, na

Rua das Palmeiras, 55, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado pelo antropólogo Darcy Ribeiro. Seu primeiro endereço foi um casarão na Rua Mata Machado, na Aldeia Maracanã, no bairro Maracanã, também na cidade do Rio de Janeiro. (RIO, 2021).

Primeiro prédio do museu, no bairro maracanã, na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: <https://aldeiamaracana.wordpress.com/2015/04/09/o-predio-historico-do-museu-do-indio-ao-longo-do-tempo/>

Este imóvel foi sede do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, criado pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon em 1910, que estabeleceu as bases filosóficas, morais e práticas da política indigenista republicana. (Maracanã, 2015).

Situação atual de como se encontra o antigo Museu do Índio



Fonte: <https://aldeiamaracana.wordpress.com/2015/04/09/o-predio-historico-do-museu-do-indio-ao-longo-do-tempo/>

Atualmente o museu abriga um acervo de 16 mil objetos etnográfico, além de uma biblioteca especializada e arquivos documentais sobre a etnologia indígena e a política indigenista. As exposições são realizadas em parceria com os próprios povos indígenas. A instituição também oferece programas de pesquisa e conservação. O museu ocupa um prédio histórico no bairro de Botafogo desde 1978. (Maracanã, 2015).

Atual Instalação do Museu Nacional dos Povos Indígenas



Fonte: <https://www.riodejaneiroaqui.com/figuras1/casarao-museu-do-indio.jpg>

Atualmente, o museu abriga um dos mais importantes acervos voltados à cultura dos povos indígenas brasileiros e sobre a temática indígena nas Américas. Dispõe de laboratórios destinados à conservação e à restauração de seu próprio acervo, como também aos de outras instituições: Laboratório Etnográfico, Laboratório de Úmidos e Laboratório de Papel. (RIO, 2021).

Na cidade de São Paulo, o Museu das Culturas Indígenas (IMC) está localizado ao lado do Parque da Água Branca, na Zona Oeste. A iniciativa tem como objetivo a proteção, a difusão e a valorização do patrimônio cultural indígena dos povos originários que se encontram nessa região. É um espaço onde a memória da ancestralidade permite, aos diversos povos originários, compartilhar

suas ideias, saberes, conhecimentos, filosofias, músicas, artes, memórias e histórias.

Museu de Cultura Índigena em São Paulo



Fonte: <https://museudasculturasindigenas.org.br/wp-content/uploads/2023/06/img-quem-somos.png>.

O museu está localizado na Rua Dona Germaine Burchard, 451 Água Branca, na cidade de São Paulo. O Museu tem a missão de preservar, pesquisar e comunicar seu acervo selecionado do patrimônio material e imaterial de povos originários do Brasil, incluindo arte contemporânea, entretenimento, reflexão e conhecimento, contribuindo com direitos e qualidade de vida de povos indígenas e com a sustentabilidade nas relações entre indivíduos, grupos, sociedade e natureza. (São Paulo, 2023).

2 Objetivo e Metodologia

O nosso objetivo nessa investigação é verificar se há a garantia, o entendimento e o controle da navegação dos usuários aos conteúdos e opções disponibilizadas, nos sites, na web, dos Museus independentemente das suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais. Promovendo acessibilidade e inclusão ao maior número de pessoas.

O desenvolvimento do artigo, deu-se por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa, pesquisa documental, onde produzimos abaixo material de leitura, análise e divulgação científica, através de busca de artigos em plataformas de bases de dados como Google Scholar, Scielo, Researchgate, entre outras (De La Cuesta Benjumea, 2017).

Através desses trabalhos citados, conseguimos fazer análises e comparações, bebendo e articulando sobre a acessibilidade e inclusão oferecidas aos visitantes no Museu Nacional dos Povos Indígenas no Rio de Janeiro e no Museu das Culturas Indígenas de São Paulo, onde seus estudos se concentram em acessibilidade, inclusão e redes sociais (De La Cuesta Benjumea, 2017).

A pesquisa bibliográfica nos auxiliou na identificação de lacunas existentes nos museus para um melhor atendimento das pessoas com deficiência. Orientando-nos como pesquisadores na formulação de nossas investigações e hipóteses (De La Cuesta Benjumea, 2017).

3 Museus e Redes Sociais

As redes sociais cada vez mais se tornam uma ferramenta crucial para os museus em vários aspectos. Algumas razões que destacamos são acessibilidade e inclusão, esses dois aspectos ampliam o alcance dos museus a possibilidades diversas. As redes sociais permitem que os museus alcancem um público global, superando barreiras geográficas alcançando diversos perfis de

pessoas que, por vários motivos não visitam fisicamente o museu (Palencia Triana, 2024).

As redes sociais são cruciais para que os museus envolvam o público, especialmente os mais jovens. As redes sociais aprimoram a mobilização de conteúdo, a criação de seguidores e as estratégias educacionais, promovendo o conhecimento e a transformação social. Outra estratégia é criar conteúdos e espaços acessíveis, como vídeos com legendas, janelas em Libras, permitindo que pessoas com diferentes necessidades possam consumir e interagir com o conteúdo (Palencia Triana, 2024).

O engajamento com o público pode ser feito com interação direta, permitindo uma comunicação bidirecional, onde os museus podem interagir diretamente com o público, respondendo a perguntas, participando de discussões e recebendo feedback em tempo real. As redes sociais permitem a criação de comunidades virtuais, comunidades com interesses específicos no museu, como arte, história, ciência, fortalecendo a conexão entre o museu e seus seguidores (Palencia Triana, 2024).

Há possibilidade de o museu desenvolver conteúdo educativo, por compartilhar em suas redes sociais postagens simples, sobre peças de acervo, exibição de vídeo, lives educacionais e até peças de teatro caso tenham salas adaptadas para tal conteúdo. Outra possibilidade são programas e exposições virtuais, como tours guiados e eventos online, oferecendo assim uma experiência única mesmo para aqueles que não podem frequentar o museu fisicamente (Palencia Triana, 2024).

As redes sociais permite a divulgação de eventos e exposições em plataformas digitais de forma eficaz, divulgar novos eventos, novas exposições, workshops, entre outras atividades, alcançando assim um público vasto de maneira rápida e eficiente. O marketing digital nas redes sociais pode atrair novos visitantes, utilizando campanhas pagas, postagens orgânicas e parcerias com influenciadores (Palencia Triana, 2024).

Os museus podem construir e manter sua marca, criando sua identidade digital nas redes sociais, que pode ressoar em diferentes públicos. Ressaltamos também a importância de as redes sociais atraírem parcerias, patrocínio e apoio cultural. Os museus também podem mostrar que está alinhado com as tendências contemporâneas, mesclando tradição e inovação, o que pode atrair públicos mais jovens e diversificados (Palencia Triana, 2024).

Por último, as redes sociais podem ser usadas para atrair a captação de recursos e apoio, divulgando campanhas de *crowdfunding* contribuindo para o aumento de arrecadação de fundos para os museus, para projetos específicos, manutenção ou expansão de seus acervos. Patrocinadores pode se sentir atraídos a se envolver com os museus por esses ter uma forte presença nas redes sociais, onde esses patrocinadores buscam associar suas marcas a instituições renomadas (Palencia Triana, 2024).

Abdul Rahman & Ayob (2023) corroboram que:

A integração de tecnologia da informação e comunicação (TIC), como tradução audiovisual (AVT), no aprendizado de idiomas, maior vocabulário, fornece aos educadores uma plataforma pedagógica competitiva. Utilizar diversos modos de tradução audiovisual (AVT) (legendagem, dublagem, descrição de áudio) pode melhorar áreas específicas de aprendizado, como aquisição de vocabulário, compreensão auditiva, pronúncia e consciência intercultural. (TRADUÇÃO NOSSA). (Abdul Rahman; Ayob, 2023).

Portanto, as redes sociais cada vez mais se tornam indispensáveis para os museus, não somente como ferramenta de

divulgação, mas como meio de inclusão, engajamento e educação. As redes sócias e novas tecnologias permitem que os museus se conectem com os mais amplos e diversos públicos, reforçando seu papel como instituições relevantes promovendo acessibilidade e inclusão nessa era digital (Palencia Triana, 2024).

4 Janela em Libras

Definida pela NBR 15.290, da ABNT, a janela de Libras trata de um espaço delimitado no vídeo em que as informações transmitidas em língua portuguesa são interpretadas para Libras. A janela de Libras deve estar em um canto da tela, deixando um espaço suficiente para o conteúdo principal. O tamanho da janela de Libras deverá ter um tamanho mínimo de 12 cm x 8 cm e um tamanho máximo de 20 cm x 14 cm (Nascimento, 2017).

Modelo de janela de Libras



Fonte: <https://www.jw.org/bzs/noticias/por-regiao/mundial/Boletim-do-Corpo-Governante-2020-n%C2%BA-1/>

Em vez de serem transcritas, as informações presentes no canal de áudio são traduzidas e passadas, em Libras, aos

telespectadores por um intérprete. Os intérpretes precisam assistir ao vídeo, conhecer o material e compreender bem todas as informações para que haja a interpretação. Depois desse reconhecimento inicial, passam para a tradução e dão início à gravação (Ceará, 2017).

A Norma ABNT NBR 15.290: 2005 estabelece que o tamanho da janela de Libras deve ter no mínimo, a metade da altura e um quarto da largura do vídeo. Estar em um dos pontos, na tela, de modo que seja possível oferecer uma boa visualização dos sinais, entendimento do conteúdo, e, claro, o acesso à informação com inclusão (Nascimento, 2017).

É uma ferramenta útil para os mais diversos conteúdos visuais, informativos, de entretenimento ao produzir um espaço inclusivo para toda a população surda. O documento que sanciona de forma legal o uso da janela de Libras é a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que foi sancionada reconhecendo a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão no país. (BRASIL, 2008)

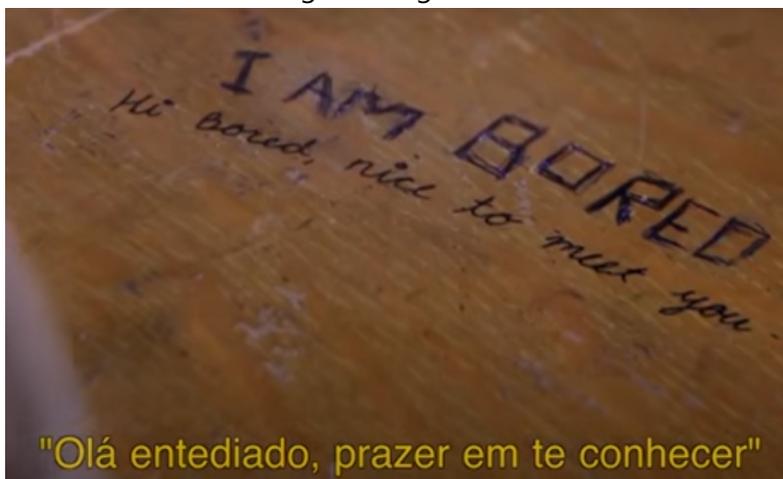
Vale ressaltar que as interpretações simultâneas o processo é diferente. Nesse caso a tradução acontece imediatamente, logo se podem ter perdas ao passo que a tradução, isto é, a interpretação da língua portuguesa para Libras é feita, mas o profissional pode corrigi-las em seguida. O intérprete precisa conhecer não apenas a Libras, mas também os aspectos culturais que a permeiam (Ceará, 2017).

5 Legendas Sincronizadas e Completas

É primordial que as legendas estejam sincronizadas com o áudio e incluir todas as informações faladas, como nomes de pessoas, termos técnicos e descrições importantes. Sons relevantes para a compreensão do conteúdo, como risadas, aplausos, música, som ambiente da floresta como o som de pássaros, isto é, o seu gorjeio devem ser descritos nas legendas. (Mirzaei; Meshgi; Akita; Kawahara, 2017).

As legendas devem ser claras, com fontes legíveis e estar numa posição na tela que não obstrua a visualização das imagens no vídeo em andamento. As legendas sincronizadas e completas desempenham um papel fundamental, significativo em vários aspectos (Mirzaei; Meshgi; Akita; Kawahara, 2017).

Modelo de Imagens e legendas sincronizadas



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=FDOxruDcIE>

Sua contribuição é significativa por permitir acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva, pois permite aos surdos ter acesso pleno aos vídeos, filmes programas de Tv entre outros conteúdos áudio visuais, garantindo que esse perfil de público possa compreender e acompanhar o que está sendo dito. Ofertar legendas é uma forma de inclusão, por garantir que esses que precisam desse recurso possam participar ativamente de atividades culturais, educacionais e de entretenimento (Mirzaei; Meshgi; Akita; Kawahara, 2017).

As legendas ajudam no fortalecimento da leitura, pois exigem que o espectador acompanhe o texto enquanto ouve o áudio, promovendo o desenvolvimento de competências

linguísticas, por associar palavras faladas com a sua forma escrita, facilitando o aprendizado e a compreensão auditiva. Outro benefício é a compreensão aumentada, pessoas com dificuldade de processamento auditivo, que captam facilmente a fala em ambientes ruidosos ou com sotaques, se beneficiam das legendas o que garante uma melhor compreensão do conteúdo (Mirzaei; Meshgi; Akita; Kawahara, 2017).

Em ambientes ruidosos as legendas permitem que o conteúdo seja acessível mesmo sem áudio e onde o áudio está disponível as legendas proporcionam uma alternativa para entender melhor o que está sendo dito. Outra possibilidade das legendas é oferecer apoio as pessoas com deficiência cognitiva, legendas claras e completas podem ajudar a processar e entender melhor o conteúdo, fornecendo uma referência visual que complementa a informação auditiva (Mirzaei; Meshgi; Akita; Kawahara, 2017).

Inclusão cultural e linguística é possível por meio de legendas em idiomas locais, permitindo que as línguas estrangeiras, indígenas, seja acessível a um público mais amplo, promovendo à inclusão cultural e o acesso à informação globalizada. Logo a inclusão de dialetos e diferentes sotaques, com a ajuda das legendas será possível uma melhor compreensão. Assim o acesso à informação será facilitado a um maior número de pessoas (Mirzaei; Meshgi; Akita; Kawahara, 2017).

Materiais educativos ou informativos, com conteúdos complexos ou técnicos as legendas sincronizadas ajudam os leitores acompanhar melhor o raciocínio e perceber os detalhes apresentados. No geral, as legendas garantem que pessoas com diferentes necessidades possam acessar, entender, desfrutar de conteúdos audiovisuais, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, onde esses têm a possibilidade de participar plenamente de experiências culturais, educacionais e de entretenimento (Mirzaei; Meshgi; Akita; Kawahara, 2017).

6 Alguns recursos para pessoas de baixa visão

As pessoas com baixa visão utilizam o resíduo visual mediante recursos que ampliam, aproximam, adaptam imagens, contrastes ou alteram a intensidade da luz. Algumas tecnologias assistivas são: a bengala longa, a máquina braile e recursos tecnológicos, como softwares acessíveis para smartphones e computadores (Sá, Campos, Silva, 2007)

As tecnologias de acessibilidade digital ampliam o conteúdo da tela de um computador, tablet ou smartphone. O aplicativo Speechify é um programa que transforma o texto para fala promete transformar qualquer texto escrito em palavras faladas em linguagem de som natural. (Speechify, 2022).

Conclusão

Acessibilidade Digital é a eliminação de barreiras na Web. O conceito pressupõe que os sites e portais sejam projetados de modo que todas as pessoas possam perceber, entender, navegar e interagir de maneira efetiva com as páginas. (Brasil, 2023). Os levantamentos que realizamos no site dos museus verificaram os recursos de acessibilidade e inclusão disponíveis.

O Museu Nacional dos Povos Indígenas em sua página não há opções, como atalhos ou telas que permita a possibilidade de outros recursos para pessoas com deficiências. Todo o site foi desenvolvido sem analisar a acessibilidade e a inclusão daqueles que tem alguma necessidade especial. Não há legendas nos vídeos, não há janelas em libras e nenhuma outra opção.

Página de acesso de acessibilidade do site do Museu no Rio de Janeiro

The screenshot shows a web browser window with the URL [museusdoriorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-2/item/82-museu-do-indio](https://www.museusdoriorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-2/item/82-museu-do-indio). The page features a navigation menu with items like 'Home', 'Quem Somos', 'Cartografando Museus', 'Percurso', 'Museus Estado do Rio', 'Museu Cidade do Rio', 'Encontro MdR', and 'Biblioteca'. Below the menu, there is a text box with the following content:

O Museu do Índio é uma instituição pública federal, vinculada à Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

O museu foi criado por Darcy Ribeiro, inaugurado, no dia 19 de abril de 1953, por ocasião das comemorações do Dia do Índio Americano. Dentre seus fundadores estava o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Below the text is a yellow section titled 'Imagens e vídeo'. It contains two images: on the left, a photograph of the Museu do Índio building with the text 'Museu do Índio' overlaid; on the right, a video player showing a man's face with a red play button icon.

Fonte: <https://www.museusdoriorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-2/item/82-museu-do-indio>

O Museu Nacional de Povos Indígenas localizado na cidade do Rio de Janeiro usa as redes sociais, o Instagram para divulgar seus projetos, seus eventos.

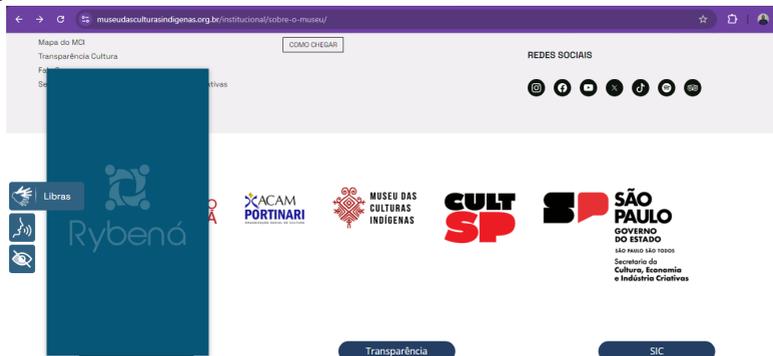
Instagram do Museu Nacional de Povos Indígenas do Rio de Janeiro

The screenshot shows the Instagram profile page for 'museudoindiorj'. The profile name is 'museudoindiorj' with a 'Seguir' button and an 'Enviar mensagem' button. The profile statistics are: 730 publicações, 19.5 mil seguidores, and 1.022 seguindo. The bio reads: 'Museu Nacional dos Povos Indígenas - Funai', 'Arte', 'Instituição de pesquisa sobre línguas e culturas indígenas com acervos relativos à maioria das sociedades indígenas... mais', 'Rua das Palmeiras, 55 - Botafogo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 22270070', and a link to 'link.bio/museudoindio'. Below the bio are seven category icons: Destaques, Eventos, Prêmio Cultural, Parceiros, CAud, Educativo, and Atividades. At the bottom, there are tabs for 'PUBLICAÇÕES', 'REELS', and 'MARCADOS'. A carousel of images is visible, with the first image containing the text 'O QUE SIGNIFICA... QUALIFICAR'.

Fonte: <https://www.instagram.com/museudoindiorj/>

O Museu das culturas indígenas, em São Paulo, em suas páginas na internet possui uma aba que dá possibilidade de usar LIBRAS – Língua brasileira de sinais, a possibilidade também de usar aplicativo que faça a leitura do texto escrito na página da web em palavras faladas em linguagem de som natural.

Página de acesso de acessibilidade do site do Museu em São Paulo



<https://museudasculturasindigenas.org.br/institucional/sobre-o-museu/>

Abaixo na aba que possui o desenho de mãos, ao clicar aparece um avatar que sinalizará em Libras, a cada quadro de textos que passarmos o curso o avatar sinalizará em Libras.

Avatar interpretando em Libras



<https://museudasculturasindigenas.org.br/institucional/sobre-o-museu/>

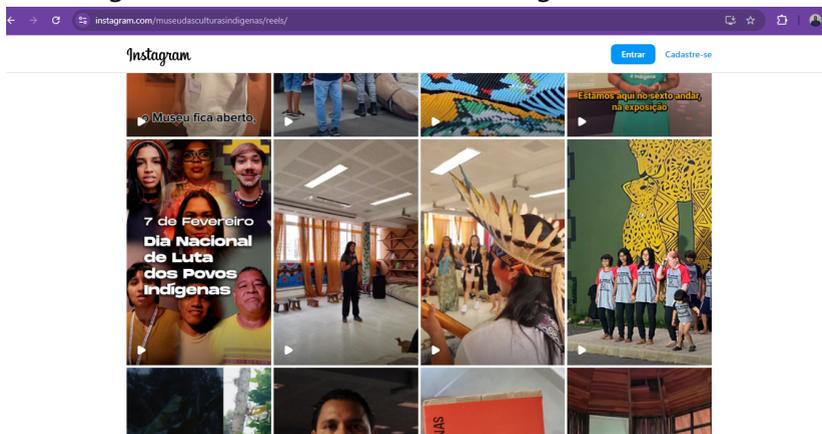
Aba apresentando possibilidades de ajuda aos de baixa visão



<https://museudasculturasindigenas.org.br/institucional/sobre-o-museu/>

Alguns recursos que a aba oferece para as pessoas de baixa visão são: contraste invertido, contraste escuro, contraste dessaturado, contraste claro, guia de leitura, mascara de leitura, títulos em destaque, dislexia, cursor grande, ampliar com o cursor, altura da linha, espaçamento maior, Zoom, legendas para imagens, pausar animações, dicionário e navegação por teclado.

Instagram do Museu das Culturas Indígenas de São Paulo



Fonte:

<https://www.instagram.com/museudasculturasindigenas/reels/>

Concluimos que a implementação da acessibilidade digital democratiza o acesso, garantindo o entendimento e o controle da navegação dos usuários aos conteúdos, independentemente das suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais. O computador, a Internet, a web representam um enorme passo para a inclusão de pessoas, em especial aquelas com deficiência, que podem estudar, trabalhar, compartilhar experiências e conhecimento, sem necessidade de deslocamento.

Referências

ABDUL RAHMAN, Zarinatun Ilyani; AYOB, Leelany. Legendas para surdos e deficientes auditivos (SDH) para aprendizagem de vocabulário entre alunos surdos. **Asian Journal of Research in Education and Social Sciences**, [S.l], v. 5, n. 3, p. 475-489, out. 2023. Disponível em: <https://myjms.mohe.gov.my/index.php/ajress/article/view/24235>. Data de acesso: 11 ago. 2024.

BRASIL. Brasília. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços. **Acessibilidade Digital**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/acessibilidade-digital#:~:text=Acessibilidade%20Digital%20%C3%A9%20a%20elimina%C3%A7%C3%A3o,maneira%20efetiva%20com%20as%20p%C3%A1ginas>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Interlegis. Senado Federal. **Lei que oficializa a Língua Brasileira de Sinais completa seis anos**. 2008. Interlegis. Disponível em: <https://www.interlegis.leg.br/comunicacao/noticias/2008/04/ha-6-anos-a-lingua-brasileira-de-sinais-libras-era-oficializada-como-meio-legal-de-expressao#:~:text=Em%2024%20de%20abril%20de,comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20express%C3%A3o%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. Universidade Federal do Ceará. **Acessibilidade Comunicacional: Janela de Libras**. 2017. Disponível em: <https://accessibilidade.ufc.br/pt/acessibilidade-comunicacional-janela-de-libras/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

DE LA CUESTA BENJUMEA, Carmen. El valor de bibliografía en la investigación cualitativa. **Cultura de los Cuidados**, [S. l.], n. 48, p. 199–209, 2017. DOI: 10.14198/cuid.2017.48.22. Disponível em: <https://culturacuidados.ua.es/article/view/2017-n48-valor-de-bibliografia-en-la-investigacion-cualitativa>. Acesso em: 27 ago. 2024.

MARACANÃ, Aldeia. **O Prédio Histórico do Museu do Índio ao longo do Tempo**. 2015. Centro de Referência da Cultura Viva dos Povos Indígenas. Disponível em:

<https://aldeiamaracana.wordpress.com/2015/04/09/o-predio-historico-do-museu-do-indio-ao-longo-do-tempo/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MIRZAEI, Maryam Sadat; MESHGI, Kouros; AKITA, Yuya; KAWAHARA, Tatsuya. **Partial and synchronized captioning: A new tool to assist learners in developing second language listening skill**. 2017. Published online by Cambridge University. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1017/S0958344017000039>. Acesso em: 23 ago. 2024.

NASCIMENTO, Vinícius. **BRAZILIAN SIGN LANGUAGE WINDOW AND SPEECH GENRES: POINTING FOR SIGN LANGUAGE TRANSLATORS TRAINING AND WORK**. 2017. Scielo Journals. Disponível em: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.14282803.v1>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PALENCIA TRIANA, César Augusto. Museums, Social Media, And Transmedia Universes : Content Creation for Active Audience Participation. **VISUAL REVIEW. International Visual Culture Review / Revista Internacional de Cultura Visual**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 229–238, 2024. DOI: 10.62161/revista_visual.V16.5259. Disponível em: <https://visualcompublications.es/revVISUAL/article/view/5259>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RIO, Museus do. **Museu do Índio**. 2021. Disponível em: <https://www.museusdorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-2/item/82-museu-do-indio>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: formação continuada a distância de professores para o atendimento**

educacional especializado. Formação Continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. 2007. MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

SÃO PAULO, Governo de. **Museu de Cultura Indígena**. 2023. Secretaria da Cultura, Economia e indústria Criativas. Disponível em: <https://museudasculturasindigenas.org.br/institucional/sobre-o-museu/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SPEECHIFY. **Texto para falar online**. 2022. Disponível em: <https://speechify.com/pt-br/texto-para-discurso-online/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

COMO AS ATIVIDADES DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA REGIONAL E O LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA GUARANI CONTRIBUEM COM A HISTÓRIA INDÍGENA DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA?

Ana Carolina Santana Lopes
Diana Mirela da Silva Toso
Neide Barrocá Faccio

Introdução

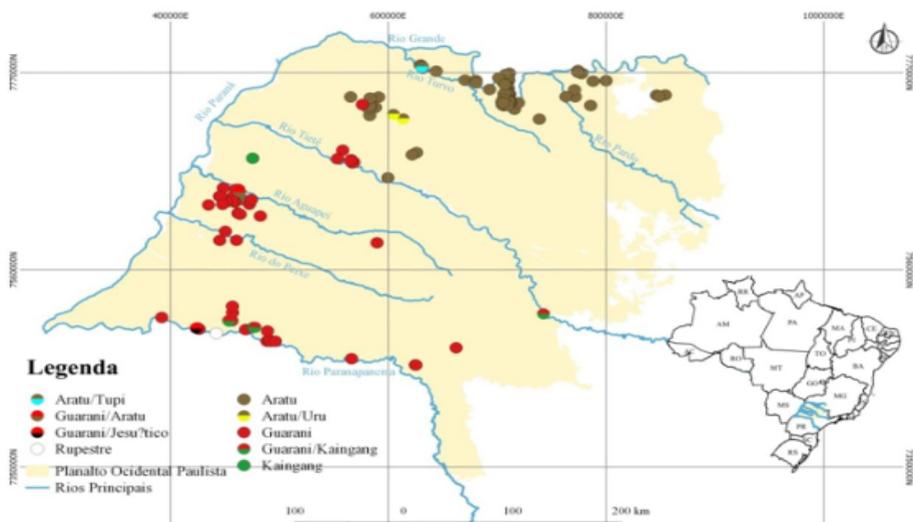
No Brasil, as ações educativas no campo do patrimônio têm sido desenvolvidas com o objetivo de alcançar uma maior valorização do patrimônio cultural brasileiro e entre experiências acadêmicas e profissionais, destaca-se o embasamento e pressupostos instituídos pelo IPHAN que ao longo do tempo vem aproximando a comunidade e o debate do patrimônio cultural realizados por diferentes instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio.

No caso das experiências em espaços museológicos as ações educativas ganham destaque para visitas escolares e atendimento ao público. Mas as experiências durante estas visitas podem ser

diversificadas para um maior envolvimento e dinamismo com os visitantes.

Partindo da necessidade de valorizar a história indígena testemunhada por sítios arqueológicos em todo o Planalto Ocidental Paulista (Figura 1), ao longo dos anos, os integrantes do Laboratório de Arqueologia Guarani junto ao Museu de Arqueologia Regional, localizados na UNESP, campus de Presidente Prudente, tem desenvolvido uma série de oficinas e ações educativas que promovem uma maior integração e envolvimento da comunidade com o conhecimento arqueológico da região.

Figura 1: Sítios arqueológicos de povos indígenas ceramistas do Planalto Ocidental Paulista estudados no âmbito do Museu de Arqueologia Regional e do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem, ambos da UNESP até o ano de 2019



Fonte: Faccio (2019)

As pesquisas desenvolvidas no LAG/MAR têm sido base de dados para muitas outras pesquisas acadêmicas que trabalham com povos originários e com a arqueologia. Tais pesquisas têm resultados significativos e colaborativos para entender o passado desses povos, como a autora afirma:

estudos arqueológicos temáticos, bem como os derivados de processos de prospecção, resgate e salvaguarda vinculados a licenciamentos ambientais na região, produzidos pelo LAG, têm identificado evidências de contato entre povos originários e colonizadores pelo menos desde princípios do século XVII (Carvalho, J. A. p. 72, 2022).

Neste sentido, o presente trabalho objetiva apresentar uma reflexão de como as ações educativas desenvolvidas neste laboratório tem promovido acesso ao conhecimento da história indígena no Planalto Ocidental Paulista, bem como a valorização do patrimônio arqueológico que testemunha Territórios Indígena por toda esta região.

Carvalho (2022) afirma:

Oeste Paulista é um território tradicionalmente ocupado por Povos Originários, “um território ancestral diverso e amplamente povoado por diversos grupos de pelo menos cinco grupos étnicos (Carvalho, J. A. p. 72, 2022).

Com base na afirmação anterior, o Oeste Paulista foi ocupado por distintos povos originários no passado, com a

implantação da monocultura e as ferrovias, grande parte dessa população tiveram suas terras tomadas e infelizmente foram vítimas de um genocídio.

Hoje, de acordo com o censo de 2022 (IBGE, 2023), temos apenas 1,7 milhões de indígenas em todo Brasil, menos de 1% da população total de habitantes. Assim, quando analisamos esses dados, com recorte para o estado de SP, observamos que existem até 16 habitantes por km² (área de cada município).

O Oeste Paulista possui duas Terras Indígenas, a de Icatu em Braúna e Vanuíre em Tupã. no entanto diante de inúmeros municípios da região, menos de 20 municípios não possuem população indígena, mais especificamente, totalizando 1676 no Oeste Paulista, em Presidente Prudente, 201 (representando cerca de 3% da população indígena do estado de SP) e em todo Estado de São Paulo, 55301 e mesmo assim, parte da sociedade não tem conhecimento desses dados.

Faccio (2011) diz que quando a sociedade conhece seu patrimônio cultural, eles podem identificar seu valor e respeitá-lo. Partindo dessa ideia, de Thiollent e da educação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apresentaremos a metodologia desenvolvida no LAG/MAR.

Metodologia

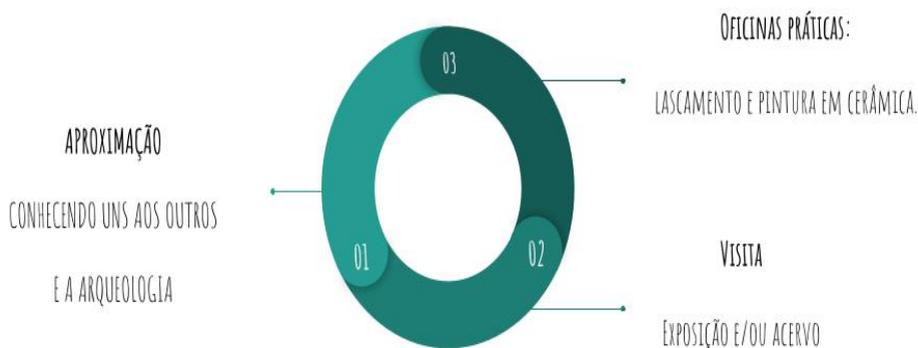
A organização das ações educativas: educação patrimonial e oficinas foi fundamentada na perspectiva teórica e metodológica da pesquisa-ação (Thiollent, 1947) e outras abordagens participativas (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999; IPHAN, 2014). Trabalhamos na formulação de estratégias para que o participante (sociedade) interaja com o pesquisador, buscando maior interação com o assunto a ser trabalhado.

O tema definido para estas ações perpassam o pensar os modos de fazer, as tecnologias, a cultura material dos povos indígenas que habitaram o Planalto Ocidental Paulista, com o qual

de forma didática trabalhamos com a sociedade de modo prático e leve, como os indígenas produziam sua cultura material.

Desta maneira, organizamos a metodologia das ações em três atividades contíguas: Aproximação - conhecendo uns aos outros e a arqueologia; Visita guiada à exposição e/ou acervo; oficinas práticas: lascamento e pintura em cerâmica (**Figura 2**).

Figura 2: Representação dos passos adotados durante as ações educativas desenvolvidas



Fonte: as autoras

Quadro 1: Descrição das atividades e objetivos relacionados

Atividade	Objetivo
APROXIMAÇÃO - em formato de roda de conversa nesta atividade os professores, estagiários e pesquisadores se apresentam e pedem para que os participantes façam o mesmo, destacando de onde são, se conhecem ou não a	Conhecer os participantes, suas percepções e aproximações com a arqueologia, a fim de aproximar sua vivência (por exemplo: cidade de onde veio) com o acervo, mapas disponíveis no Museu.

<p>arqueologia, como ficou sabendo do museu e de maneira intuitiva a partir da dinâmica da conversa apresentamos o que é a Arqueologia.</p>	
<p>VISITA - de maneira organizada (que pode variar de acordo com a quantidade de pessoas e faixa etária) apresentamos o museu e deixamos que os participantes conheçam a exposição fixa. Neste momento, proporcionamos espaço para perguntas e curiosidades.</p>	<p>Apresentar os materiais arqueológicos encontrados na região que estão expostos no Museu de Arqueologia Regional.</p>
<p>OFICINAS - considerando a temática das ações educativas oferecemos duas oficinas práticas: lascamento e pintura em cerâmica. Cada uma possibilita ao participante a experiência prática de lascamento da pedra e da pintura em réplicas de cerâmica. Neste momento, também conversamos sobre as tecnologias e técnicas que os povos indígenas utilizaram para realizar os materiais arqueológicos que viram na exposição e realizamos um debate sobre cultura,</p>	<p>Proporcionar a experiência prática de técnicas para lascamento e pintura em cerâmica, a fim de debater técnicas, tecnologia, cultura material e sua diversidade.</p>

valorizando a importância da diversidade e do registro dos diferentes saberes.	
--	--

Fonte: as autoras

Resultados

A título de apresentação dos resultados das ações desenvolvidas no Laboratório de Arqueologia Guarani e Museu de Arqueologia Regional, expomos a partir da sequência didática adotada para duas turmas do Ensino Médio e Fundamental I de escolas da região e do município de Presidente Prudente, SP.

Aproximação

Buscando conhecer os participantes, suas percepções e aproximações com a arqueologia, a fim de aproximar sua vivência (por exemplo: cidade de onde veio) com o acervo e mapas disponíveis no Museu, este momento constitui-se como fundamental para trazer à tona o quanto a arqueologia está próxima do dia-a-dia dos participantes e de como na história de suas cidades a história indígena sempre foi negada (**Figuras 3 e 4**).

Figura 3: Aproximação com os visitantes



Fonte: LAG (2023)

Figura 4: Aproximação com os visitantes



Fonte: LAG (2023)

Visita

Objetivando apresentar os materiais arqueológicos encontrados na região do Planalto Ocidental Paulista que estão expostos no Museu de Arqueologia Regional os participantes podem transitar livremente pela exposição e em momentos específicos, quando necessário, realizamos falas explicativas por seção temática: caçadores-coletores; os Guarani; os Kaingang; a tradição arqueológica Aratu Sapucaí e sítios arqueológicos do período colonial (contato entre jesuítas e os povos indígenas da região) (Figuras 5 e 6).

Figuras 5 e 6: Visitação no acervo



Fonte: LAG (2023)

Oficinas

As oficinas ministradas pelo LAG/MAR, são: de pintura, lascamento, modelagem e arte rupestre. Ambas as oficinas foram criadas a partir do critério de pesquisa - ação.

A oficina de pintura consiste na representação de grafismos Guarani, de preto e vermelho sobre o engobo branco, representado pela tinta branca em uma representação de cerâmica Cambuci (**Figura 7**).

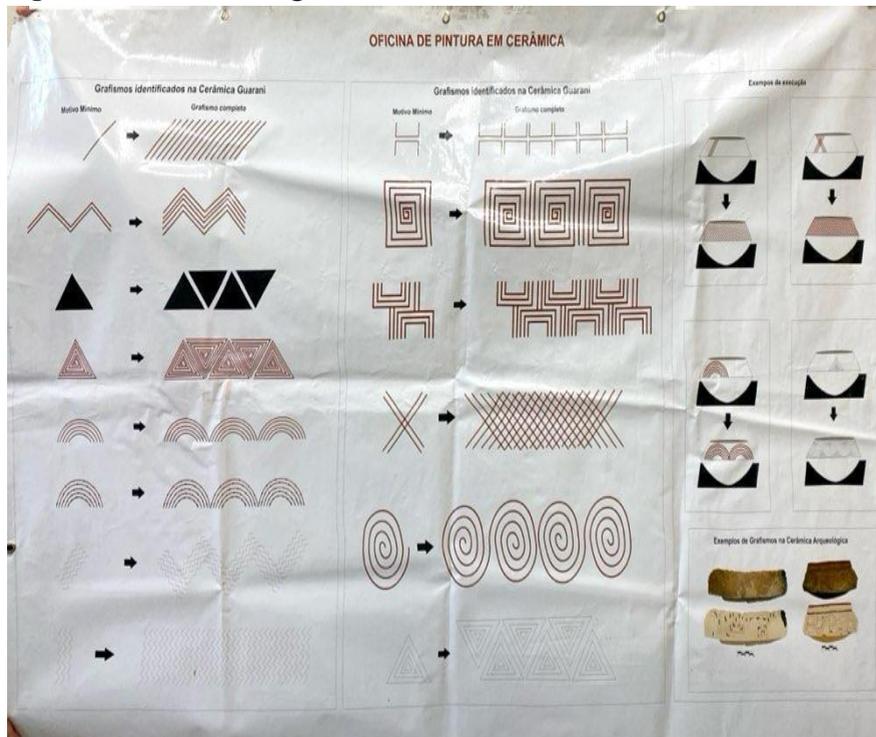
Figura 7: Representação da cerâmica Cambuci utilizada na oficina de pintura



Fonte: LAG (2024)

Ainda na oficina de pintura, utilizamos um banner de exposição, com os principais grafismos Guarani (**Figura 8**).

Figura 8: Banner com grafismos Guarani trabalhados na oficina



Fonte: LAG (2024)

Nas **Figuras 9 e 10**, observamos a realização da oficina, onde os alunos ficam livres para decorar sua cerâmica, mas mantendo a característica dos grafismos Guarani, com auxílio de palitos dentais, pinceis, lápis e tintas nas cores vermelho e preto.

Figuras 9 e 10: Oficina de pintura



Fonte: LAG (2024)

Já a oficina de lascamento, é uma experiência empírica, onde os participantes podem viver a atividade de lascamento. Primeiramente apresentamos as técnicas, como a escolha de rochas aptas para lascamento e percutores com dureza maior que a rocha escolhida ou uso de percutores macios para finalização do artefato.

Assim, após uma demonstração, os participantes podem tentar fazer o lascamento e ver o quanto as técnicas utilizadas pelos indígenas eram importantes para sua vivência, sendo um trabalho dificultoso e demorado para aqueles que não tinham domínio das técnicas.

Figuras 11 e 12: Oficina de lascamento



Fonte: LAG (2024)

No museu também trabalhamos com mais duas oficinas, a de representação de arte rupestre e de modelagem com argila, que consiste na representação técnica da produção de cerâmica feita pelos indígenas (Figuras 13 e 14).

Figura 13: Oficina de modelagem



Fonte: LAG (2024)

Figura 14: Oficina de arte rupestre



Fonte: LAG (2024)

Museu de Arqueologia Regional nas escolas

Considerando os diferentes desafios de acesso que escolas possuem para levar seus alunos até o museu, desenvolvemos também idas até a escola.

Nestes casos, organizamos uma palestra intitulada: "Sistema Regional de Ocupação Indígena no Planalto Ocidental Paulista". Nessa apresentação destacamos os grupos indígenas registrados através da arqueologia no Planalto Ocidental Paulista, apresentando a grande diversidade em cultura material que a região apresenta, por meio do acervo do MAR, como o povo Guarani, Kaingang, a tradição

arqueológica Aratu – Sapucaí e os grupos caçadores – coletores (Figura 15).

Figura 15: Palestra nas escolas



Fonte: LAG (2024)

Prioriza-se a utilização de diferentes recursos visuais: vídeos, fotos, figuras para diversificar a apresentação e Recursos didáticos como perguntas invertidas ou nuvem de palavras para maior participação dos alunos.

Após esse momento de apresentação da arqueologia proporcionamos uma exposição de peças arqueológicas em bom estado (**Figura 16**), para que eles consigam identificar as diferenças na cultura material de cada grupo. Quando possível, oferecemos também as oficinas de lascamento e pintura em cerâmica.

Figura 16: Atividade nas escolas



Fonte: LAG (2024)

Também fornecemos alguns folders com intuito de democratização das informações para outro setores da escola, como secretarias e demais profissionais do ambiente escolar que não puderam participar das atividades.

Conclusão

A arqueologia é a disciplina que estuda a sociedade através da sua cultura material. Com base nessa afirmação, a arqueologia resgata a cultura dos povos indígenas, por meio de datações e características individuais da cultura material de cada grupo, ela consegue afirmar que ali naquele lugar ou região existiu um assentamento indígena, que aquela terra foi dos povos originários. A arqueologia derruba o Marco Temporal, contribuindo com o fim dessa ideia absurda!

A história indígena contada nas escolas, livros e sociedade, excluem a verdadeira luta dos povos originários, que vem tentando

ser vencida até os dias atuais, mas que teve início lá na colonização. Assim, como os outros museus, o MAR tem contribuído com a memória e reconhecimento dos povos originários que ocuparam o Planalto Ocidental Paulista.

A arqueologia contribui desde a coleta desses materiais arqueológicos até o acervo do museu. Quando estamos em equipe que não conhece totalmente a cultura material e imaterial indígena, onde aplicamos o método de educação patrimonial. Quando apresentamos a cultura material, suas técnicas e seus diferentes modos de vida, contribuimos parcialmente com a o conhecimento da sociedade sobre esses povos.

O MAR contribui com a formação de profissionais na área de licenciatura em Geografia, pois o MAR é vinculado a Universidade Estadual Paulista (UNESP), assim, os futuros professores reconhecem a importância da valorização cultural em suas futuras aulas.

Desse modo, através da interdisciplinaridade da arqueologia e da museologia colaborativa, auxiliamos em diversas atividades voltadas ao patrimônio, principalmente cultural, resgatando memórias de muitos grupos e hoje só pode ter sua história contada pelo o outro, devido ao massacre desses grupos no passado e principalmente hoje, contra o Marco Temporal que é contra a demarcação de terras indígenas!

Referências

CARVALHO, J. A. **Do território originário ao confinamento territorial: uma análise histórico-cultural da política territorial indigenista no Brasil.** 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CORRÊA, J. S. (2020). Geografia Cultural: uma breve história. *Geographia Opportuno Tempore*, 6(1), 9–23. <https://doi.org/10.5433/got.2020.v6.34824>

Faccio, N. B. Os Sítios Arqueológicos Guarani do Município de Iepê, SP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, V. 24, p. 263 – 280. São Paulo, 2015.

FACCIO, N. B. A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia: a contribuição do LAG/MAR. *Confins*, 41 | 2019. Disponível <http://journals.openedition.org/confins/21188>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Faccio, N. B. **Arqueologia guarani na área do Projeto Paranapanema: estudo dos sítios de Iepê, SP.** (Livre Docência em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 319, 2011.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico da educação patrimonial.** MUSEU IMPERIAL / DEPROM - IPHAN – MINC, 1999.

Censo 2022 | **IBGE.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37417&t=resultados>>. IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan, 2014.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Educação Patrimonial Inventários Participativos Manual de Aplicação.** Brasília, DF: Iphan, 2016b.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. **Portaria n. 137, de 2016** Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2016a. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf Acesso em: 10 ago. 2021. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria n 137 de 28 de abril de 2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf).

MINISTÉRIO DA CULTURA – IPHAN. **Termo de Referência: Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social**. 9a Superintendência Regional em São Paulo, Núcleo de Preservação do Patrimônio Arqueológico. São Paulo, 17 de agosto de 2009.

MORAIS, José Luiz de. **Propósito da interdisciplinaridade em arqueologia**. Revista do Museu Paulista, v. 31, p. 56-77, 1986Tradução . . Acesso em: 28 ago. 2024.

MORAIS J. L. de. A Arqueologia e o Fator Geo. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 1999, 9: 3-22.

NEVES, E. G. . Tradição Oral e Arqueologia na História Indígena do Alto Rio Negro. In: Louis Forline; Rui Murrieta; Ima Vieira. (Org.). **Amazônia, Além dos 500 Anos**. Belém: Editora do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, v. , p. 1-37.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2019.

SILVA, F. A. & NOELLI, F.S. 1996 Para uma síntese dos Jê do sul: igualdades, diferenças e dúvidas para etnograia, etnohistória e arqueologia. **Estudos Ibero-americanos**, XXII (1), junho.

SILVA, F.A.; BESPALAZ, E. E STUCHI, F. F. 2011 a. Arqueologia Colaborativa na Amazônia. **Amazônica** 3(1) 32-59.

THIOLLENT, M. (Coord;). Extensão Universitária e Metodologia Participativa. **II Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão**. COPPE/UFRJ, 1998.

SABERES RUPESTRE NOS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA REGIONAL

Graziella Praça Orosco de Souza
Fernando Lopes da Silva
Neide Barrocá Faccio

Introdução

A Arte rupestre é uma forma de expressão artística do período pré-colonial encontrada em paredes de cavernas, abrigos rochosos, paredões e outros suportes naturais. Consiste em pinturas, gravuras, entalhes e marcações feitas por nossos ancestrais há milhares de anos (GASPAR, 2016).

Esta modalidade artística remonta a tempos caracterizados cronologicamente por alguns estudiosos por pré-históricos, que cronologicamente se divide em: Paleolítico (Idade da Pedra Lascada), Neolítico (Idade da Pedra Polida) e Idade dos Metais. Atualmente há rico debate a respeito desta nomenclatura – pré-história – uma vez que se considera que a comunicação escrita que convencionalmente determina o início da história não pode ser o único marco de

desenvolvimento significativo da humanidade. Alguns livros didáticos abordam esta discussão:

O conceito de Pré-história, para muitos, expressa certo preconceito ao excluir da história os povos que não conheciam a escrita. Ainda hoje existem culturas que desconhecem a escrita e, apesar disso, são agentes da sua própria história. (Braick; Mota, 2013, p. 19).

A discussão teórica também questiona o fato de se valorizar acontecimentos importantes para a história européia em detrimento de outros fatos significativos ocorridos em outras civilizações e sociedades organizadas, conforme aponta Cotrim (2018, p. 23): “Esta periodização tradicional também recebe críticas porque está centrada em uma visão histórica voltada para os povos da Europa. É, portanto, eurocêntrica”.

A questão temporal também é colocada em debate, uma vez que marcos temporais europeus não podem ser determinantes para a contagem do tempo histórico nas Américas, por exemplo, que teve a sua ocupação por grupos humanos muito tempo depois (Harari, 2020). Conforme Caimi e Oliveira (2017, p. 489), “as noções temporais, quando tratadas como um conjunto de sistemas e subsistemas conceituais, atuam como organizadores cognitivos tanto na vida cotidiana quanto no processo de compreensão do acontecimento histórico”. Quando se conta o tempo histórico com base nos fatos e acontecimentos ocorridos somente na Europa, corre-se o risco de sublimar culturas importantes para o desenvolvimento humano que não firmaram suas sociedades em território europeu.

Sobre esta questão, Caimi e Oliveira (2017) comentam que a concepção de tempo segue uma série de abordagens, e sistematizam em um panorama organizado no quadro abaixo:

Quadro 1: Proposta de estrutura conceitual do tempo histórico

1 As qualidades do tempo	<ul style="list-style-type: none"> a) Irreversibilidade b) Indissolubilidade com relação ao espaço c) Relatividade d) Multiplicidade
2 As delimitações do tempo	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 Segundo seu âmbito de aplicação <ul style="list-style-type: none"> a) Crenças: tempo religioso b) Ciência: tempo físico ou biológico c) Experiência: tempo social ou pessoal 2.2 Segundo sua origem ou natureza <ul style="list-style-type: none"> a) Alcance: tempo finito ou infinito b) Direcionalidade: tempo linear ou cíclico c) Pensamento: tempo objetivo e subjetivo
3 A temporalidade humana	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 Passado: memória e lembrança 3.2 Presente: instante, acontecimento 3.3 Futuro <ul style="list-style-type: none"> a) Crenças: escatologia, apocalíptica, milenarismo, entre outros conceitos b) Ideologias: utopia c) Ciência: prospectiva
4 A mudança e a continuidade	<ul style="list-style-type: none"> 4.1 Conceitos para avaliar as qualidades da mudança <ul style="list-style-type: none"> a) Segundo o ângulo de observação: curta ou longa duração b) O grau de incidência: conjuntura, estrutura c) O ritmo: ciclos, crises 4.2 Conceitos para avaliar a concretização das mudanças <ul style="list-style-type: none"> a) Segundo critérios de velocidade-aceleração: evolução, revolução b) Quantificação: crescimento, desenvolvimento c) Maturidade: transição, transformação 4.3 Avaliação de processo (ordem ou desordem) <ul style="list-style-type: none"> a) Tendências negativas: decadência b) Tendências positivas: modernidade e progresso
5 O domínio e a gestão do tempo como conhecimento e como poder	<ul style="list-style-type: none"> 5.1 Medida do tempo <ul style="list-style-type: none"> a) Instrumentos: calendários, relógios b) Cronologia: sucessão, simultaneidade 5.2 Classificação e explicação dos fatos <ul style="list-style-type: none"> a) Classificação temporal: periodização b) Explicação histórica: causal e intencional 5.3 Controle e poder sobre o tempo <ul style="list-style-type: none"> a) Distribuição do tempo: trabalho e ócio b) Reestruturação do tempo: controle do tempo pessoal c) Construção do futuro: intervenção social

Fonte: Caimi e Oliveira (2017) apud Fernández (2007, p. 24).

Como pode ser constatado, a percepção de tempo histórico é variável, mudando conforme a teoria a qual se ancora.

Para a discussão em tela, importa ter em mente que, neste período considerado como pré-história, os seres humanos deixaram muitos registros visuais de suas vidas e experiências nas paredes das cavernas e outros suportes naturais. Logo o ensino de Arte rupestre proporciona conhecimento e valorização do desenvolvimento da cultura da humanidade.

Pensando nisso, este artigo objetiva refletir sobre as contribuições da abordagem interdisciplinar no trabalho com Arte rupestre ofertado a estudantes do Ensino Fundamental em ações de Educação Patrimonial promovidas pelo Museu de Arqueologia Regional da FCT-UNESP. Para tanto, apresentamos um breve histórico da Arte rupestre e suas especificações. Em seguida, tratamos da importância do ensino de Arte rupestre para valorização da cultura e história da humanidade. Na sequência, apresentamos formas de abordagem interdisciplinar no ensino de Arte rupestre, tratamos da Educação Patrimonial em ações do Museu de Arqueologia Regional e tecemos algumas considerações.

2 A Arte Rupestre E Suas Especificações

As pinturas e gravuras da Arte rupestre têm sido encontradas em diferentes partes do mundo, como Europa, África, Ásia, Austrália e Américas. As primeiras evidências de Arte rupestre remontam a cerca de 40.000 anos atrás, durante o Paleolítico Superior, período em que a humanidade já demonstrava habilidades de representação artística. No entanto, acredita-se que a prática da Arte rupestre seja ainda mais antiga, podendo abranger um período de milhares de anos.

A Arte rupestre assume diversas formas e estilos que envolvem a pintura e a gravura (HIGA, 2024), variando de acordo com a região geográfica, a época e a cultura em que foi produzida.

As imagens retratam uma variedade de temas, como animais selvagens, figuras humanas, cenas de caça, símbolos abstratos e representações de rituais e crenças espirituais (Gaspar, 2016).

Algumas semelhanças podem ser encontradas em diferentes continentes em Arte rupestre produzida por sociedades humanas separadas na história por milhares de anos. Exemplo disso são as mãos em negativo, que na Europa foram produzidas há cerca de 32 mil anos, e na América Latina é bem mais recente, sendo produzida com a mesma técnica.

Figura 1: Mãos em negativo na caverna de *Chauvet-Pont-d'Arc*, França



Fonte: Peneira Cultural, 2013.

Figura 2: Mãos em negativo na *Cueva de Las Manos*, Argentina



Fonte: National Geographic Brasil, 2023.

O sítio arqueológico *Cueva de Las Manos*, localizado na área do *Alto Río Pinturas*, na parte noroeste da província de Santa Cruz, ao sul da Argentina, traz um exemplo de representação muito parecido com a encontrada na caverna de *Chauvet-Pont-d'Arc*. Mas, apesar da semelhança, suas interpretações são apenas especulações. Conforme aponta Harari (2023, p. 70),

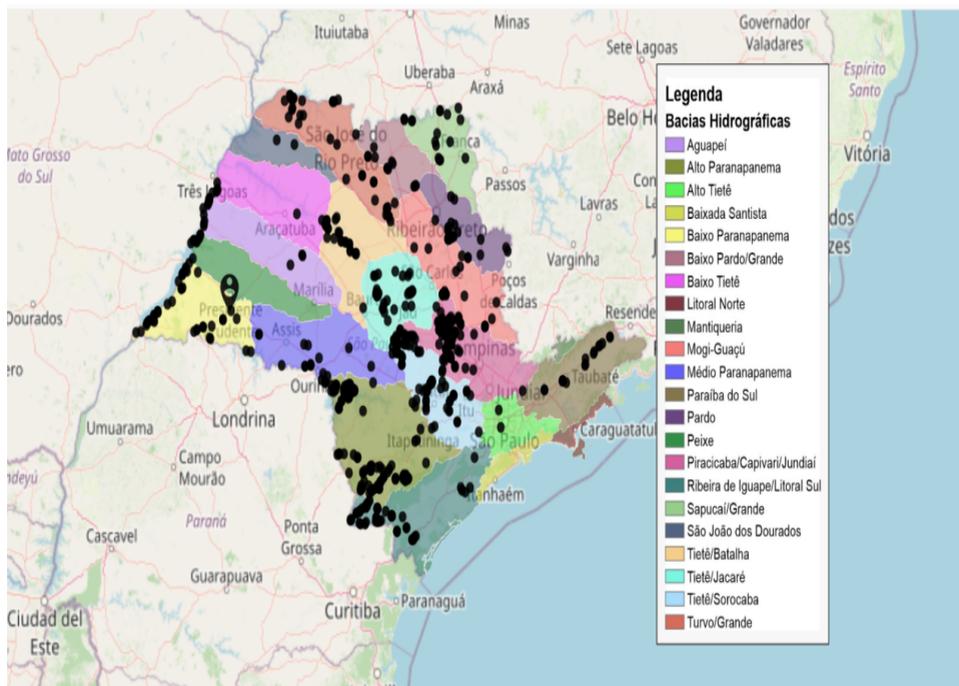
Cacadores-coletores deixaram essas impressões de mãos cerca de 9 mil anos atrás na *Cueva de las Manos*, na Argentina. Parece que essas mãos, mortas há tanto tempo, estão saindo de dentro da rocha e tentando nos agarrar. Essa é uma das mais

emocionantes relíquias do antigo mundo da coleta – mas ninguém sabe o que significa.

A técnica utilizada na confecção das pinturas rupestres também varia. Alguns exemplos incluem o uso de pigmentos naturais, como ocre, vermelho e preto, que eram moídos e misturados a água ou a gorduras animais, para criar tintas. Gaspar (2006) aponta que, no caso brasileiro, materiais orgânicos como o urucum e o sangue, minerais como óxido de ferro (tons avermelhados), kaolinita, gipsita (branco) e o carvão vegetal e animal (preto e azul) são as principais fontes do pigmento. De acordo com a autora, “análises de pigmentos encontrados na Austrália indicam que a proteína existente no sangue humano foi usada na confecção de mãos que decoram a Caverna Judds, na Tasmânia” (Gaspar, 2006, p. 19). Esses pigmentos eram aplicados aos suportes rochosos com os dedos, pincéis feitos à base de penas e de outros materiais naturais, ou, ainda, sopradas através de canudos fabricados com ossos de aves carbonizados.

Recente trabalho realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) tem contribuído nos estudos da Arte rupestre no Brasil por possibilitarem análises quanti-qualitativas e por promoverem o estudo da espacialização destas Artes no território. No mapa a seguir, é possível perceber a amplitude do estudo:

Figura 3: Mapa Interativo de Grafismos Rupestres do Estado de São Paulo



Fonte: Correa; Miyazaki; Araujo, 2022.

Como se pode perceber pelo mapa, a maior concentração dos sítios arqueológicos de Arte rupestre encontra-se no interior do Estado de São Paulo e divisa com o Estado do Paraná.

A interpretação dessas pinturas e grafismos rupestres é desafiadora, uma vez que estamos separados por milhares de anos de distância cultural e avanços tecnológicos. No entanto, os estudos e pesquisas arqueológicas têm nos permitido conjecturar sobre o significado e a função dessas representações. Acredita-se que a Arte rupestre tinha diversos propósitos, como simples manifestações culturais, a comunicação com forças espirituais, conhecimentos de eventos astronômicos, a marcação de território, a transmissão de

conhecimentos a futuras gerações e a preservação da história e mitologia das comunidades pretéritas (Gaspar, 2016).

Diversos são os intelectuais que se debruçam no estudo da Arte rupestre, buscando em suas pinturas e gravuras, novas interpretações. Gaspar (2006, p. 32) menciona que “neste momento, uma tendência prevalece nos estudos de arte rupestre e, independentemente da orientação teórica, as pesquisas vêm sendo marcadas por grande rigor técnico no que se refere à descrição de formas, de painéis, à análise de pigmentos, etc.”. No mundo, alguns dos principais estudiosos de Arte rupestre são:

- Jean Clottes: arqueólogo francês conhecido por seu trabalho na caverna de *Chauvet-Pont-d'Arc*, na França, como já mencionado, uma das mais importantes descobertas de Arte rupestre do mundo.
- Lewis-Williams: antropólogo sul-africano conhecido por suas teorias sobre a Arte rupestre do povo San, no sul da África.
- Emmanuel Anati: arqueólogo italiano que dedicou grande parte de sua carreira ao estudo da Arte rupestre em diversos países, como Itália, França, Espanha e África.
- David Lewis-Williams: arqueólogo sul-africano conhecido por suas pesquisas sobre rituais e simbolismo na Arte rupestre, principalmente na África do Sul.

No Brasil, os teóricos de Arte rupestre são:

- Péricles Eugênio da Silva Ramos: considerado um dos pioneiros dos estudos de Arte rupestre no Brasil, tendo realizado pesquisas em diversas regiões do país, como no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.
- André Prous: arqueólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conhecido por suas

pesquisas sobre Arte rupestre na região nordeste do Brasil.

- Ana Maria Pimenta: arqueóloga e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), especializada em Arte rupestre no estado da Bahia.
- Walter Neves: antropólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), conhecido por seus estudos sobre a pré-história brasileira, incluindo a Arte rupestre.
- Niède Guidon: arqueóloga franco-brasileira conhecida mundialmente pela defesa de sua hipótese sobre o processo de povoamento das Américas e por sua luta pela preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí.

Esses são apenas alguns dos principais nomes que se dedicam ao estudo de Arte rupestre, tanto no Brasil quanto no exterior. Existem diversas outras pessoas que contribuíram e continuam a contribuir para o conhecimento e entendimento da Arte rupestre.

Em suma, a Arte rupestre é uma forma de expressão artística pretérita que nos conecta com o passado, permitindo-nos criar hipóteses na busca por compreender a história, as crenças e as práticas culturais das civilizações antigas. É um testemunho precioso da criatividade humana e da necessidade de se expressar visualmente ao longo dos séculos. Sua interpretação varia em razão da relação com a linha teórica que se segue, mais ou menos eurocêntrica, e suas derivações.

3 A Relevância Cultural E Histórica Da Arte Rupestre

A Arte rupestre possui uma relevância cultural e histórica significativa, pois é considerada uma das mais antigas expressões artísticas da humanidade. Ela registra o conhecimento, a cultura e a

vida cotidiana dos nossos ancestrais, trazendo conhecimentos importantes sobre as civilizações do passado.

Em termos de preservação da história da humanidade, a Arte rupestre é um testemunho tangível do passado humano, permitindo-nos entender como as sociedades pretéritas viveram e se expressaram. Ela nos fornece pistas sobre a evolução das crenças, conhecimentos técnicos e práticas sociais dessas culturas, como as formas de organização e hierarquia social.

O estudo da Arte rupestre também clarifica o conhecimento sobre as crenças e rituais do passado. Muitas pinturas rupestres estão associadas a práticas rituais e crenças espirituais, geralmente ligadas aos fenômenos naturais. Elas retratam figuras humanas, animais e símbolos que podem estar relacionados a mitos, religião e cerimônias sagradas dessas civilizações. O estudo dessas representações nos ajuda a compreender e reconstituir as crenças e práticas culturais antigas.

Trabalhar com a Arte rupestre é favorecer a diversidade cultural, uma vez que é encontrada em diferentes regiões do mundo, criada por diversas culturas e sociedades do passado. Isso nos mostra a diversidade cultural que existia nos diferentes continentes, apontando, em alguns casos, conexões, e nos lembra da riqueza e complexidade das sociedades antigas.

A Arte rupestre está intimamente ligada à identidade cultural de certos grupos étnicos e povos indígenas que continuam a preservar tradições ancestrais. Ela é um símbolo de sua história, conexão com a terra e legado cultural. Assim como o Grafismo e a pintura corporal indígena, o estudo e a valorização da Arte rupestre ajudam a fortalecer a identidade cultural e o legado dessas comunidades em todo o mundo.

A Arte rupestre nos conecta com a origem da humanidade e proporciona a valorização das conquistas dos nossos antepassados humanos, nos lembrando de nossas raízes e da história da humanidade. Ela nos convida a refletir sobre nossa própria existência

e a compreender como chegamos até aqui, como ocorreram os avanços tecnológicos e as transformações sociais.

Portanto, a Arte rupestre é de grande importância cultural e histórica, pois nos permite aprender sobre o passado humano, compreender crenças e rituais, reconhecer a diversidade cultural e construir uma conexão com nossas origens.

4 O Ensino De Arte Rupestre

O ensino de Arte rupestre é de extrema importância porque permite aos estudantes compreender e apreciar uma forma de manifestação artística ancestral. Dentre os pontos relevantes deste trabalho, destacam-se:

1. Preservação e valorização da história: a Arte rupestre nos oferece *insights* valiosos sobre a vida, a cultura e as crenças das civilizações pretéritas. Ao ensinarmos essa arte aos estudantes, estamos preservando a história e ajudando-os a entender a evolução das sociedades humanas ao longo do tempo, focando na organização social e suas transformações.

2. Estímulo à criatividade e expressão individual: a Arte rupestre permite que os estudantes explorem diferentes formas de expressão artística e estimulem sua própria criatividade, utilizando-se de técnicas e materiais similares aos utilizados pelos nossos ancestrais. Isso promove o desenvolvimento do pensamento criativo e da expressão individual.

3. Conexão com a natureza e o meio ambiente: muitas pinturas rupestres são encontradas em cavernas, montanhas, grutas, paredões rochosos e estruturas em outros ambientes naturais. Ao estudar e (re)criar Arte rupestre, os estudantes são incentivados a fazer uma conexão mais profunda com a natureza e a compreender a importância da preservação do meio ambiente e sua relação com a sociedade humana.

4. Compreensão das diferentes formas de arte: o ensino de Arte rupestre oferece uma oportunidade única para os estudantes

aprenderem sobre uma forma de arte que difere das tradicionais. Tal como o trabalho com o Grafismo Indígena, a Arte rupestre é composta por elementos que divergem da Arte Contemporânea a que os estudantes têm mais acesso por meio dos museus, da Internet e de outros meios eletrônicos de comunicação. Ao trabalhar a Arte rupestre no ambiente escolar, crianças e jovens são desafiados a compreender o contexto histórico e cultural das pinturas, além de explorarem a relação entre arte e sociedade.

5. Desenvolvimento de habilidades multidisciplinares: o estudo da Arte rupestre permite que os estudantes desenvolvam habilidades multidisciplinares, que se estendem para áreas como História, Arqueologia, Geografia, Antropologia e Semiótica. Isso contribui para uma experiência de aprendizado mais abrangente e enriquecedora, baseada na interpretação e reprodução visual.

Desta forma, o ensino de Arte rupestre desempenha um papel fundamental na educação, proporcionando aos estudantes uma apreciação mais profunda da história, cultura, criatividade e conexões com a natureza.

4.1 Importância do ensino de Arte rupestre no Ensino Fundamental

O ensino de Arte rupestre no Ensino Fundamental é de extrema importância, pois permite que os estudantes tenham contato com um dos primeiros registros artísticos da humanidade. Por meio deste estudo, os estudantes podem compreender melhor a evolução da expressão artística, desde os tempos pré-históricos até os dias atuais.

Além disso, o ensino de Arte rupestre também contribui para desenvolver o senso crítico e criativo de crianças e adolescentes, estimulando-os a buscar novas formas de expressão. Eles são desafiados a observar, interpretar e reproduzir as técnicas e temas utilizados pelos povos pretéritos, o que favorece o desenvolvimento de habilidades manuais e artísticas.

A compreensão da Arte rupestre permite que os estudantes também aprendem sobre a cultura e os modos de vida desses povos pré-coloniais. Essa abordagem amplia o conhecimento dos estudantes sobre a diversidade cultural e incentiva o respeito pela história e tradições de outras sociedades.

Além disso, a Arte rupestre torna-se uma ferramenta transdisciplinar, sendo integrada a disciplinas de História, Geografia, Artes e até mesmo Biologia. Isso possibilita um aprendizado mais completo e contextualizado, que relaciona os conceitos estudados em sala de aula com a realidade dos povos antigos.

Portanto, o ensino de Arte rupestre no Ensino Fundamental não só enriquece o currículo escolar, mas também promove a valorização da cultura e da história, o desenvolvimento de habilidades artísticas e o estímulo ao pensamento crítico.

Em suma, a inclusão da Arte rupestre no currículo traz diversos benefícios educacionais e culturais, tais como:

1. Preservação do patrimônio cultural: ao incluir a arte rupestre no currículo, os estudantes aprendem sobre a importância de preservar e valorizar essas expressões artísticas que foram produzidas por nossos antepassados, contribuindo para a conservação do patrimônio cultural.

2. Conexão com a história: a arte rupestre oferece aos estudantes uma oportunidade única de se conectar com a história e a cultura dos povos antigos. Ela permite que compreendam diferentes aspectos da vida no período pré-colonial, como suas crenças, modo de vida e dinâmica social.

3. Desenvolvimento do senso crítico: ao estudar a arte rupestre, os estudantes aprendem a interpretar e analisar essas pinturas e gravuras do período Paleolítico, desenvolvendo um senso crítico aguçado. São incentivados a fazer perguntas e a formular hipóteses sobre o significado e intenção dos artistas, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico e histórico.

4. Estímulo à criatividade e expressão artística: ao estudar a arte rupestre, os estudantes são encorajados a explorar sua própria criatividade e a experimentar diferentes técnicas artísticas. Eles podem se inspirar nas formas e motivos da arte rupestre para criar suas próprias obras de arte, desenvolvendo habilidades artísticas e expressão pessoal.

5. Integração interdisciplinar: a arte rupestre pode ser explorada em diferentes disciplinas, proporcionando uma visão interdisciplinar do conhecimento. Os estudantes podem aprender sobre a geologia das cavernas, a fauna e flora da época, a relação entre sociedade e arte, entre outros aspectos.

6. Valorização da diversidade cultural: a arte rupestre é encontrada em diferentes partes do mundo, o que permite que os alunos compreendam e valorizem a diversidade cultural presente no planeta. Eles aprendem sobre diferentes estilos, técnicas e temáticas presentes nas manifestações artísticas das culturas pré-históricas.

Em suma, ao incluir a Arte rupestre no currículo, os estudantes têm a oportunidade de expandir seus conhecimentos sobre História, Cultura e Arte, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico, criatividade e apreciação da diversidade cultural.

5 Ações De Educação Patrimonial Do Museu De Arqueologia Regional

O Museu de Arqueologia Regional da FCT-Unesp mantém exposição aberta à comunidade para a comunidade com grande quantidade materiais arqueológicos de grupos indígenas agricultores Guarani (grupo Tupi-Guarani), Kaingang e Kaiapó (Grupo Jê) pré-coloniais, representados por cerâmicas, pedras lascadas e pedras polidas, assim como de grupos caçadores-coletores, representados por pedras lascadas (pontas de flecha, raspadores e furadores). Tais artefatos apresentam contextos de sítios datados de 250 a 1.668 anos Antes do Presente.

O museu recebe turmas escolares em visitas agendadas e monitoradas por educadores preparados para o atendimento a diferentes níveis escolares. As visitas monitoradas têm como objetivos tornar conhecidas as etapas do trabalho do arqueólogo no campo e no laboratório, a origem e a história das peças em exposição e, ainda, informar sobre o modo de vida dos indígenas que confeccionaram os objetos.

Ao final das visitas, geralmente são realizadas oficinas como as de argila (confeção de potes), arte rupestre, pintura em cerâmica Guarani e lascamento em pedra. O espaço também oferece oficinas e cursos de atualização para professores.

Nas oficinas de arte rupestre, os participantes confeccionam a tinta a base de extratos naturais e reproduzem a arte em folhas de papel craft ou em pedaços de pedra São Tomé, preparadas para esta finalidade.

Fotos 1 e 2: Estudantes do Ensino Fundamental de escola pública realizando oficina de arte rupestre; Estudante reproduzindo a imagem no papel

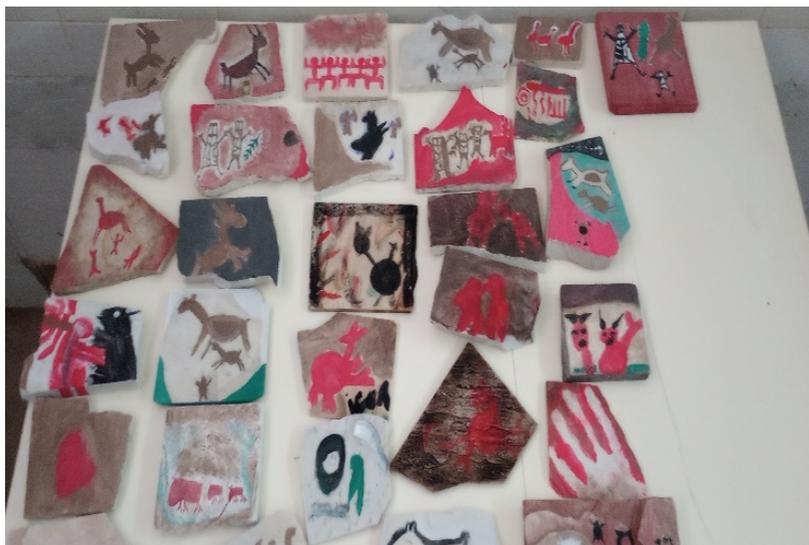




Fonte: Os autores, 2022.

Fotos 3 e 4: Estudantes de uma escola pública durante a oficina de arte rupestre; Arte rupestre sobre pedra São Tomé





Fonte: Os autores, 2024.

Cerca de 50 estudantes visitam o museu semanalmente, o que significa que o alcance das ações de educação patrimonial é expressivo. Em algumas ocasiões, quando a escola não tem disponibilidade de visitar o museu, os educadores do MAR se dirigem até a escola e realizam a atividade de educação patrimonial com as turmas na própria unidade escolar. Algumas unidades autorizaram a realização da arte no próprio muro da escola e em áreas internas, no pátio, o que favoreceu a ampla divulgação da atividade e incitou a curiosidade por saber mais sobre o assunto.

Fotos 5 e 6: Estudantes e professores reproduzindo a arte rupestre no muro de uma das escolas participantes da ação; Muro da escola com a arte realizada pelos estudantes



Fonte: Os autores, 2022.

Fotos 7 e 8: Estudantes e professores reproduzindo a arte rupestre no pátio de uma das escolas participantes da ação



Fonte: Os autores, 2023.

As escolas divulgaram as ações em suas redes sociais, no blog da Diretoria de Ensino e nas redes sociais dos professores, dando ampla visibilidade à ação realizada. Desta forma, verifica-se a importância da educação patrimonial na divulgação da arte rupestre, valorizando e disseminando o conhecimento científico a sociedade por meio das oficinas realizadas.

Conclusão

Este estudo se propôs a refletir sobre a abordagem interdisciplinar no ensino de Arte, com foco na arte rupestre, para estudantes da Educação Básica. Também se refletiu sobre os impactos das ações de educação patrimonial realizadas pelo Museu de Arqueologia Regional da FCT-Unesp com turmas escolares de Educação Fundamental no sentido de confirmar a importância do ensino de arte rupestre para valorização da cultura dos povos ancestrais.

As leituras apontaram que o ensino de Arte rupestre tem um impacto interdisciplinar significativo, pois abrange diversas áreas de estudo e conhecimento, conectando áreas como Arqueologia, Antropologia, História, Geologia, Sociologia e Psicologia. A exploração dessas diversas disciplinas ajuda a obter uma compreensão mais completa e complexa das sociedades antigas e do desenvolvimento humano ao longo do tempo.

Na Educação Básica, em específico no Ensino Fundamental, o Ensino de Arte rupestre é importante para promover a compreensão da história e cultura, estimular a criatividade e o pensamento crítico, desenvolver habilidades de observação e interpretação artística, e promover o respeito à diversidade cultural e a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Referências

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. **História**: das cavernas ao terceiro milênio – 1º ano (3ª ed.). São Paulo, SP: Moderna, 2013.

CAIME, F. E.; OLIVEIRA, S. R. F. de. Progressão do conhecimento histórico entre o ensino fundamental e o ensino médio: um olhar sobre o livro didático. **Acta Scientiarum**. Education. Maringá, v. 39, suppl., p. 483-495, 2017.

CORREA, L. C.; MIYAZAKI, A. A.; ARAUJO, A. G. M. Banco de Dados dos Artefatos Líticos do Interior Paulista. In: CORREA, L. C. **A Variabilidade das Indústrias Líticas no Interior Paulista**: uma síntese regional. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. 2022.

COTRIM, G. **Historiar**. 6º ano, Ensino Fundamental, anos finais, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GASPAR, M. **A arte rupestre no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HIGA, C. C. Arte rupestre. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-arte-rupestre.htm>>. Acesso em 02 de janeiro de 2024.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Os 4 lugares para ver arte rupestre na América Latina**. Locais com registros impressionantes de arte rupestre podem ser encontrados em diversos países da região e são os destinos ideais para viagens que unem história e natureza. Publicado em 15 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/11/os-4-lugares-para-ver-arte-rupestre-na-america-latina>>. Acesso em 25 jan. 2024.

PENEIRA CULTURAL. **A caverna dos sonhos esquecidos**. Publicado em 08 mar 2013. Disponível em: <<https://peneira-cultural.blogspot.com/2013/03/a-caverna-dos-sonhos-esquecidos-um.html>>. Acesso em 25 jan. 2024.

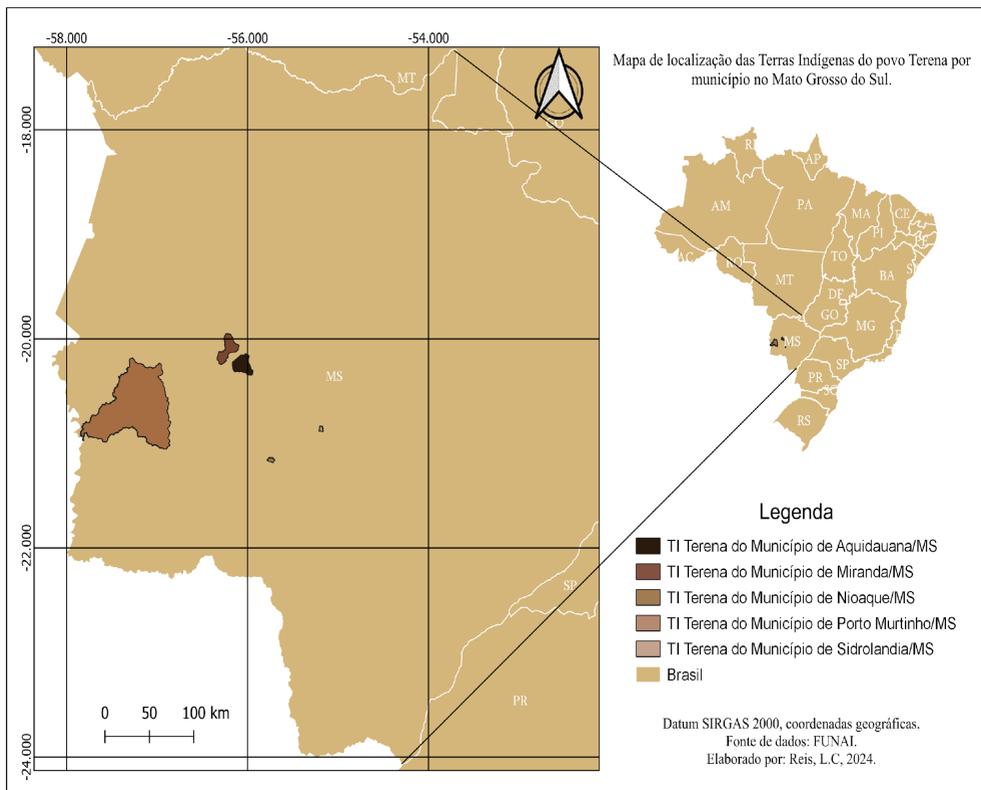
CERÂMICAS DO POVO TERENA NO CEMAARQ: Tradição Ancestral Indígena Preservada

Leandro Cesar Dos Reis
Maria Eduarda Alves Dos Santos
Lisandra Hernández Montardy
Paulo Valério Barbulho
Neide Barrocá Faccio

Introdução

O Povo Terena pertence ao grupo linguístico Aruak e possui uma população de mais de 29.000 indivíduos, nos Estados do Mato Grosso do Sul (**Figura 1**), do Mato Grosso e de São Paulo. Desde 1500, os Terena enfrentaram as guerras e foram retirados de seus territórios ancestrais, mas, mesmo assim, preservaram sua cultura e sua identidade.

Figura 1: Localização do Povo Terena no Estado do Mato Grosso do Sul



Fonte: Reis (2024).

No Estado de São Paulo, o Povo Terena está estabelecido no Município de Braúna, na Terra Indígena Icatu, onde vivem em uma área de 301 hectares - juntamente com os Povos Kaingang e Guarani (Banner Museu de Paleontologia “Professor Pepe”, 2024).

Os Terena conservaram, por 500 anos de processo colonização, a tradição da confecção da cerâmica, que apresenta características específicas e que funciona como um marcador cultural desse Povo. A cerâmica é parte da história do Povo Terena

do MS, constituindo também uma forma de preservação desse legado cultural.

O Povo Terena destaca-se na tradição da produção da cerâmica, sendo reconhecida por suas técnicas e estilos distintos de modelagem e de decoração, que refletem suas práticas culturais e sociais. Essas peças são valiosas, não só pela sua função utilitária, mas também por seu significado cultural, uma vez que fazem parte das práticas cotidianas e ritualísticas da comunidade (Silva, 1949).

A cerâmica Terena foi registrada como patrimônio imaterial histórico, artístico-cultural e como bem imaterial (Livro de Saberes) do Estado do Mato Grosso do Sul. As mulheres do Povo Terena produzem a cerâmica seguindo processo ritual que inclui: 1) não estarem menstruadas, pois tal condição ameaça o resultado final; 2) não cozinharem, pois, o sal anula as propriedades da cerâmica e 3) não estar no período da lua nova, pois a cerâmica é governada pela lua (Gomes; Kabad, 2008).

A coleção cerâmica Terena do CEMAARQ (Centro de Museologia, Antropologia e Arqueologia) foi obtida na região do Mato Grosso do Sul, onde o povo Terena tradicionalmente vive. A maior parte das peças dessa coleção cerâmica pertenciam ao CEIMAM (Centro de Estudos Indígenas "Miguel Angel Menéndez"), da Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Com o falecimento do Professor Miguel Angel Menéndez, da UNESP, Campus de Araraquara, em 1991, 27 cerâmicas Terena foram transferidas para o acervo do CEMAARQ. Juntou-se a essas 27 cerâmicas, mais uma peça, doada ao CEMAARQ, pela Professora Maria Angela D'Incao, professora na pós-graduação da UNESP, Campus de Araraquara, também falecida no ano de 2023.

Procedimentos metodológicos

O CEMAARQ desempenha uma importante função na preservação de materiais etnográficos de Povos Indígenas brasileiros e em parceria com o LAG (Laboratório de Arqueologia Guarani e

Estudos da Paisagem), do MAR (Museu de Arqueologia Regional), da FCT/UNESP realiza curadoria e restauro de materiais cerâmicos.

A curadoria realizada para as 26 peças cerâmicas Terena do CEMAARQ possibilitam a sua caracterização, mesmo que em parte, pois muito ainda pode ser pesquisado nesses exemplares cerâmicos.

Para a curadoria das cerâmicas Terena foi empregado o método proposto por Faccio (1998), a fim de identificar classes de atributos tecnológicos, estilísticos, morfológicos, marcas de uso e o estado de conservação.

O primeiro passo da curadoria foi o de identificar cada uma das peças, numerando-as com caneta nanquim preta, na sequência, a partir do número 1 e da sigla TRN, que se refere às consoantes da palavra Terena. Depois de seca a tinta nanquim, foi passada sobre essa identificação uma camada de esmalte incolor.

O segundo passo foi o de registrar as características de cada peça cerâmica em uma Ficha de Curadoria, que apresenta as seguintes classes: número da peça, tipo da peça, tempero/antiplástico, espessura, altura, comprimento, largura, diâmetro da boca e forma do lábio (quando for o caso de vasilhas), tratamento de superfície, decoração e estado de conservação.

O terceiro passo constitui-se na caracterização das peças, a partir da elaboração de tabelas e da análise dos dados.

Características da coleção cerâmica Terena do MS

A **Tabela 1** apresenta os tipos dos 26 exemplares de peças cerâmicas da coleção Terena do Mato Grosso do Sul, nas categorias: jarra, tigela, tigela com tampa, tigela em forma de ace, chaleira, copo, pote, pote com alça, pote com tampa, pássaro, mamífero, miniatura de pote e miniatura de pote com tampa.

Tabela 1: Categoria das cerâmicas Terena do MS

Categoria	Quantidade	Frequência
Jarra	2	7,7%
Tigela	2	7,7%
Tigela com tampa	1	3,84%
Tigela com forma de ave	3	11,53%
Chaleira	1	3,84%
Copo	2	7,7%
Pote	2	7,7%
Pote com alça	1	3,84%
Pote com tampa	1	3,84%
Pássaro	1	3,84%
Mamífero	3	11,53%
Miniatura de pote	5	19,23%
Miniatura de pote com tampa	2	7,7%
Total	26	100%

Analisando os dados da Tabela 1, verifica-se a presença de oito tigelas, dez potes, duas jarras, uma chaleira, um copo, um mamífero e três pássaros. Das oito tigelas, duas apresentam tampa. Dos dez potes, dois apresentam tampa e um apresenta alça. Desses dez potes, um apresenta alça. As alças e as tampas são características da influência do colonizador, bem como a chaleira e os copos. Então, das 26 peças, nove apresentam interferência do colonizador na sua forma.

Das 26 peças, em apenas cinco foi possível analisar o tipo de tempero da argila, pois apresentou alça fraturada e as outras fraturas na base e na borda. Nessas vasilhas, o antiplástico/tempero

identificado foi o mineral. Uma peça apresentou rachadura, mas mesmo assim não foi possível visualizar o tempero.

A espessura das peças foi medida apenas para as jarras, tigelas, tampas e potes. Em todas as categorias a espessura variou de 0,4 a 1 centímetro de cada peça. A **Tabela 2, Figura 2**, apresenta a altura, o comprimento, a largura, o diâmetro da boca e forma do lábio.

Tabela 2: Altura, comprimento, largura, diâmetro da boca e forma dos lábios das cerâmicas Terena do MS.

Número de identificação e tipo	Altura	Comp.	Largura	Diâmetro da boca	Tipo de lábio	Apêndice/alça
1 - Chaleira	18 cm	27 cm	0,8 cm	25 cm	Arredondado	Alça arredondada/bico
2 - Tigela em forma de ave	20 cm	27,5 cm	0,8 cm	58 cm	Arredondado	Cabeça e rabo de pássaro
3 - Mamífero	13 cm	14 cm	11 cm	-	-	-
4 - Tigela com forma de ave	15 cm	36 cm	0,9 cm	86 cm	Arredondado	Cabeça e rabo de pássaro
5- Tigela	12 cm	19,5 cm	0,9 cm	28 cm	Arredondado	-
6- Tigela com tampa	7 cm	14 cm	0,6 cm	34 cm	Arredondado	-
6a -Tampa da tigela	5 cm	12 cm	0,6 cm	-	Arredondado	-
7 – Tigela	7 cm	17 cm	0,8 cm	34 cm	Arredondado	-
8 - Tigela	13 cm	15 cm	0,6 cm	11 cm	Arredondado	-
8a - Tampa da tigela	4 cm	6 cm	0,6 cm	-	Arredondado	-
9 - Pote	11 cm	9,5 cm	0,8 cm	25 cm	Arredondado	-
10 - Copo	9,5 cm	8 cm	0,6 cm	24 cm	Arredondado	-
11 - Pote com alça	14 cm	10 cm	0,6 cm	24 cm	Alça e borda arredondadas	-

12 - Copo	9 cm	7,5 cm	0,7 cm	23 cm	Arredondado	-
13 - Tigela com forma de ave	10 cm	15 cm	0,4 cm	25 cm	Arredondado	Cabeça e rabo do pássaro
14 - Miniatura de pote	4,5 cm	8 cm	0,8 cm	17 cm	Arredondado	-
15 - Miniatura de pote	7 cm	7 cm	0,6 cm	16 cm	Arredondado	-
15a - Tampa da Miniatura de pote	3 cm	5 cm	0,6 cm	-	-	-
16 - Pote	13 cm	12 cm	0,9 cm	26 cm	Arredondado	-
17 - Miniatura de pote	7 cm	7 cm	0,5 cm	16 cm	Arredondado	-
17a - Tampa da miniatura de pote	4 cm	6 cm	0,6 cm	-	Arredondado	-
18 - Miniatura de pote	5 cm	5 cm	0,4 cm	8 cm	Arredondado	-
19 - Pote	13 cm	10 cm	0,6 cm	14 cm	Arredondado	-
20 - Miniatura de pote	7 cm	9 cm	0,7 cm	9 cm	Arredondado	-
21 - Tigela com forma de ave	17 cm	21 cm	1 cm	7 cm	Arredondado	Cabeça e o rabo do pássaro

22 - Mamífero	9 cm	18 cm	5 cm	-	-	-
23 - Pássaro	8 cm	17 cm	7 cm	-	-	-
24 - Mamífero	11 cm	20 cm	7 cm	-	-	-
25 - Miniatura de pote	6 cm	5 cm	0,5 cm	10 cm	Arredondado	-
26 - Miniatura de pote	6 cm	7 cm	0,5 cm	11 cm	Arredondado	Bico

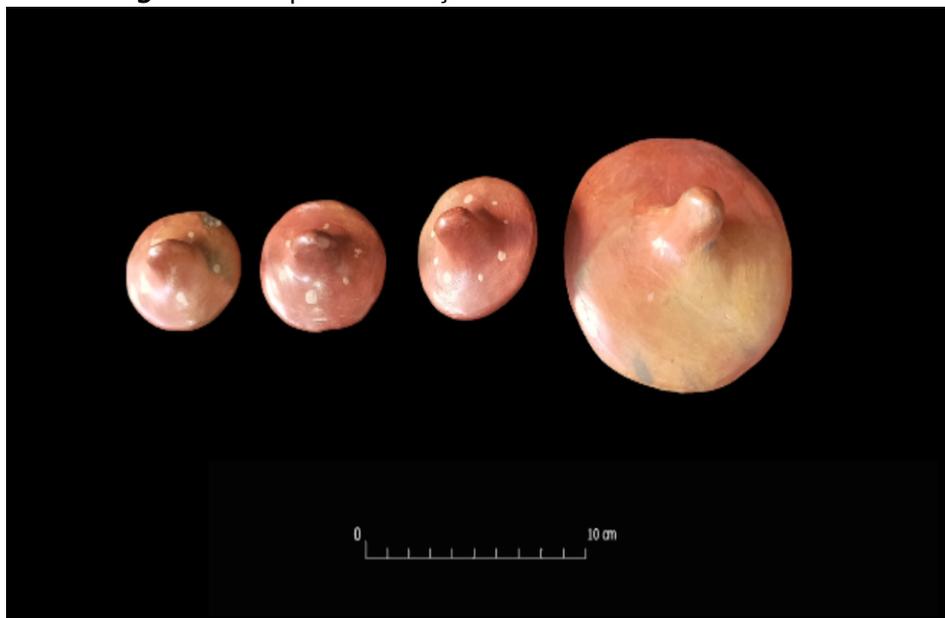
Figura 2: Coleção Terena do CEMAARQ.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Os apêndices das tampas apresentam-se na forma de mamilos (**Figura 3**). Os demais apêndices estão nas tigelas em forma de pássaro e estão representados pela cabeça e pelo rabo de pássaro (**Figura 4**). As alças são arredondadas, na forma de roletes (**Figura 5**).

Figura 3: Tampas da coleção Terena.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 4: Tigelas em forma de pássaro da coleção Terena.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 5: Vasilhas com alça na forma de rolete da coleção Terena



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Dos dez potes da coleção, sete miniaturas. As miniaturas são utilizadas pelos Povos Indígenas ceramistas, nas suas atividades diárias, mas também, após a colonização, começam a serem feitas em larga escala para venda.

As esculturas de pássaros e de mamíferos também são confeccionadas pelos Povos Indígenas em madeira, por exemplo, além da cerâmica, e também são peças bastante fáceis de serem comercializadas atualmente.

A cerâmica Terena é produzida pela técnica do acodelamento, com argila vermelha, deixada para secar, polida e finalizada com resina de Jatobá (Silva, 1949). Essa técnica foi utilizada nas vasilhas, potes, tigelas e chaleira, da coleção em análise. No caso dos mamíferos, dos pássaros, das miniaturas e dos apêndices, a técnica utilizada foi a modelagem. No caso das alças, usava-se a técnica do acordelamento.

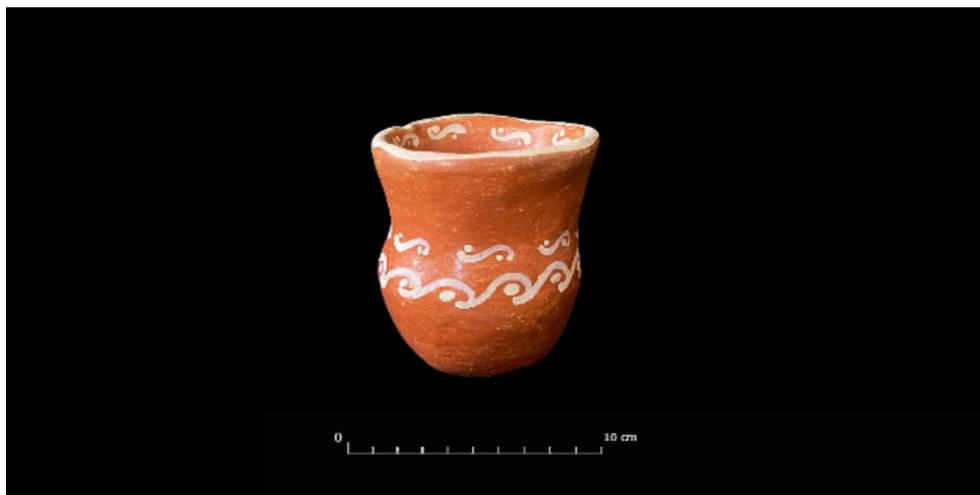
A cerâmica Terena apresenta pintura de padrões decorativos florais ou que lembra uma renda branca (Gomes, 2016) (**Figura 6**). As **Figuras 7, 8, 9 e 10** apresentam peças com decoração na forma de ondas.

Figura 6: Peças 14, 15 e 17 com padrão decorativo floral.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 7: Peça 9, com pintura branca sobre o lábio, na parte interna do pote próximo ao lábio e um pouco abaixo do meio da vasilha, na forma de ondas.



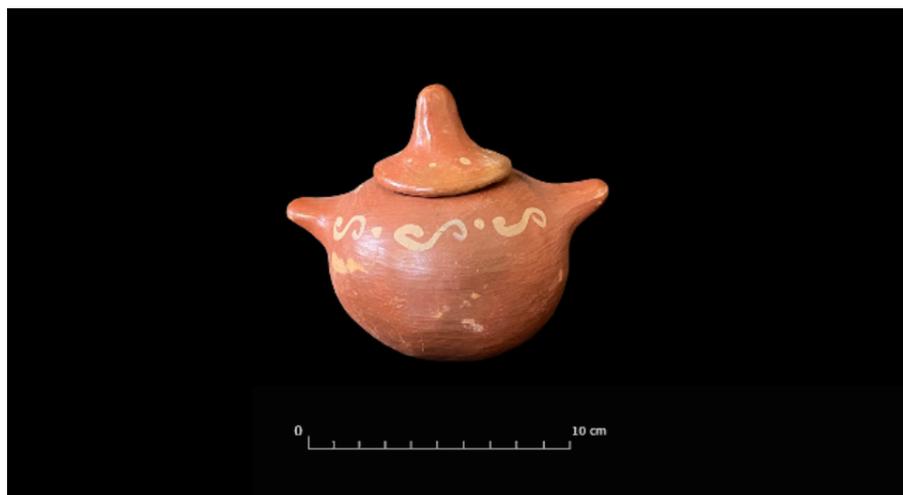
Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 8: Peças 16 e 19 com padrão decorativo em forma de ondas.



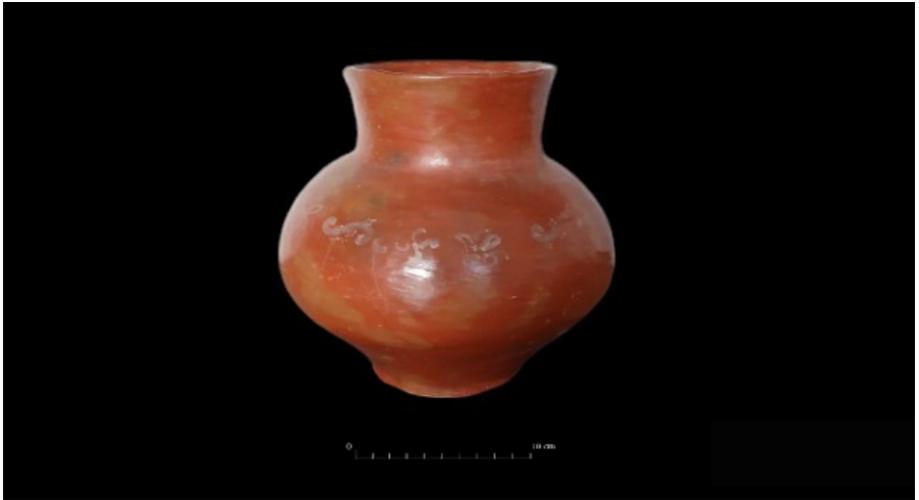
Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 9: Peça 8 com padrão decorativo em forma de ondas.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

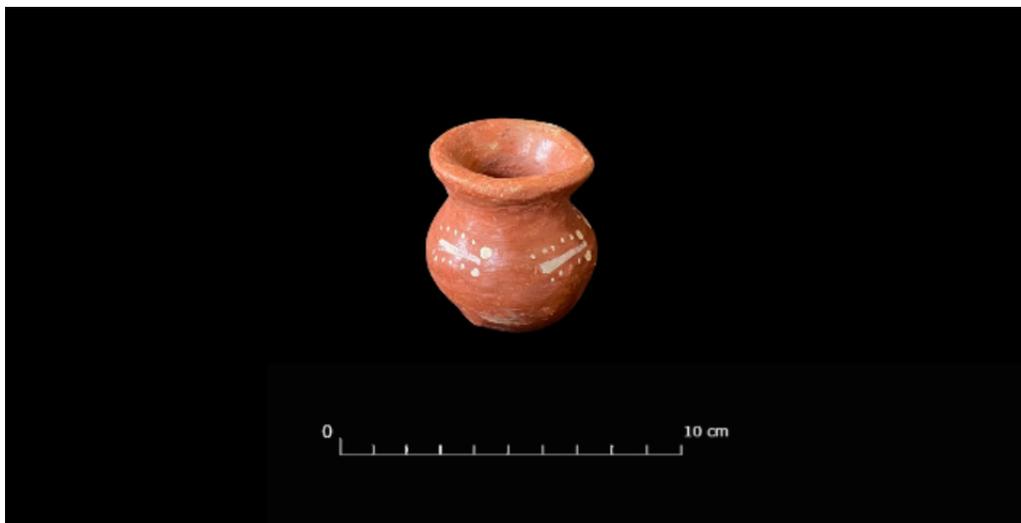
Figura 10: Peça 27 com pintura branca no meio do pote com gargalo, na forma de ondas.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Como mostra a Figura 6, é possível identificar que as peças 14, 15, 10 e 12 possuem uma decoração floral, enquanto as Figuras 7, 8, 9 e 10 apresentam peças com decoração no formato de ondas. A peça 25 (**Figura 11**) apresenta decoração em linhas e pontos de diferente tamanho, e as peças 10 e 12 (**Figura 12**) possuem um formato de decoração que lembra uma cruz ou uma flor.

Figura 11: Peça 25 com padrão decorativo em linhas e pontos.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 12: Peças 10 e 12 com padrão decorativo em formato de cruz.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Todas as peças expostas acima possuem um acabamento com tinta branca um pouco brilhosa, como se tivessem sido tratadas com uma base transparente, provavelmente a resina de jatobá. A espessura dos traços dos desenhos é semelhante em todas as peças, variando entre 0,4 a 0,6 centímetros de espessura. O estado de conservação das peças é bom, apenas quatro peças (23, 10, 7 e 5) (Figura 13) apresentam algum tipo de quebra e só uma peça (20) (Figura 14) apresenta uma rachadura.

Figura 13: Peças 23, 10, 7 e 5 com fraturas.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 14: Peça 20, miniatura de pote, com rachadura.



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Exposição itinerante da cerâmica Terena no Museu “Professor Pepe”

Após a curadoria das peças cerâmicas, foi montada uma exposição itinerante, que está exposta no Museu de Paleontologia “Professor Pepe”. A exposição das cerâmicas pode ser vista na **Figura 15**, em duas vitrines e as duas peças maiores estão, cada uma, expostas logo abaixo de cada vitrine, sobre um suporte.

Acima das vitrines, encontra-se um banner, que apresenta informações sobre o Povo Terena, e ainda uma outra exposição de um painel contendo diferentes materiais produzidos e utilizados no cotidiano pelo Povo Terena, como: bandanas, cintos, colares, pulseiras e leques.

Figura 15: Exposição geral das cerâmicas do Povo Terena expostas no Museu de Paleontologia “Professor Pepe” (MPP) da FCT/UNESP



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

A **Figura 16** mostra as peças expostas na primeira vitrine e a **Figura 17** mostra as peças expostas na segunda vitrine.

Figura 16: Cerâmicas do Povo Terena expostas no Museu de Paleontologia Professor Pepe (MPP) da FCT/UNESP



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 17: Cerâmicas do Povo Terena expostas no Museu de Paleontologia Professor Pepe (MPP) da FCT/UNESP



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

O banner, acima de uma das vitrines (**Figura 18**), mostra informações sobre o Povo Terena, como o grupo linguístico ao qual pertencem, os Estados onde estão localizadas as terras indígenas e algumas informações sobre as cerâmicas. Acima da outra vitrine está um painel com materiais produzidos pelo Povo Terena, como tecelagens, colar e abanos (**Figura 19**).

Figura 18: Banner sobre o Povo Terena exposto no Museu de Paleontologia “Professor Pepe” (MPP) da FCT/UNESP



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

Figura 19: Quadro com tecelagens, colar e abanos do Povo Terena exposto no Museu de Paleontologia “Professor Pepe” (MPP) da FCT/UNESP



Fonte: Acervo CEMAARQ (2024).

O trabalho de curadoria das peças expostas ou em reserva técnica no CEMAARQ apenas se inicia. Mesmo para a curadoria dos materiais do Povo Terena ainda iremos aperfeiçoar a parte iniciada para os materiais cerâmicos e, na continuidade, apresentaremos a curadoria das peças expostas no painel da exposição itinerante.

Considerações

A análise das cerâmicas do povo Terena mostrou uma visão aprofundada sobre a resistência e continuidade cultural ao longo da História e também as interferências do colonizador. A preservação das técnicas de modelagem demonstra uma preservação rigorosa dos conhecimentos tradicionais, não refletindo apenas a importância

das cerâmicas na vida cotidiana da comunidade, mas também na sua significância cultural e espiritual, evidenciada pelas práticas de rituais seguidas pelas mulheres na produção desses artefatos.

A análise tecnotipológica realizada na cerâmica do povo Terena revelou informações importantes sobre a cultura do grupo. As 27 peças analisadas apresentaram a mesma técnica na modelagem e acabamento das cerâmicas, evidenciando uma transmissão contínua de conhecimentos artesanais e resistência cultural do povo Terena frente às mudanças ao longo da História.

As peças, predominantemente compostas por utensílios domésticos, mostram a centralidade das práticas cotidianas do povo Terena; já as marcas de uso demonstram um desgaste consistente e uso prolongado, fosse para preparo ou armazenamento de alimentos, apontando a importância desses utensílios no cotidiano da comunidade.

Referências

Banner sobre o povo Terena presente no Museu de Paleontologia "Professor Pepe", 2024.

SILVA, F. A. Mudança cultural Terena. **Revista do museu paulista**. 1949

GOMES, L. S; KABAD, J F. **A produção da cerâmica pelas mulheres Terena**: interfaces entre cultura material, gênero e território tradicional. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 26, 2008, Porto Seguro. Anais. UFBA; Porto Seguro, 2008.

FACCIO, N. B. **Arqueologia dos cenários das ocupações agricultoras da Capivara, Baixo Paranapanema, Tese de doutorado**. MAE/USP, 1998.

MUSEU VIVO DE SABERES TRADICIONAIS DA UFRJ

Anna Carolina Santos
Jean Vital de Souza
Marcia Cabral da Costa
Nadia Pereira
Uona Martins Xavier

O Programa de Extensão Museu Vivo de Saberes Tradicionais da UFRJ (MVST-UFRJ) é uma das ações da Superintendência de Saberes Tradicionais do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Integra diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão em parceria com comunidades indígenas, de terreiro, quilombolas, ciganas, dentre outras ligadas às culturas populares brasileiras. Sob uma perspectiva sociológica de museu, o MVST-UFRJ não se delimita a um repositório de artefatos e obras de arte, mas sim como espaço de preservação da cultura e memória coletiva dos povos formadores desse território chamado convencionalmente de Brasil, a partir da valorização e protagonismo desses povos.

Desempenha, por assim dizer, um papel central na construção de outros modos de se identificar a identidade de povos historicamente marginalizados e subalternizados, bem como auxiliando a promoção de Pesquisas, Ensino e Extensão, de modos inovadores nas universidades pautados numa metodologia de

construção dialógica entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos. A base formadora do MVST-UFRJ se pauta na filosofia das histórias vivas, entendendo a existência de mestras e mestres dos saberes tradicionais e dos saberes populares, como matriz central dos processos de preservação cultural, e difusão das ciências dia povos tradicionais. Em suma, sob essa perspectiva sociológica, o Museu Vivo é configurado enquanto um agente ativo na preservação da memória coletiva de mestres e mestras tradicionais e populares, bem como os seus saberes correlatos.

A atuação prática do Museu Vivo de Saberes Tradicionais da UFRJ se dá, em primeira instância, na aproximação e formação de uma rede mais próxima com os povos e comunidades tradicionais a partir dos trabalhos de docentes da UFRJ que já possuem ações de ensino, pesquisa e extensão com esse público. Atualmente o MVST-UFRJ congrega ações em parceria com os povos ciganos, indígenas, quilombolas, de terreiro e aqueles ligados aos saberes populares.

A parceria universidade com a tríade acadêmica (ensino-pesquisa-extensão), e comunidades tradicionais, se torna também um recurso potente para pesquisadores e acadêmicos que estejam interessados na disseminação dos saberes desses povos e comunidades em diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, entende-se que a implantação do MVST-UFRJ é uma oportunidade ímpar para enriquecer a formação de estudantes e pesquisadores, de modo contracolonial (Santos, 2015), na medida em que o protagonismo de mestres e mestras tradicionais e populares são valorizados, e seus saberes reconhecidos como ciência, de forma ética e respeitosa, rompendo a lógica colonial de tomá-los como objetos de pesquisa. Seu objetivo é apoiar comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, ciganos, de terreiro, entre outros, a se tornarem protagonistas na preservação, divulgação e restauração de acervos históricos e culturais presentes em seus territórios, bem como se constituírem como Praças de Ciências dos Povos Tradicionais, a partir do selo UFRJ.

Sua relevância se pauta ao entendimento de que é preciso construir ações que minimizem os efeitos coloniais historicamente produzidos nas vidas de pessoas negras, quilombolas, ciganas e indígenas nesse país, sendo estes povos invisibilizados, e que é de responsabilidade das universidades reconstruir ambientes acadêmicos, e também uma sociedade, mais plurais, antirracistas e contracolonistas.

Ao documentar, exibir e celebrar esses saberes, bem como a própria reverência aos mestres e mestras dos saberes tradicionais e populares, o museu contribui para a sua perpetuação e para a manutenção das memórias vivas desses povos. Em paralelo, pesquisadores têm a oportunidade de confluir com saberes e práticas tradicionais e populares, em um contexto original, proporcionando uma compreensão mais profunda e autêntica, uma vez que são os/as próprios/as Mestres/as, os verdadeiros livros e bibliotecas vivos.

Por fim, vale ratificar o quanto o MVST-UFRJ tem proporcionado que os saberes acadêmicos e tradicionais se integrem mutuamente, a partir dos processos de visibilização das ações de mestres nas ações de pesquisa, extensão e ensino (básico, graduação e pós-graduação) na universidade. Exemplos como participação em disciplinas, cursos e eventos de extensão como o Encontro de Praças de Ciências dos povos tradicionais, realizado no Fórum de Ciência e Cultura em 2023, oportunizando as confluências de saberes das comunidades acadêmica e tradicionais.

Experiências que possibilitam que a universidade cumpra seu compromisso social com grupos historicamente excluídos, e ao mesmo tempo, favoreça na preservação da herança cultural dos povos formadores do Brasil. Um compromisso que se alinha ao que se refere o decreto nº 6040/07, no que tange a “reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais”, (BRASIL, 2007) com as leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e 11645/2005 (Brasil, 2008),

que trata da implementação da história e Cultura afro-brasileira e indígena no ensino básico e outros níveis de formação, dentre outros documentos que legislam sobre povos e comunidades tradicionais.

E é sobre as inspirações do trabalho desenvolvido no 1º Evento Encontro de Praças de Ciência dos Povos Tradicionais, dispositivo que inaugurou as ações do Programa Museu Vivo de Saberes tradicionais da UFRJ que se vislumbra a continuidade de seus objetivos bem como no alcance dos seguintes resultados: 1) a preservação do patrimônio científico dos povos tradicionais vinculados ao museu; 2) abertura de debates na UFRJ e fora dela, sobre a importância da inclusão e valorização dos saberes e de mestres e mestras tradicionais e populares; 3) empoderamento das comunidades enquanto espaços de produção e difusão de ciências dos povos tradicionais e populares.

Referências

Brasil. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 07 ago. 2024.

_____. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 07 ago. 2024.

_____. **Lei n. 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 07 ago. 2024.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

O USO DE GEOTECNOLOGIAS PARA A DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS PRÉ-COLONIAIS

José Fernando Moreira de Campos
Laura Ayumi Baione Sadakane
Neide Barrocá Faccio

Introdução

O uso de geotecnologias, como as técnicas de geoprocessamento e o sensoriamento remoto, por exemplo, tem avançado significativamente nos estudos arqueológicos. Tais progressos tem melhorado a eficiência das pesquisas, economizando tempo, custos e aprimorando a qualidade do trabalho.

Estes recursos, são utilizados não só para monitoramento das áreas de interesse, mas também são úteis durante as escavações, nas análises da paisagem e nas descobertas e investigações de novos sítios arqueológicos.

Neste sentido, as geotecnologias consistem num conjunto de soluções que incluem hardware, software e profissionais especializados, formando ferramentas robustas para auxiliar na tomada de decisões. Entre elas, podemos mencionar: os sistemas de informação geográfica, a cartografia digital, o

sensoriamento remoto, os sistema de posicionamento global e a topografia (Rosa, 2005).

Portanto, o artigo evidencia o uso dessas ferramentas nas análises espaciais em estudos de arqueologia, em específico do Sítio Arqueológico Alto Porã, localizado no município de Pedregulho, São Paulo.

Assim, demonstramos ao longo do texto a necessidade da sistematização dos dados obtidos, bem como a importância de técnicas de geoprocessamento e do sensoriamento remoto na interpretação da área e na dispersão dos materiais encontrados, ou seja, onde eles estão localizados.

Posto isto, apresentamos as geotecnologias utilizadas e quais são suas aplicações no trabalho arqueológico, descrevendo como ocorreram os procedimentos e demonstrando os produtos cartográficos gerados.

Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos, trabalhos de campo e uma análise técnotipológica preliminar dos materiais arqueológicos resgatados. Também foram utilizadas informações geográficas (mapas, plantas e imagens de satélite). Sendo assim, neste trabalho, a metodologia consistiu em localização, delimitação e mapeamento dos sítios, usando técnicas de: geoprocessamento e sensoriamento remoto.

Neste sentido, pesquisas como esta se justificam pela necessidade de sistematizar dados para a produção cartográfica, no que se refere as ocupações das populações indígenas originárias que habitaram o Norte do Estado de São Paulo. Essa pesquisa, além de trazer o debate sobre a importância do mapeamento dos artefatos resgatados, trata de territórios ancestrais e apresenta a questão do Marco Temporal.

Sendo assim, o trabalho está dividido em **Desenvolvimento**, onde apresentaremos as definições conceituais, o Sítio Arqueológico Alto Porã, as Tradições Arqueológicas identificadas e as Geotecnologias utilizadas na pesquisa. Na etapa seguinte,

Resultados e Discussões, evidenciaremos os produtos cartográficos gerados e suas respectivas análises. Por fim, traremos a **Conclusão** do trabalho expondo a importância do uso de geotecnologias nos estudos ambientais relacionados a Arqueologia, e da sua relevância para a discussão sobre Territórios Indígenas e o atual Marco Temporal.

Desenvolvimento

Conceitos e Definições

A Arqueologia, como proposto por Funari (2003), é caracterizada como a ciência que se debruça sobre os estudos relacionados à materialidade elaborada pelos humanos como um dos seus aspectos culturais, não se limitando a um caráter cronológico. Assim, as pesquisas arqueológicas abordam às interações entre a cultura material e as sociedades estabelecidas ao longo do tempo.

Em suma, a Arqueologia é a disciplina que tem como finalidade o estudo do modo de vida de comunidades pretéritas que deixaram suas marcas em ambientes específicos, identificados com sítios arqueológicos (Morais, 2011).

Sendo assim, conforme apareciam novas demandas na área de atuação dos arqueólogos, surgiam campos dentro da Arqueologia. No Brasil, viabilizado pela Lei 3.924/61, o resgate do Patrimônio Arqueológico foi intitulado como "Arqueologia de Salvamento" e, posteriormente, denominado como "Arqueologia de Contrato".

Estes procedimentos de investigação arqueológica estão relacionados com a legislação ambiental atual e tornou frequente a presença destes estudos em áreas impactadas ambientalmente por empreendimentos (Thomaz, 2002).

O horizonte da "Arqueologia de Contrato" trouxe, aos profissionais da área, a necessidade de sistematizar os serviços

arqueológicos. Para isso, Morais (2007) aborda a “Arqueologia da Paisagem” como instrumento para a prática arqueológica.

O autor (Morais, 2007) discorre que esta seria uma das melhores linhas de pesquisa relativa à Arqueologia Preventiva, pois ela compreende o processo de artificialização do meio, tendo como tema central a reconstrução dos cenários das ocupações humanas, por meio das regularidades, dos arranjos e da distribuição das mudanças do meio ambiente em uma determinada área geográfica.

Ademais, Boado (1999) trata a Arqueologia da Paisagem como a inclusão da práxis da Arqueologia em coordenadas espaciais. Esta característica, a de georreferenciar procedimentos, cenários, e/ou sistemas de povoamento, proporciona atributos únicos, pois permite tratar de demandas relativas ao design da arqueologia em sua esfera de planejamento, gestão e manejo do Patrimônio Arqueológico (Morais, 2007).

Isto posto, a abordagem do entorno dos ambientes de sítios arqueológicos, via Arqueologia da Paisagem, vem se estabelecendo. Isso se deve à disponibilidade de novas tecnologias, como, por exemplo, os sistemas de sensoriamento remoto (Morais, 2007).

De acordo com Waters (1992), é fundamental em pesquisas arqueológicas uma perspectiva interdisciplinar, visto que cada ciência fornece um componente essencial para os estudos relacionados ao ambiente em que se insere o assentamento arqueológico.

De acordo com Morais (2011), compreender o ambiente onde está inserido o sítio arqueológico, modificado pelo uso e ocupação do solo, facilita na missão de assimilar a vida e a cultura pregressa. Com esse fim, o uso das geotecnologias vem se consolidando cada vez mais nos estudos dos sítios, com a utilização de ferramentas como o Sensoriamento Remoto, os SIG (Sistemas de Informação Geográfica) e o GPS (Sistema de Posicionamento Global), atualmente GNSS (Sistema Global de Navegação por Satélite).

A partir deste contexto, podemos compreender as geotecnologias como o conjunto de tecnologias, a fim de coletar, armazenar, editar, processar, analisar e disponibilizar os dados e as informações com referência espacial geográfica, sendo composta por soluções em: *hardware* (equipamentos), *software* (programas), *peopleware* (recursos humanos) e *dataware* (base de dados) (Zaidan, 2017).

Seguindo esta interpretação, o ato de geoprocessar está dentro das Geotecnologias e pode ser definido por um conjunto de técnicas, métodos teóricos e computacionais relacionados com: coleta, entrada, armazenamento, tratamento e processamento de dados, com a finalidade de construir novas informações espaciais ou georreferenciadas (Zaidan, 2017).

Assim, o Geoprocessamento é composto por pelo menos quatro categorias de técnicas relativas ao tratamento das informações espaciais: 1) coleta de dados espaciais (sensoriamento remoto, GNSS, topografia, cartografia e levantamento de dados alfanuméricos), 2) armazenamento (banco de dados); 3) tratamento e análise das informações (modelagem de dados, funções topológicas, geoestatística, etc.) e, 4) integração dos dados espaciais com os sistemas de informação geográfica (Rosa, 2005).

Para autores como Câmara e Davis (2001), Geoprocessamento trata-se da área de conhecimento que usa técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento das informações geográficas. Por este aspecto, esta disciplina influencia de modo crescente áreas como Cartografia e Análise de Recursos Naturais, por exemplo. Suas ferramentas computacionais, os SIG, permitem realizar complexas análises ao criar banco de dados georreferenciados.

Para isso, o Sistema de Posicionamento Global (GPS) foi desenvolvido pelo Departamento de Defesa (DOD – Department of Defense) dos Estados Unidos de América (EUA), no ano de 1973, com o objetivo de garantir tempo e navegação de precisão (posição e velocidade), contínua e global, em tempo real e sob quaisquer

condições atmosféricas. Nesse sentido, foram lançadas uma constelação de quatro satélites em dois planos orbitais, posteriormente o sistema foi sendo otimizado, atingindo seu pleno funcionamento no de 1995 (Mendes, 2013).

Atualmente, existem outros sistemas de posicionamento além do GPS (Global Positioning System), sendo eles o GLONASS, de origem russa, o GALILEO, de naturalidade europeia, o COMPASS, de nacionalidade chinesa, o QZSS, japonês e por fim, o GAGAN de procedência indiana (Mattos, 2012).

Deste modo, os sistemas de posicionamento por satélites se baseiam numa constelação de satélites em órbita no planeta Terra, emitindo ondas de rádio, que são captadas por receptores específicos. Para o funcionamento deste sistema são necessários, no mínimo, quatro satélites (Mattos, 2012).

Ao tratarmos de sensoriamento remoto, podemos defini-lo, sumariamente, como uma forma de obter dados de um objeto ou alvo, sem que exista contato físico entres os dois corpos. Suas informações são adquiridas por meio da radiação eletromagnética, que é formada por fontes artificiais como o radar ou naturais como o Sol, refletida e/ou emitida pelos alvos (Rosa, 2005).

O avanço tecnológico dos sensores remotos, como os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT), os aviões e, até mesmo, os satélites possibilitaram acessar ambientes, cada vez mais, distantes ou de difícil acessibilidade. Com esses dados, é possível visualizar o espaço geográfico em três dimensões. Ao utilizar um SIG associado, pode-se obter de forma automatizada variáveis morfométricas (altitude, declividade e orientação de vertentes), aspectos essenciais nos estudos geomorfológicos, pedológicos e ambientais (Florenzano, 2005).

Em vista disso, o objetivo geral de um SIG é o de servir como instrumento eficiente para diversificadas áreas do conhecimento, as quais se utilizam de mapas, permitindo interagir, numa única base de dados, várias informações que caracterizam aspectos da região

de estudo, além de possibilitar o manejo de diferentes tipos de dados, bem como combinar informações de diferentes fontes (Brito; Rosa, 1994).

Apresentação do Sítio Arqueológico Alto Porã

O Sítio Arqueológico Alto Porã localiza-se no Município de Pedregulho/SP. O terreno do assentamento é reconhecido como propriedade particular, morfologia suavemente ondulada, a aproximadamente 50 metros de distância do Ribeirão São Pedro, afluente do Rio Grande (Faccio *et al.*, 2020).

Situado numa altitude que varia entre 607 a 635 metros acima do nível do mar, no Planalto Ocidental Paulista, a área do sítio corresponde a um relevo caracterizado por Patamares Cuestiformes Orientais (IBGE, 2020). Assim, tem-se predomínio de encostas suavemente onduladas e cuevas basálticas, circundadas por morros testemunhos com altitudes superiores à de 800 metros (**Figura 1**) (Faccio *et al.*, 2020).

Figura 1: Paisagem ao norte da área. Sítio Arqueológico Alto Porã, município de Pedregulho, SP.(UTM 23K - 236731. m E, 7772011 m S).



Fonte: Faccio *et al.* (2020).

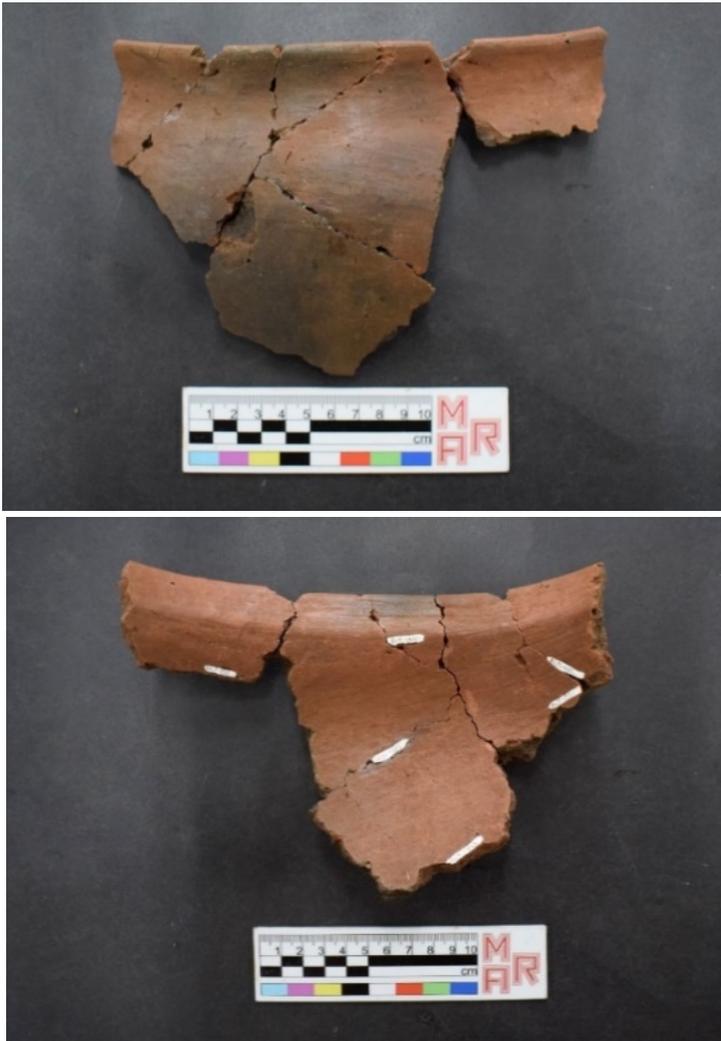
Segundo Faccio *et al.* (2020), o sítio é do tipo céu aberto, apresentando fragmentos cerâmicos, líticos polidos e líticos lascados em superfície e em subsuperfície, com profundidade de até 20 centímetros (**Fotos de 2 a 5**).

Figura 2 e 3: Lâmina de machado e cerâmica em superfície, na área de carreador, do plantio de cana-de-açúcar. Sítio Arqueológico Alto Porã, Pedregulho, SP.



Fonte: Faccio *et al.* (2020)

Figuras 4 e 5: Conjunto 1 com encaixe. Vasilha com barbotina na face interna e brunidura na face externa, Sítio Alto Porã, Pedregulho, SP



Fonte: Faccio *et al.* (2020).

O material lítico lascado apresenta 12 instrumentos, sete lascas, um cristal fragmentado, um fragmento de lasca, três núcleos e um resíduo, totalizando 25 peças líticas lascadas. No que diz respeito a indústria lítica polida, no sítio foram encontrados uma lâmina de machado, um fragmento de lâmina e um fragmento de virote. Em relação ao material cerâmico produzido no Sítio Alto Porã, vemos a ocorrências de 2108 fragmentos de vasilhas cerâmicas (Tabela 1).

Tabela 1: Categorias de materiais arqueológicos e nível na área do Sítio Arqueológico Alto Porã, Município de Pedregulho, SP.

Categoria	Qtde em superfície	Qtde em subsuperfície	Total
Cerâmica	855	1253	2108
Pedra lascada	22	3	25
Pedra polida	0	3	3

Fonte: Faccio *et al.* (2020).

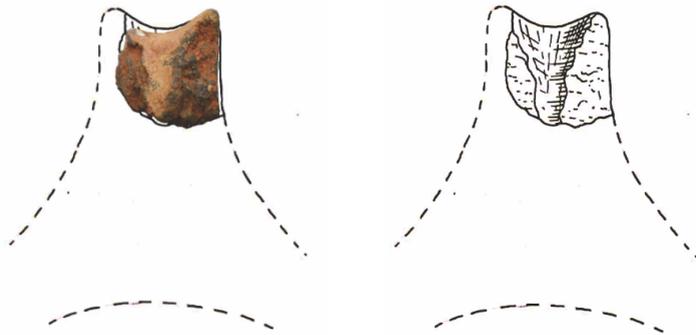
O sítio arqueológico foi classificado do tipo exposto a céu aberto, composto por fragmentos cerâmicos, líticos polidos e lascados — em contexto de deposição, tanto em superfície, como em profundidades de até 20 centímetros. A maior parcela do material arqueológico é composta de fragmentos cerâmicos das paredes das vasilhas, com acabamento de superfícies externa e interna liso (Faccio *et al.* 2020).

As Tradições Arqueológicas Aratu-Sapucaí e Tupiguarani

Após as primeiras observações feitas sobre o Sítio Arqueológico Alto Porã foi possível notar a presença de características cerâmicas de duas diferentes Tradições

Arqueológicas: a Aratu-Sapucaí (**Figuras 6 e 7**) e a Tupiguarani (**Figura 8**). As pesquisas relacionadas à Tradição Aratu-Sapucaí estavam focadas em observar as coleções de grandes urnas funerárias sem decoração, que não eram atribuídas a outras tradições já descritas.

Figuras 6 e 7: Fragmento de vasilha conjugada, peça 552, Sítio Alto Porã, Pedregulho, SP.



Fonte: Faccio *et al.* (2020).

Figura 8: Fragmento de parede com pintura na face interna e não identificado na face externa. Peça 1379 - face interna, Sítio Alto Porã, Pedregulho, SP



Fonte: Faccio *et al.* (2020).

A Tradição Aratu-Sapucaí é resultado da centralização de duas tradições, partindo do argumento de que ambas (Aratu e Sapucaí) estavam conectadas ao mesmo horizonte agrícola e possuíam elementos gerais semelhantes (Cerdeira, 2013).

Nos estudos já realizados sobre os Aratu-Sapucaí são encontrados registros de variados fenômenos de fronteira com povos da tradição Tupiguarani - sendo estes registrados no Espírito Santo, na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais e em São Paulo (Schmitz; Rogge, 2008).

Ainda de acordo com Schmitz e Rogge (2008), os estudos que destacam assentamentos arqueológicos associados à Tradição Aratu-Sapucaí ocorreram em regiões de clima quente, com solos ideais para a agricultura, banhados por muitas chuvas anuais e envolto por florestas. Estes grupos se fixaram majoritariamente próximo a interflúvios, próximo a córregos e rios menores, que se localizam no litoral e no interior de Estados como Bahia, Goiás e Minas Gerais.

Mais à frente, foram observados sítios arqueológicos posicionados ao norte, nordeste e a leste do Estado de São Paulo e no Estado do Paraná, em ambientes similares. Assim, é possível compreender que os povos que produziram cerâmica associada à Tradição Aratu-Sapucaí ocuparam uma grande área dentro do território brasileiro, estendendo-se desde os Estados de Sergipe e Goiás e dirigindo-se até o norte do Estado do Paraná.

De acordo com Schmitz e Rogge (2008), é necessário estudar os aspectos da cultura material produzida por esses povos, pois

Seu território confrontava com os de outras populações que, muitas vezes, competiam pelos mesmos ambientes. O contato com essas populações resultou em sítios em que, além dos materiais da Tradição cerâmica Aratu-Sapucaí, estão presentes cerâmicas da

Tradição Tupiguarani, Tradição Uru, ou da Tradição Taquara/Itararé. No sítio de Apucarana, o abundante material cerâmico da Tradição Aratu-Sapucaí vem acompanhado de certo volume de elementos da Tradição Taquara/Itararé, que dominava o Planalto Meridional. O intercâmbio de tecnologias na fabricação tanto da cerâmica quanto do lítico sugere a convivência nesta última aldeia de pessoas de duas populações diferentes (Schmitz; Rogge, 2008, p. 47).

A Tradição Aratu-Sapucaí é retratada como sendo de um grupo “agrícola, com grandes e duradouros sítios habitacionais, em que poderiam morar até mais de mil pessoas, junto aos quais podem ser encontrados cemitérios contendo até uma centena de urnas funerárias” (Schmitz; Rogge, 2008).

André Prous narra em sua obra “Arqueologia Brasileira” (1992) os atributos da cultura material relacionada à Tradição Aratu-Sapucaí. A cerâmica normalmente aparece sem decoração, com tempero de areia mais ou menos fina ou grafita. A decoração, quando existe, limita-se à utilização do corrugado, algumas incisões ou banho de grafita (Prous, 1992).

No que diz respeito à morfologia das vasilhas cerâmicas, notou-se o formato piriforme, um pouco globulares, tigelas hemisféricas e vasilhas duplas. Para além disso, outra característica frequente são as bordas onduladas (Prous, 1992).

Desta maneira, sabemos que os grupos associados à Tradição Aratu-Sapucaí ocuparam uma ampla parcela do território brasileiro, tanto como contataram outros povos, refletindo a troca de conhecimento em sua cultura material.

A Tradição Tupiguarani está associada principalmente a uma cerâmica com presença de pintura policrômica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada. Além de apresentar urnas de enterramentos secundários, machados de pedra polida e tembetás. No ano de 1969 a Tradição Tupiguarani foi classificada entre pintada, corrugada e escovada (Prous; Lima, 2009). Faccio (2019) discute sobre a cerâmica Guarani possuir pintura policrômica em preto e vermelho sobre engobo branco, assim como o antiplástico de caco moído com mineral e carvão.

Estudos revelam que a ocupação Tupiguarani não se estabeleceu totalmente sobre uma região, mesmo que seja a mais densa no Paranapanema e no litoral carioca. De acordo com Prous (1992, p.373), esses grupos “sempre se limitaram a áreas de território onde se verificavam condições ecológicas características”. Portanto, grande parte dos assentamentos associados à Tradição Tupiguarani se localizavam em mata pluvial litorânea, tropical ou subtropical, encontrando-se nos grandes vales meridionais, nas zonas ondulares do Centro-Sul, além de se fixarem em matas ciliares ao longo dos rios e no cerrado nas regiões pouco mais secas (Prous, 1992).

Segundo pesquisas de Afonso (2016):

A distribuição dos sítios cerâmicos no Estado de São Paulo apresenta uma complexidade que reflete contextos de interação cultural. Grupos vindos de outras regiões trouxeram características próprias identificadas em vários sítios localizados durante a realização de projetos recentes ou em desenvolvimento, acadêmicos e de arqueologia preventiva (Afonso, 2016, p. 30).

Caldarelli e Neves (1981, p.35) ressaltam que “quanto aos horticultores, nitidamente representados na área por duas

ocupações distintas, uma Gê e uma Tupiguarani, a problemática que se nos apresenta atualmente é de ordem cronológica”. A partir de tais pressupostos, ressalta-se a hipótese de contato entre grupos das Tradições Aratu-Sapucaí e Tupiguarani por meio dos resgates arqueológicos do Assentamento Alto Porã.

Apresentação das Geotecnologias utilizadas

Ao tratar das possibilidades do uso de Geotecnologias em trabalhos de Arqueologia, Morais (2000) afirma que o gerenciamento de bases de dados georreferenciados e a produção cartográfica automatizada são instrumentos norteadores dos procedimentos de preservação patrimonial. Para o autor, não se admite o andamento da investigação arqueológica sem o uso das geotecnologias disponíveis.

Isto é, o uso do sensoriamento remoto, associado ao uso de sistemas de posicionamento global, bem como a utilização de SIG, permitem uma produção informacional de elevada qualidade e com economia de tempo (Morais, 2011).

Outrossim, a aplicação do SIG permite a análise dos atributos arqueológicos associados aos geográficos e “isto apresenta a possibilidade de rastrear a distribuição e os movimentos, assim como as interações entre culturas arqueológicas” (Csàki Gy., Jerem E., Redö F, 1995).

Desse modo, para a extração das coordenadas, foi utilizado o dispositivo GPS eTrex® 10, da marca Garmin. Este equipamento tem a capacidade de aliar dois sistemas de posicionamento global, o GPS, desenvolvido pelos estadunidenses e o GLONASS, desenvolvido pelos russos, o que otimiza o tempo de resposta do receptor em relação a obtenção dos dados espaciais (Coordenadas).

Desta maneira, a distribuição espacial dos vestígios, inicialmente foi classificada pelo tipo e quantidade de material arqueológico (cerâmica, lítico lascado, lítico polido e arte rupestre),

com suas respectivas coordenadas em formato KML – coordenadas UTM.

Após a aquisição e o gerenciamento desses dados, utilizou-se do SIG Q.GIS, versão 3.10.7, a fim de mapear a dispersão dos vestígios por meio de pontos, linhas e polígonos correspondendo a localização e concentração de materiais arqueológicos.

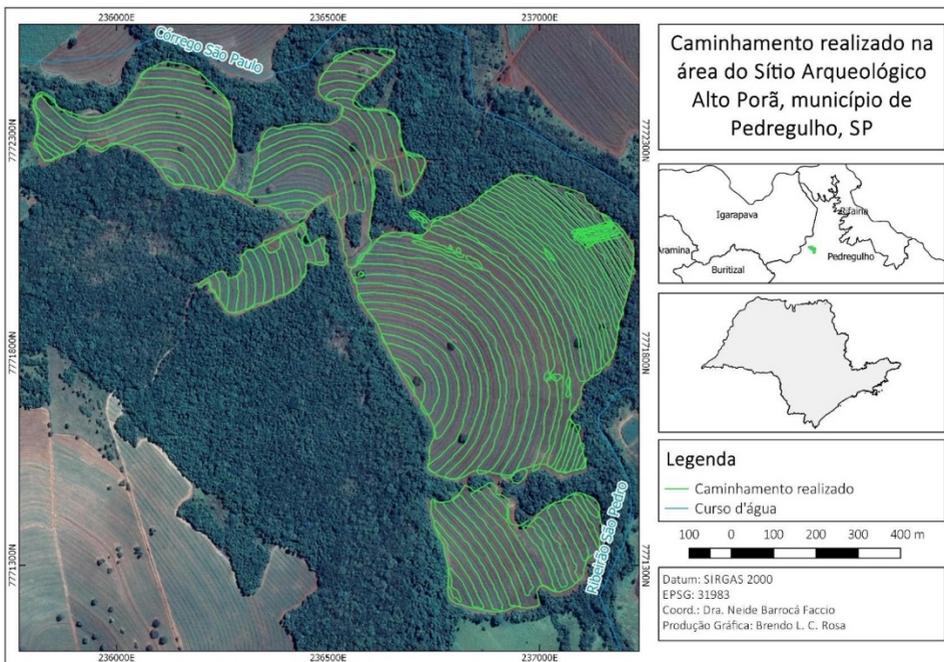
Sendo assim, para o mapeamento e interpretação dos dados geoespaciais utilizados neste trabalho de investigação arqueológica, contamos com os *softwares* Qgis 3.10.7, *Google Earth Pro*, *Surfer 8*, *GPS Visualizer* e *GPS TrackMaker*. Para a manipulação das informações adquiridas utilizamos um software de planilhas eletrônicas, o Microsoft Excel.

Já as bases de dados utilizadas para as produções cartográficas foram adquiridas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DataGEO, no *Google Satellite*, no Diagnóstico Arqueológico Prospectivo e no Relatório de Salvamento da Usina Burití – Pedra Agroindustrial S/A, Buritizal, SP.

Resultados e Discussões

Sendo assim, equipados com os receptores, os trabalhadores percorrem as áreas a serem investigadas (**Figura 9**), observando a presença ou não de materiais arqueológicos, para, posteriormente, concentrar a busca em regiões de maior potencial de vestígios.

Figura 9: Caminhamento realizado na Área diretamente Afetada (ADA). Sítio Arqueológico Alto Porã, município de Pedregulho, SP



Fonte: Faccio *et al.* (2020).

A **Figura 9** mostra a localização do caminhamento realizado na área do Sítio Arqueológico Alto Porã e em seu entorno. O caminhamento resultou em 45,78 km de percurso. Durante o caminhamento, os materiais arqueológicos encontrados em superfície foram georreferenciados e coletados.

Por meio do equipamento eTrex® 10, pode-se coletar também as coordenadas dos vértices do polígono referente ao Sítio Alto Porã (**Tabela 2 e Figura 10**). Tal perímetro norteou as atividades arqueológicas de resgate, que aconteceram subsequentemente no local.

Tabela 2: Coordenadas UTM dos vértices do polígono do Sítio Arqueológico Alto Porã.

236535.609,7771991.007	237233.894,7772078.293
236621.149,7772093.132	237236.513,7772004.100
236764.297,7772122.809	237121.296,7771518.792
236943.233,7772239.772	236998.223,7771523.156
237101.220,7772184.782	237021.790,7771987.080

Fonte: Faccio *et al.* (2020).

O Sítio Arqueológico Alto Porã possui uma área de 702 por 714 metros. Verifica-se que a área do sítio contorna o Ribeirão São Pedro a Leste e a Norte. O Ribeirão São Pedro é afluente de 1º ordem hierárquica de drenagem do Rio Grande.

Figura 10: Polígono georreferenciado. Sítio Arqueológico Alto Porã, município de Pedregulho, SP.



Fonte: Faccio *et al.* (2020).

O georreferenciamento dos materiais encontrados na área de pesquisa, somado a outros processos de confirmação, como por exemplo o de sondagem (**Figura 11**), além de espacializar os objetos na área de estudo, permite ao profissional estabelecer o perímetro do sítio arqueológico, baseando-se na concentração dos vestígios encontrados, como vemos na **Figura 12**.

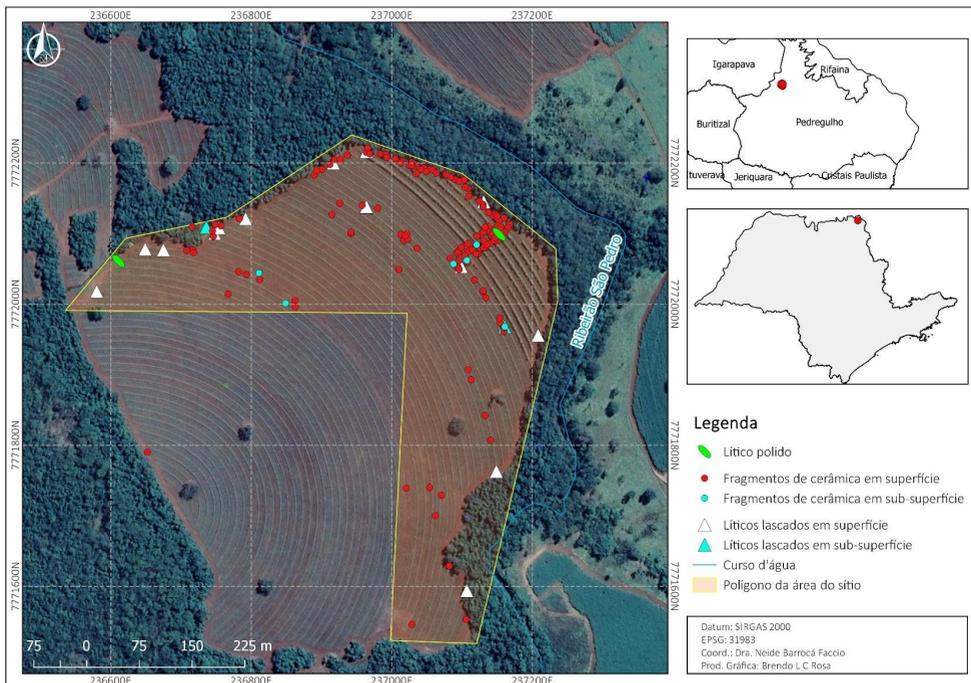
Figura 11: Escavação de sondagens. Sítio



Arqueológico Alto Porã, Pedregulho, SP.

Fonte: Faccio et *al.* (2020).

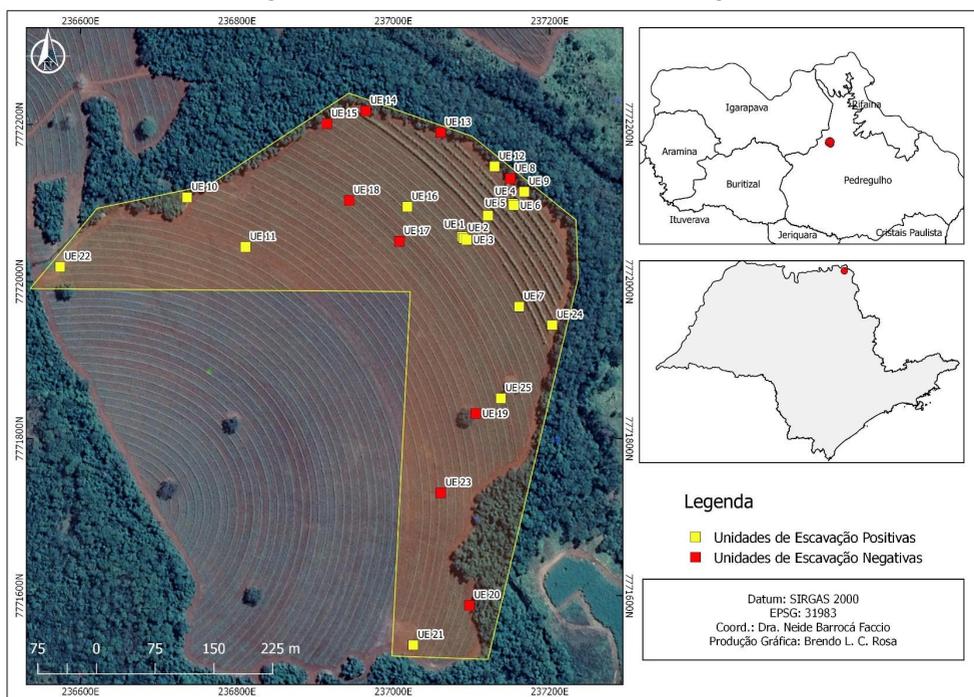
Figura 12: Localização dos materiais arqueológicos coletados em superfície e subsuperfície em relação ao polígono georreferenciado na área do Sítio Alto Porã.



Fonte: Faccio et al. (2020).

Após a realização dos produtos cartográficos iniciais, que auxiliam na identificação da área do sítio arqueológico, novos mapeamentos permitem, inclusive, gerenciar os trabalhos executados *in situ* - como, por exemplo na organização e distribuição dos locais de escavações (Figura 13).

Figura 13: Unidades de escavações positivas e negativas do Sítio Arqueológico Alto Porã, Município de Pedregulho, SP.



Fonte: Faccio et al. (2020).

Ademais, foi utilizado uma malha de coordenadas e suas respectivas altimetrias, coletadas no interior do polígono do Sítio Arqueológico, por meio do dispositivo GPS, para realização do Modelo Digital de Elevação. Este procedimento foi realizado no software *Surfer 8* e posteriormente finalizado no *Qgis 3.10.7* (Figura 14).

Conclusão

O uso de geotecnologias nas investigações arqueológicas auxilia tanto nas ações de planejamento, quanto na execução das atividades em campo, servindo também como instrumento para posteriores análises em laboratório.

Nesse sentido, o GNSS, os Sistemas de Base de Gerenciamento de Dados e o Sensoriamento Remoto, por exemplo, quando associados no SIG, mostram-se de grande importância para diversas ciências, principalmente àquelas relacionadas com o meio ambiente - como a Arqueologia - pois permitem armazenar e manipular elevados números de informações sobre extensas regiões, facilitando a interpretação da área de estudo.

Outro aspecto relevante, na integração entre Arqueologia e Geotecnologias, é a possibilidade de criação de banco de dados e de técnicas de geoprocessamento específicos para a investigações arqueológicas, gerando, por meio do cruzamento das grandes bases de informações georreferenciadas, modelos preditivos para identificação de áreas com maior potencial arqueológico.

Ainda no que se refere aos SIG, é válido ressaltar que os mapas produzidos em seu ambiente não somente ilustram e espacializam os vestígios arqueológicos, mas também instrumentalizam análises mais aprofundadas para os profissionais da área. Isto possibilita relacionar elementos da paisagem com o tipo de materiais encontrados no sítio, por exemplo.

Para além disso, algumas discussões voltaram a se propagar sobre Territórios Indígenas e o Marco Temporal, sendo este inválido de acordo com a Constituição de 1988, representando um retrocesso nos direitos dos povos indígenas. Assim, as pesquisas Arqueológicas somadas ao georreferenciamento e ao mapeamento, constituem um grande instrumento no sentido de comprovar a presença de tais grupos em áreas de disputa.

Por fim, com novas geotecnologias sendo desenvolvidas e/ou adaptadas, como por exemplo o uso de Drones com receptores

GNSS e os sensores LiDAR, somado ao surgimento de profissionais melhores capacitados no mercado, tornaram os custos destas operações mais acessíveis, consolidando o uso destas ferramentas no ambiente da Arqueologia e das análises ambientais.

Referências

Afonso, M. C. **Arqueologia Jê no Estado de São Paulo**. *Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia*, n.27, 30-43, 2016.

BOADO, F. C. **Del Terreno al Espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje**. CAPA 6: critérios y convenciones em arqueologia del paisaje, Santiago de Compostela, 1999.

BRITO, J. L. S; ROSA, R. Introdução aos sistemas de informação geográfica. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 6 (11 e 12): 61-78, janeiro/dezembro, 1994.

CALDARELLI, S.B.; NEVES, W.A. 1981. **Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do Rio Pardo**. São Paulo, *Revista de Pré-História* 3: 13-49.

CÂMARA, G; DAVIS, C; MONTEIRO, A. M. V. Introdução à ciência da geoinformação. Ministério da ciência e tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos, 2001.

CERDEIRA, G. L. **Estudo dos Sítios Arqueológicos "Turvo V-A" e "Turvo V-B", Bacia do Rio Turvo/Grande**: interfaces com a Arqueologia da Paisagem. Relatório final de atividades realizadas ao longo da vigência do projeto de iniciação científica, encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP). Presidente Prudente, 2013.

CSÁKI GY., JEREM E., REDŐ F., **Data recording and GIS applications in landscape and intra-site analysis: case studies in progress at the Archaeological Institute of the Hungarian Academy of Sciences**, in LOCK G., STANCIC Z. (eds.), *Archaeology and Geographical Information Systems: A European Perspective*, London, Taylor and Francis, 1995

FACCIO, N. B. A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia: a contribuição do LAG/MAR, **Revista Confins**, 2019.

FACCIO, N. B. Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem. **Relatório de Salvamento Arqueológico - Sítio Arqueológico São Luís, e Alto Porã**. Licença Operação (LO). Portaria IPHAN IPHAN 230/2002 e 07/1988. 2020.

FLORENZANO, T. G. **Geotecnologias na geografia aplicada: difusão e acesso**. *Revista do Departamento de Geografia*, 17 (2005) 24-29.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo, Editora Contexto, 2003.

MATTOS, T. S. **Sistema de Posicionamento por Satélite**: Resumo dos conhecimentos necessários para o entendimento e uso dos Sistemas de Posicionamento por Satélites e seus equipamentos. 2012. Power point. 43 slides. color. Disponível em: http://sulgas.usuarios.rdc.puc-rio.br/Empreendimento/GPS_1C.pdf.

MENDES, V. B. **Sistema de Posicionamento Global**. Faculdade de Ciências – Universidade de Lisboa, 2013.

MENDES, Virgílio De Brito. **Sistema de Posicionamento Global**. Universidade de Lisboa. 2013. Power point. 22 slides. color. Disponível em:

https://fenix.ciencias.ulisboa.pt/downloadFile/281612415666769/gps_cap_l.pdf.

MORAIS, J. L. Arqueologia da paisagem como instrumento de gestão no licenciamento ambiental de atividades portuárias. **eGesta – Revista Eletrônica de Gestão de Negócios** v. 3, n. 4, out.-dez./2007, p. 97-115.

MORAIS, J. L. **Perspectivas geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista** / José Luiz de Moraes – Erechim, RS : Habilis, 2011.

MORAIS, J. L. Tópicos de arqueologia da paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 10: 3-30, 2000.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. 1º edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, A.; ANDRADE LIMA, T. Os Ceramistas Tupiguarani. Volume I. Sínteses Regionais. **Revista de Arqueologia**, v. 22, n. 1, p. 143-145, 2009.

ROSA, Roberto. **Geotecnologias na Geografia aplicada**. (2005). *Revista Do Departamento De Geografia*, 16, 81-90. <https://doi.org/10.7154/RDG.2005.0016.0009>

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. Um Sítio da Tradição Cerâmica Aratu em Apucarana, PR in: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 18: 47- 68, 2008.

THOMAZ, R. C. C. **O uso de SIG na predição da localização de sítios arqueológicos: um estudo de caso na bacia do Paraná superior**. 2002, 174f. Tese de Doutorado – Área interdepartamental de Arqueologia

da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

WATERS, M. R. 1992 **Principles of Geoarchaeology – A North American Perspective**. University of Arizona Press, 398 pp.

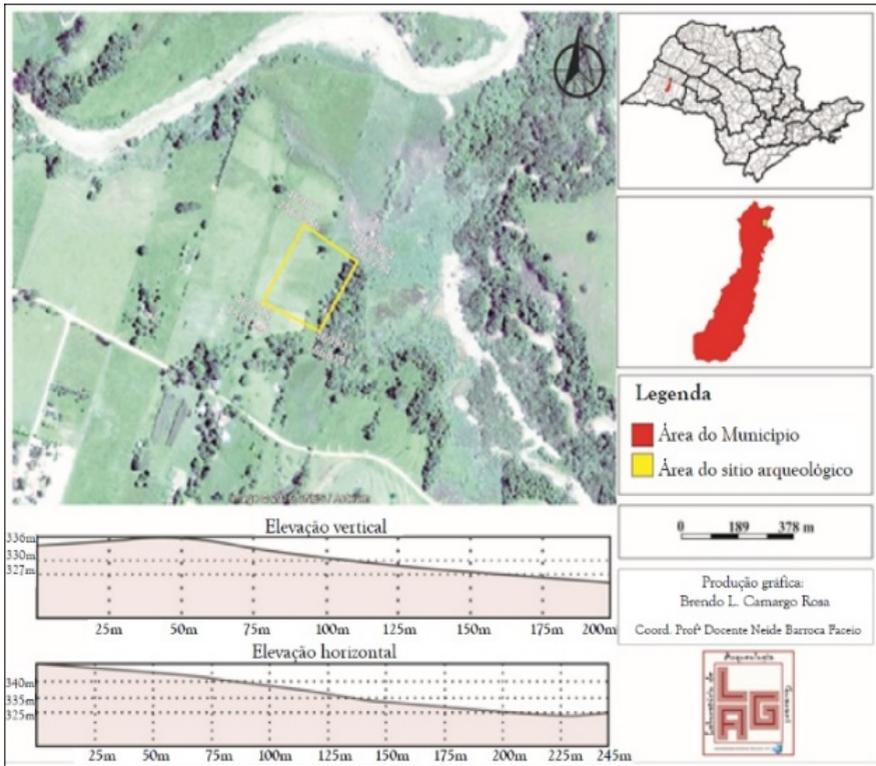
ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento conceitos e definições. **Revista de Geografia**, PPGeo – UFJF. Juiz de Fora, v.7, n.2, (Jul-Dez) p.195-201, 2017.

OS MATERIAIS CERÂMICOS DO SÍTIO MANDAGUARI: Vestígios De Um Território Ancestral Indígena No Oeste Paulista

Eduardo Bacellar de Carvalho Santos
Lucca Martins Ferreira
Maria Eduarda Balcuinas Correa
Brendo Camargo Rosa
Neide Barrocá Faccio

O Território Arqueológico Indígena Mandaguari está localizado no Distrito Floresta do Sul, no Município de Presidente Prudente (**Figura 1**), próximo à confluência do Córrego da Onça com o Ribeirão Mandaguari. Trata-se de um Sítio Arqueológico Guarani com presença de materiais cerâmicos, remanescente esquelético humano e vestígios de fogueiras. A pesquisa teve por objetivo a realização da reanálise dos materiais cerâmicos, sob a perspectiva da cadeia operatória (Cabrera, 2018).

Figura 1: Localização do Território Arqueológico Mandaguari. Município de Presidente Prudente, SP



Foram reanalisados 105 fragmentos de cerâmica indígena. Para a reanálise dos materiais cerâmicos utilizamos a metodologia Faccio (1992), que leva em consideração a sequência da cadeia operatória de produção da cerâmica. Para isso, os fragmentos das vasilhas foram reunidos em conjuntos de uma mesma peça e depois restauradas.

Dos 105 fragmentos de vasilhas cerâmicas do Território Arqueológico Mandaguari, 64% são paredes, 17% são paredes angulares; 10% são bordas, 3% são bordas com parede, 3% são bases, 1% são borda, parede e base, 1% são parede angular e base e 1% são parede angular e borda (**Tabela 1**).

Tabela 1: Categoria das cerâmicas. Sítio Arqueológico Mandaguari

Município de Presidente Prudente, SP

Categoria	Quantidade	Frequência
Parede	67	64%
Parede angular	18	17%
Borda	11	10%
Borda e parede	3	3%
Base	3	3%
Borda, parede e base	1	1%
Parede angular e base	1	1%
Parede angular e borda	1	1%
Total	105	100%

Trata-se de um território ancestral indígena, com cerâmicas que ainda não foi datadas, o que será possível a partir do método de termoluminescência, a partir de fragmentos de cerâmica, com pelo menos 40 gramas, de peso.

A partir dos fragmentos de cerâmica e das vasilhas restauradas é possível caracterizar os materiais cerâmicos e partir deles mostrar um pouco do modo de vida dos Guarani no Município de Presidente Prudente, Oeste do Estado de São Paulo.

Os conjuntos de fragmentos de uma mesma vasilha

Os 105 fragmentos cerâmicos foram dispostos sobre uma bancada e depois de conferida a sua numeração de registro foram separados segundo as suas características: cor da face interna e externa; tipo de decoração da face interna e externa; tipo de queima, tipo de antiplástico/tempero da argila e espessura.

Levando em consideração essas características foram reunidas 12 conjuntos de fragmentos de uma mesma vasilha, com três a 20 fragmentos de cerâmica cada um. O grande número de peças por conjunto atesta o excelente estado de conservação desse Território Ancestral Indígena Guarani no Município de Presidente Prudente, no momento do resgate, na década de 1990.

Os 12 conjuntos de fragmentos de uma mesma peça são apresentados nas **Figuras de 2 a 20**. Verifica-se que dos 105 fragmentos de cerâmica da Terra Indígena Guarani, denominada Mandaguari, 12 vasilhas apresentam mais de dois fragmentos e seis vasilhas apresentam apenas um fragmento cerâmico. Isso demonstra que área da ocupação indígena apresenta diferentes estágios de conservação, mas que de modo geral, a conservação é muito boa.

Figuras de 2 a 4: Conjunto 1: A Figura 2 apresenta a forma da parte superior do vaso. A Figura 3 apresenta em A e C pintura vermelha sobre engobo branco, na parte superior do ângulo da parede e em B, fragmentos de parede e paredes angulares. Este conjunto apresentou 9 fragmentos. Território Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



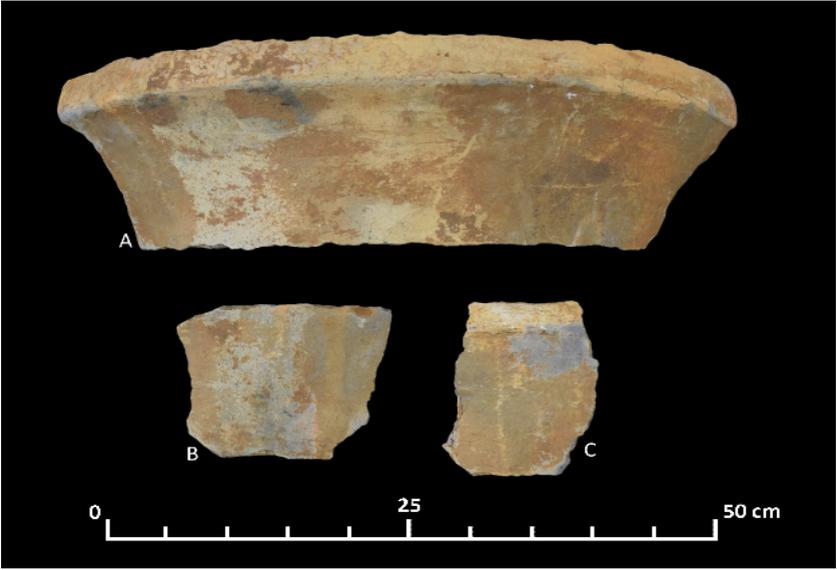


Figura 5: Conjunto 2: formado por parede angular e base (à esquerda da linha pontilhada) e parede angular e borda (à direita da linha pontilhada). Este conjunto apresentou 2 fragmentos. Território Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



Figura 6: Conjunto 3: Este conjunto apresentou 17 fragmentos de uma mesma vasilha do Território Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



Figura 7: Conjunto 4: Esse conjunto apresentou três fragmentos de uma mesma vasilha do Território Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



Figuras 8 e 9: Conjunto 5: Apresenta um cambuchi corrugado, em 20 fragmentos, na parte inferior ao ângulo da parede e com pintura vermelha e preta sobre engobo branco na parte superior do ângulo da parede. Território Arqueológico Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.





Figuras 10 e 11: Conjunto 6: Apresenta um cambuchi corrugado, em 11 fragmentos, na parte inferior ao ângulo da parede e com pintura vermelha e preta sobre engobo branco na parte superior do ângulo da parede. Território Arqueológico Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.





Figura 12: Conjunto 7: Apresenta nove fragmentos de uma vasilha lisa.

Território Arqueológico Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



Figuras 13 e 14: Conjunto 8: Formado por quatro peças. Apresenta pintura vermelha dedilhada, no interior da peça, e faixa vermelha sobre o lábio. Território Arqueológico Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



Figura 15: Conjunto 9: Formado por duas peças de um cambuchi. Apresenta pintura vermelha sobre engobo branco na face externa. Território Arqueológico Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



Figuras 16, 17 e 18: Conjunto 10: Formado por dez peças. Cambuchi utilizado como urna funerária. Apresenta pintura vermelha e preta sobre engobo branco na face externa e dedilhado em preto na face interna. Território Arqueológico Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.





Figura 19: Conjunto 11: Formado por 17 fragmentos. Apresentou decoração corrugada na face externa. Território Arqueológico Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



Figura 20: Conjunto 12: Formado por três fragmentos. Apresentou face interna e externa lisa. Território Arqueológico Indígena Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



Somam-se a essas 12, outras seis, representadas por apenas um fragmento de cerâmica cada uma, portanto não puderam ser reunidas em conjuntos de fragmentos de uma mesma vasilha. Dessa forma, o Território Arqueológico Guarani Mandaguari apresentou um total de 18 vasilhas.

Tipos cerâmicos

O Território Arqueológico Indígena Mandaguari apresentou variabilidade de tipos de tratamento de superfície da cerâmica. A maior parte das peças apresentaram o tipo liso na face interna e externa. A decoração pintada apareceu nas cores preta e vermelha sobre engobo branco, na face externa de vasilhas

profundas e na face interna de vasilhas rasa. O corrugado está presente nos cambuchi, antes do ângulo da parede, associado ao grafismo que está localizado acima do ângulo da parede. Além do tipo liso, do grafismo e do corrugado o território apresentou a barbotina e a pintura digitada.

Antiplástico/tempero

O antiplástico da cerâmica é constituído, no caso desse Território Indígena, de minerais que fazem parte da constituição da argila e do tempero caco moído. O tempero caco moído é característico da cerâmica Guarani e foi utilizado em mais da metade das peças analisadas (**Tabela 2**).

Tabela 2: Tipo de antiplástico/tempero dos fragmentos de vasilhas cerâmicas. Território Arqueológico Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.

Antiplástico/Tempero	Quantidade	Frequência
Mineral e Caco Moído	60	57%
Mineral	45	43%
Total	105	100%

A **Figura 21** mostra o antiplástico mineral, em formas arredondadas em preto, e o antiplástico caco moído, em formas com arestas em marrom claro.

Figura 21: Antiplástico mineral (seta vermelha), com caco moído (seta preta).
Território Arqueológico Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.



O antiplástico e/ou o tempero servem para dar estrutura as paredes das vasilhas, no momento da confecção, principalmente no caso de peças maiores. O antiplástico e/ou o tempero funcionam como alicerces na parede das vasilhas. Peças muito finas, geralmente não apresentam adição de tempero e também não apresentam antiplástico vistos a olho nu.

Espessura das vasilhas cerâmicas

A espessura das paredes das vasilhas cerâmicas variou de 0,5 a 2,5 centímetros. Em 62% dos fragmentos a espessura foi de 0,5 a 1,5 centímetros. Os outros 38% apresentaram espessura entre 1,51 e 2,5 centímetros (**Tabela 3**).

Tabela 3: Espessura dos fragmentos de vasilhas cerâmicas. Território Arqueológico Mandaguari, Município de Presidente Prudente, SP.

Espessura	Quantidade	Frequência
0,5 a 0,9	11	10%
1,0 a 1,5	55	52%
1,51 a 2,0	34	32%
2,1 a 2,5	5	5%
Total	105	100%

Verifica-se que as menores espessuras ocorrem em peças menores e as maiores espessuras ocorrem em peças maiores. As maiores quantidades de vasilhas apresentam espessura entre 1 e 2 centímetros.

Considerações

Comparando os dados do antiplástico/tempero com a espessura das peças verifica-se que vasilhas mais finas tendem a ter o antiplástico mineral bem fino e que peças mais espessas possuem o tempero caco moído e o antiplástico mineral mais espessos.

A presença de urnas funerárias praticamente inteiras, uma apresentando remanescente humano, ainda em análise, além de várias outras formas de vasilhas mostra o bom estado de conservação do assentamento indígena Guarani Mandaguari.

As urnas funerárias possuem a forma de cambuchi e as demais vasilhas, poderão em parte ter as suas formas reconstituídas graficamente em trabalhos a serem realizados a posteriori. A datação, não foi realizada, mas infere-se, de acordo com Faccio (1992, 2011, 2019), que os sítios Guarani de interior do Oeste Paulista tenham menos de 400 anos.

A Terra Ancestral Indígena Guarani Mandaguari apresentou cerâmica com características exclusivamente Guarani, o que nos faz inferir que não houve contato desse Povo com os colonizadores do Município de Presidente Prudente, ou que esse contato foi tão violento e rápido, que não deu tempo de a cerâmica apresentar traços de interferência do colonizador, como é o caso da decoração escovadas ou das alças, presentes somente em Territórios Guarani onde houve o contato com o colonizador.

Referências

CABRERA, Jean Ítalo Araujo. A cerâmica do sítio arqueológico Mandaguari, distrito de Floresta do Sul, município de Presidente Prudente, SP. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 30, p. 42-54, 2018.

FACCIO, Neide Barrocá. **Estudo do sítio arqueológico Alvin no contexto do projeto Paranapanema**. Tese de doutorado, USP, 1992.

FACCIO, Neide Barroca. **Arqueologia Guarani na Área do Projeto Paranapanema: estudo dos sítios de Iepê**, SP. 2011.

FACCIO, N. B. A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia: a contribuição do LAG/MAR. **Confins**. Open Edition Journals. V. 41, 2019, p. 1-19.

A

Acervo – páginas 35, 49, 55, 57, 76, 80, 100, 111, 140

- arqueológico – páginas 55, 155, 156,
- etnológico – páginas 45, 49, 55
- históricos e culturais – página 162

Acessibilidade – páginas 13, 15

Arte rupestre – páginas 14, 107, 111, 118, 122, 129, 135

Arqueologia – páginas 8, 14, 16, 18, 95, 167

Amazônia – páginas 45, 53, 64

- Legal - páginas 47, 53
- Mato-grossense – páginas 45, 63, 65

C

Catálogo museológico – páginas 36

Cerâmica indígena – páginas 14, 16

Comunidades tradicionais – páginas 8, 15, 17

D

Decolonialidade – páginas 28, 30

E

Educação patrimonial – páginas 14, 15

Exposição arqueológica – páginas 14, 16

F

Ferramentas – páginas 15, 166, 169, 189

Fonte material – páginas 14, 16, 18

G

Geotecnologias – páginas 15

H

História indígena – páginas 14, 16

História – páginas 65, 161

- regional – página 65

I

Inclusão – páginas 13

Inventário participativo – páginas 14, 15

Índigenas – páginas 45, 62, 64, 77, 84, 90, 100

L

Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 – páginas 28, 30

M

MAPA – Museus no Brasil – páginas 36, 37

Mediação cultural – páginas 21, 28

Memória – páginas 23, 44, 52, 56, 63, 77, 111, 162

- indígena – páginas 48, 65,

Museu – páginas 18, 22, 36, 37, 57, 77, 86, 87, 127

Museologia – páginas 17, 21, 28, 34

Museologia social – páginas 28, 30

P

Patrimônio – páginas 12, 14

Plano museológico – páginas 34, 36

Povos indígenas – páginas 12, 14, 16

Projeto educativo – páginas 17, 21

R

Redes sociais – páginas 13, 78, 79, 80, 86, 135

Roteiro de visita – página 15

T

Tecnologias digitais – páginas 13, 28

Tradição – páginas 14, 102, 109, 177, 178, 138, 176

U

Universidade – páginas 39, 51, 62, 64, 53, 121

- extensão universitária – páginas 50, 51, 54
- UFBA – páginas 30, 34
- UFRJ – página 15
- UNEMAT – página 52
- USP – página 121
- UNIASSELVI – páginas 21, 30
- UNIRIO – páginas 21, 34

V

Vestígios arqueológicos – páginas 16, 18

W

Waldisa Rússio – página 25

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

Ana Carolina Santana Lopes

Aluna do mestrado acadêmico em Geografia da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente. santana.lopes@unesp.br.

Anderson da Costa Lacerda

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Tecnologia e Inclusão, (PGCTIn-UFF) Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências e Biotecnologia (PPBI-UFF) Niterói, RJ e graduado em Gestão da Tecnologia da Informação, (UNESA) costadelacerda@gmail.com; costa_lacerda@id.uff.br

Anna Carolina Santos

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

Brendo Camargo Rosa

Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (2020-2025), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (2017-2020). Licenciado em Geografia pela mesma universidade. Atua na área de Arqueologia, realizando prospecção e salvamento de sítios arqueológicos, elaboração de laudos técnicos, projetos e relatórios, bem como análise e curadoria de materiais cerâmicos e líticos lascados, palestras e oficinas de educação patrimonial. Possui experiência também na produção de mapas e vetorização de imagens.

Diana Mirela da Silva Toso

Aluna do doutorado acadêmico em Geografia da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente. diana.toso@unesp.br.

Eduardo Bacellar de Carvalho Santos

Graduando em Geografia pela FCT/UNESP, Presidente Prudente. Bolsista PROPe (Apoio à pesquisa em desenvolvimento por grupos e redes das Humanidades). Membro do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG) e do Museu de Arqueologia Regional (MAR). Possui experiência com curadoria e análise de materiais arqueológicos cerâmicos e de pedra lascada.

Fagno da Silva Soares

Doutor em Geografia Humana (FFLCH/USP), Doutorando em História (FFLCH/USP), mestre em História do Brasil (UFPI), licenciado e bacharel em História (UEMA/Estácio) e Licenciado em Geografia (Uninter), bacharel em Museologia e Antropologia pela Universidade Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO/USP) e do Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC/UFRJ). Documento de Registro Técnico (DRT) Historiador 00017/MA e Sociólogo 000173/MA. Membro Fundador da Rede Pan-Amazônica de História Oral (PAO)

Fernando Lopes da Silva

Doutorando em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente, SP.

Francine Suélen Assis Leite

Pedagoga/Historiadora (UNEMAT/UNINTER). Mestra em Educação (PPGE/UFMT). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da ANHANGUERA-UNIDERP, Campo Grande-MS, com apoio da CAPES. Docente substituta da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4203596093034518> E-mail: francine.leite@unemat.br

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Gilson Pôrto Jr.)

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento nas universidades de Coimbra (Portugal), Cádiz (Espanha), Brasília (UnB) e Unesp. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIn-UFF), no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS-UFT) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA). Coordenador do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

Graziella Praça Orosco de Souza

Pós-doutoranda em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente, SP.

Isaltina Santos da Costa Oliveira

Pesquisadora/Documentalista no Centro de Pesquisa e Referência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Atuou como Educadora desde 2013 na mesma instituição museológica. Doutoranda em Comunicação - FAAC, Unesp, Câmpus de Bauru. Mestre pelo PGAD - Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da UNESP, Câmpus de Tupã.

Jairo Luís Fleck Falcão

Historiador. Doutor em História (UNISINOS). Docente efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9251108143489074> E-mail: jairofalcao@unemat.br

Jean Vital de Souza

Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

José Fernando Moreira de Campos

Mestrando, Programa de Pós Graduação em Geografia – FCT UNESP.
E-mail: moreira.campos@unesp.br.

Laura Ayumi Baione Sadakane

Mestranda, Programa de Pós Graduação em Geografia – FCT UNESP.
E-mail: laura.ayumi@unesp.br.

Lucca Martins Ferreira

Graduando em Geografia (Licenciatura/Bacharelado) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), campus de Presidente Prudente, São Paulo. Membro do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), realizando curadoria e análise de materiais arqueológicos, com foco em Cerâmica Indígena Guarani. Membro do Museu de Arqueologia Regional (MAR) e do Museu de Paleontologia "Prof. Pepe" (MPP)

Marcia Cabral da Costa

Professora adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (IP/CFCH) da UFRJ. Coordena o Laboratório de Estudos Africanos, integrado às atividades e à Terapia Ocupacional - Isé (Laboratório - Isé) da UFRJ.

Maria Eduarda Balcuinas Correa

Graduanda em Geografia (Licenciatura/Bacharelado) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual

Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), campus de Presidente Prudente, São Paulo. Membro do Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG),

Nadia Pereira

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

Neide Barrocá Faccio

Profa. Livre Docente em Arqueologia da FCT/UNESP, Professora Livre docente adjunto do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Presidente Prudente, SP. neide.faccio@unesp.br.

Nelson Russo de Moraes

Livre-docente em gestão e educação ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Bacharel em Administração (ITE/Bauru/SP). Especializações realizadas: 1. Gestão de Programas Sociais ; 2. Gestão Pública ; 3. MBA em Mídias Digitais ; 4. Antropologia . VINCULACAO: Professor Associado do Departamento de Audiovisual e Relações Públicas - DARP/FAAC/UNESP Bauru (RDIDP MS_5.3). Professor Permanente do PGAD/UNESP Tupã (mestrado e doutorado) e do PPGCOM/UNESP Bauru (mestrado e doutorado).

Renato Fonseca de Arruda

Historiador (UNEMAT). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN). Doutor em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Cursa estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT, Campus de Cáceres-MT, com apoio da CAPES. Coordenador de Pesquisa, Extensão e Inovação do Museu do Vale do Arinos, Juara-MT. Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/6159264723277522>
fonsecaarruda@gmail.com

E-mail:

Saulo Augusto de Moraes

Pedagogo/Indigenista (UNEMAT). Mestre em Educação (PPGEdu/UNEMAT). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da ANHANGUERA-UNIDERP, Campo Grande-MS, com apoio da CAPES. Docente substituto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4313786492680454> E-mail: sauo.augusto.moraes@unemat.br.

Uona Martins Xavier

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira

Doutora em Educação. Docente efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2684741900451188> E-mail: waldineiaferreira@unemat.br

ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS, ARQUEOLOGIA E ENSINO:

aproximações com os povos originários
e comunidades tradicionais

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Fagno da Silva Soares

Isaltina Santos da Costa Oliveira

Nelson Russo de Moraes



Observatório
Edições

ISBN: 978-6-59844-999-5



9

786598

449995

